



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA
CURSO DE MESTRADO

AMANDA DO NASCIMENTO ROSA

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GÊNERO NOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE: uma revisão a partir do repositório institucional
de teses e dissertações**

Caruaru
2018

AMANDA DO NASCIMENTO ROSA

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GÊNERO NOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE: uma revisão a partir do repositório
institucional de teses e dissertações**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira.

Caruaru

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

R788p

Rosa, Amanda do Nascimento.

A produção científica sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE: uma revisão a partir do repositório institucional de teses e dissertações. / Amanda do Nascimento Rosa. - 2018.

106 f. il. : 30 cm.

Orientadora: Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2018.
Inclui Referências.

1. Gênero. 2. Produção acadêmica. 3. Pós-graduação. 4. Repositórios institucionais. 5. UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. I. Oliveira, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de (Orientadora). II. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-255)

AMANDA DO NASCIMENTO ROSA

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GÊNERO NOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE: uma revisão a partir do repositório
institucional de teses e dissertações**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação Contemporânea da
Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestra
em Educação Contemporânea.

Aprovada em: 04/09/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Gustavo Gilson Sousa de Oliveira (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a Lílian Conceição da Silva Pessoa de Lira (Examinadora Externa)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua misericórdia e amor incondicional.

A minha avó, pelo apoio, amor, proteção e exemplo de proteção materna.

A minha mãe, por sua paciência, acolhimento, incentivo, amor e confiança de sempre.

Ao meu irmão, pelo tempo que passou comigo na terra e lindas lembranças que deixou.

A Andrielle, Willy, Fabiana e Felipe, pelos vários momentos de acolhida, de amor, sonhos compartilhados, alegrias e tristezas.

Aos/as professores/as e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea pelas calorosas discussões e incentivo quando tudo parecia não contribuir para a minha permanência no Programa.

A Anna Luiza, minha orientadora, pelo carinho e confiança sempre. Esta dissertação só está sendo possível em primeiro lugar Deus e em segundo você que me acolheu, confiou e me apoiou em momentos difíceis da minha vida. Minha eterna gratidão por tudo que você representa em minha caminhada acadêmica!

A Universidade Federal de Pernambuco – Campus Agreste, espaço onde pude trilhar minha formação acadêmica e projetar sonhos.

Aos/as alunos/as que transformam e iluminam minha carreira como docente.

RESUMO

Nos últimos anos a produção científica sobre gênero tem se apresentado como um campo de estudos em expansão e consolidação no cenário nacional e internacional. Como emergem estes estudos no contexto da Pós-Graduação na UFPE? A partir de que período? Em quais programas estão situados? Quais os principais temas de interesse de pesquisa? Estas são algumas questões que nortearam este trabalho, cujo objetivo geral é delinear um mapeamento dos estudos sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE no período entre 1979 a 2017. O corpus foi constituído a partir de pesquisa bibliográfica no Repositório Institucional de Teses e Dissertações da UFPE. Constatamos que a produção científica sobre a temática tem se apresentado de forma sistemática e frequente principalmente nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Sociologia e Psicologia, porém, ainda muito escassa quando comparada ao total (16.570) de trabalhos de conclusão de cursos produzidos no período pesquisado: apenas 1,3% eram dissertações sobre gênero e 0,4% teses. Destacam-se, especialmente, estudos sobre família e violência. A abordagem qualitativa é a principal estratégia metodológica adotada, com ênfase na pesquisa documental e na realização de entrevistas. A análise de discurso e conteúdo constitui em as técnicas de análise mais utilizadas. Os principais referenciais teóricos mencionados foram Joan Scott, Michael Foucault, Judith Butler e Guacira Louro.

Palavras-chave: Gênero. Produção acadêmica. Pós-graduação. UFPE.

ABSTRACT

In recent years the scientific production on gender has been presented as a field of studies in expansion and consolidation in the national and international scenario. How do studies emerge in the context of Post-Graduation at UFPE? From what period? In which programs are they located? What are the main topics of research interest? These are some of the questions that guided this work, whose general objective is to delineate a mapping of the studies on postgraduate programs of UFPE in the period between 1979 to 2017. The corpus was constituted from bibliographical research in the Institutional Repository of Theses and Dissertations of UFPE. The scientific production on the risk of systematic and frequent studies in Postgraduate in Anthropology, Sociology and Psychology, yet, however, was also scarce when compared to the total (16.570) studied period: only 1.3% were dissertations on gender and 0, 4% theses. Particularly noteworthy are studies on family and violence. The qualitative approach is a main methodological strategy adopted, with emphasis on documentary research and interviews. Discourse analysis and content are more commonly used analysis techniques. The main theoretical references were Joan Scott, Michael Foucault, Judith Butler and Guacira Louro.

Keywords: Gender. Academic production. Post-graduation. UFPE.

.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Centros acadêmicos da UFPE.....	41
Quadro 2 –	Quantidade de teses e dissertações presentes no RI da UFPE, por década.....	42
Quadro 3 –	Título e objetivo da produção científica sobre gênero presente no RI-UFPE na década de 80.....	70
Quadro 4 –	Título e objetivo dos trabalhos sobre gênero defendidos nos cursos de pós-graduação stricto sensu da UFPE, na década de 1990, presentes no RI-UFPE.....	71
Quadro 5 –	Tendências teóricas e analíticas das teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre os anos 2000 e 2009, presentes no Repositório Institucional.....	88
Quadro 6 –	Tendências teóricas e analíticas das teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre os anos 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Distribuição temática dos GT do <i>Fazendo Gênero</i> entre os anos de 2000-2010.....	31
Gráfico 2 –	Quantidade de teses e dissertações defendidas na UFPE entre 1979 – 2017, presentes no Repositório Institucional.....	43
Gráfico 3 –	Quantidade de dissertações sobre gênero defendidas na UFPE na década de 1980, presentes no Repositório Institucional.....	46
Gráfico 4 –	Quantidade de dissertações defendidas na UFPE, por ano, entre 1980 e 1989, presentes no Repositório Institucional.....	47
Gráfico 5 –	Quantidades de dissertações defendidas na UFPE, por programa de pós-graduação, na década de 1980, presentes no Repositório Institucional	48
Gráfico 6 –	Pesquisadores/as do Programa de Pós-graduação em Antropologia que orientaram dissertações sobre gênero na década de 1980, segundo o Repositório Institucional.....	49
Gráfico 7 –	Quantidade de teses e dissertações defendidas na UFPE na década de 1990, presentes no Repositório Institucional.....	51
Gráfico 8 –	Quantidade de dissertações sobre gênero defendidas na UFPE, por ano, entre 1990 e 1999, presentes no Repositório Institucional.....	52
Gráfico 9 –	Quantidade de dissertações sobre gênero, por Programa de Pós-Graduação da UFPE, defendidas na década de 1990, presentes no Repositório Institucional.....	53

Gráfico 10 –	Orientadores/as das dissertações sobre gênero defendidas na UFPE, na década de 1990, segundo o Repositório Institucional.....	54
Gráfico 11 –	Quantidade de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre os anos 2000 e 2009, presentes no Repositório Institucional. (n=7.086).....	56
Gráfico 12 –	Quantidade de teses e dissertações sobre gênero, defendidas na UFPE entre 2000 e 2009, presentes no Repositório Institucional, por ano de publicação.....	57
Gráfico 13 –	Dissertações sobre gênero defendidas na UFPE entre os anos de 2000 e 2009, por Programa de Pós-Graduação, presentes no Repositório Institucional. . (n=64).....	59
Gráfico 14 –	Quantidade de teses sobre gênero defendidas entre 2000-2009, por programa de pós-graduação da UFPE, presentes no Repositório Institucional. (n=20).....	60
Gráfico 15 –	Quantidade de teses e dissertações sobre gênero produzidas na UFPE entre 2000-2009, por gênero do/a orientador/a, presentes no Repositório Institucional.....	61
Gráfico 16 –	Quantidade de teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE entre 2000 e 2009, por gênero dos/as estudantes, presentes no Repositório Institucional.....	62
Gráfico 17 –	Quantidade de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre 2010 e 2017, presentes no Repositório	

	Institucional.(n=9.687).....	63
Gráfico 18 –	Quantidade de teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre 2010 e 2017, por ano, presentes no Repositório Institucional.....	65
Gráfico 19 –	Teses sobre gênero defendidas na UFPE, entre 2010-2017, por programa de pós-graduação, presentes no Repositório Institucional.....	66
Gráfico 20 –	Teses sobre gênero presentes no RI-UFPE, por Programa de Pós-Graduação, entre 2010-2017.....	67
Gráfico 21 –	Quantidade de teses e dissertações sobre gênero, defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre 2010-2017, por gênero dos/as orientadores/as, presentes no Repositório Institucional.....	68
Gráfico 22 –	Quantidade de teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE entre 2010 e 2017, por gênero dos/as estudantes, presentes no Repositório Institucional.....	69
Gráfico 23–	Quantidade de trabalhos sobre gênero defendidos nos cursos de pós-graduação stricto sensu da UFPE, entre os anos de 2000 e 2009, por tema, presentes no Repositório Institucional.....	73
Gráfico 24 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.....	75
Gráfico 25 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no	

	Repositório da UFPE.....	76
Gráfico 26 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.....	77
Gráfico 27 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.....	78
Gráfico 28 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.....	79
Gráfico 29 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em História, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.....	80
Gráfico 30 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE entre os anos de 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional.....	82
Gráfico 31 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, entre os anos de 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional da UFPE.....	83
Gráfico 32 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, entre os anos de 2010 e 2014, presentes no Repositório Institucional da UFPE.....	84
Gráfico 33 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre	

	gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, entre os anos de 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional da UFPE.....	85
Gráfico 34 –	Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, entre os anos de 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional da UFPE.....	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	GÊNERO E CIÊNCIA NO BRASIL.....	22
2.1	Gênero e sexualidade sob a ótica pós-estruturalista.....	28
2.2	Estudos sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil.....	29
2.3	A consolidação e expansão dos estudos de gênero no Brasil.....	32
3	TECENDO CAMINHOS INVESTIGATIVOS E ANALÍTICOS.....	39
3.1	A constituição do Corpus.....	39
3.2	Repositório de teses e dissertações da UFPE.....	40
3.3	O processo de emergência e expansão dos estudos de gênero nos diferentes Programas de Pós-Graduação da UFPE.....	43
3.3.1	<i>Os estudos de gênero nos diferentes programas de pós-graduação da UFPE na década de 1980.....</i>	<i>44</i>
3.3.2	<i>Os estudos de gênero nos programas de pós-graduação da UFPE na década de 1990.....</i>	<i>50</i>
3.3.3	<i>Os estudos de gênero nos programas de pós-graduação da UFPE entre os anos de 2000 e 2009.....</i>	<i>55</i>
3.3.4	<i>Os estudos de gênero nos programas de pós-graduação da UFPE entre os anos de 2010 a 2017.....</i>	<i>62</i>
3.4	Deslocamentos e continuidades nas temáticas da produção científica sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE.....	69

3.5	Tendências teóricas e analíticas da produção científica sobre gênero nos diferentes Programas de Pós-Graduação da UFPE.....	87
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS.....	99

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudos sobre gênero tem se consolidado, nas últimas décadas, no cenário nacional e internacional. Temáticas como equidade entre gêneros, direitos LGBT, direitos sexuais e reprodutivos, mulher e ciências, enfrentamento à violência de gênero, masculinidades e feminilidades têm ganhado espaço nas discussões acadêmicas no Brasil.

Dissertar sobre a produção científica nessa área é um desafio enorme, visto que é um campo contingente, em constante disputa, que questiona as hierarquias que balizam as relações entre os sujeitos sociais permeadas por diversos marcadores de diferença – de cor/raça, etnia, classe social, geração, território, sexualidade, religião.

Minha trajetória nessa área iniciou durante a graduação em matemática, quando ingressei como bolsista no programa de iniciação científica, num projeto de pesquisa sobre gênero, sexualidade e formação docente. Na mesma época, meu interesse foi aguçado quando participei de um curso de extensão denominado “Sexualidades e subjetividades contemporâneas”, que culminou com a produção de um documentário sobre travestilidades, momento em que pude conhecer várias histórias de pessoas em condições de vulnerabilidade e sofrimento em decorrência da violência de gênero. Para além disso, também percebi que dos vinte e dois participantes do curso de Matemática-Licenciatura que estavam participando do projeto, apenas quatro concluíram o curso, reforçando os dados de outros estudos sobre a falta de valorização da formação em gênero nas áreas de ciências exatas.

Ainda na graduação, durante a elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, fiz um mapeamento da produção científica sobre gênero em interlocução com a educação matemática, nos Anais da ANPEd, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, especialmente no “GT 19 – Educação Matemática”, de 2004-2013. Neste estudo, percebi que dos 158 trabalhos apresentados nesse período nos encontros anuais da associação, apenas uma bordava relações de gênero.

Como ressalta Oliveira, Oliveira e Miranda (2012), as transformações no debate sobre gênero foram caracterizadas por vários acontecimentos e se situam em quatro períodos principais: 1. o advento da ciência moderna e o movimento sufragista (1860 a 1920); 2. O nascimento da psicanálise, o interesse da antropologia sobre o assunto e a emergência do conceito de papéis sociais (1920 a 1965); 3. a teoriado patriarcado e a revolução feminista (1965 a 1980) e 4) as teorias feministas pós-estruturalistas (1980 em diante).

Na época do movimento sufragista a pauta das reivindicações se concentrava na luta pelo direito ao voto feminino, pelos direitos civis, por melhores condições de trabalho e pelo direito à educação (estas duas últimas especialmente ligadas às mulheres da classe trabalhadora e do movimento anarquista). A partir da década de 1960, no contexto internacional, o feminismo vive uma grande efervescência: o período da revolução sexual e da emergência do movimento hippie ebietinik. Americanas lideradas por Beth Fridman “tiram o sutiã” em praça pública e, em seguida, os movimentos feministas negro, lésbico e anarquista (entre outros) denunciam o racismo, a lesbofobia e o preconceito de classe dentro do próprio feminismo revelando a pluralidade de mulheres, demandas e, conseqüentemente, movimentos feministas. Na Europa, o sonho de revolução socialista entra em crise com a descoberta dos crimes stalinistas e começa um período de intensas mudanças políticas e comportamentais cujo auge é simbolizado pelo “maio de 1968”.

No Brasil, entretanto, tem início a ditadura militar e o feminismo desta época é fortemente castrado e marcado pela resistência à ordem política imposta no país pelo golpe de 1964 (SARTI, 2004). O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação feminista, pois entendia como ação política e moralmente ameaçadora à “ordem” do país os partidos de esquerda minimizavam as questões identitárias colocadas pelas feministas, em detrimento da luta de classe (PINTO, 2010). A luta feminista se dava em dois planos ao mesmo tempo: resistência à ditadura militar e resistência à hegemonia masculina e patriarcal entre os próprios companheiros de luta dos partidos. Neste contexto, não havia espaço para o desenvolvimento de estudos acadêmicos sobre gênero.

Durante a década de 1970, algumas intelectuais feministas recém-chegadas de períodos de estudo no exterior, fundam grupos femininos de

reflexão para discussão de temas como literatura feminista, erótica, assuntos ligados à saúde, relações de gênero e sexualidade. Eram encontros informais, secretos, de caráter privado que se davam entre mulheres com afinidade intelectual, política ou de amizade. Em paralelo, militantes brasileiras exiladas na França também começam a participar do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fortalecendo a luta pela autonomia feminina (PINTO, 2010).

Com a instituição do Ano Internacional da Mulher em 1975 e o início da distensão política no Brasil, as intelectuais feministas começam a organizar vários eventos. O Centro da Mulher Brasileira é criado no Rio de Janeiro e dois grupos principais de feministas surgiram: as que reivindicavam questões da mulher ligadas às saúde, direitos reprodutivos, direitos sexuais e emancipação feminina e as que lutavam contra a ditadura e em prol das mulheres proletárias. Com o progressivo declínio da ditadura militar e da censura, surgem artigos de jornais e revistas, propagandas, peças de teatro com discussões a respeito de gênero, sexualidades, direitos civis de mulheres e de homossexuais.

Zirbel (2007) aponta que a reflexão teórica e a militância política tornaram-se marcas do feminismo no Brasil, o que impulsionou, a partir da década de 1980, a emergência de congressos, grupos de trabalhos, pesquisas e periódicos especializados na discussão sobre mulher e sobre gênero.

A partir deste momento cresce significativamente o número de feministas professoras universitárias em diversas áreas do conhecimento: ciências sociais, história, letras, psicologia, medicina e direito. O texto “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, tese de livre-docência de Heleieth Saffioti, defendida em 1967 e publicada como livro em 1969, é considerado o trabalho pioneiro dos estudos da mulher no Brasil.

Entre os anos de 1978 e 1998, a Fundação Carlos Chagas em parceria com a Fundação Ford implementou uma série de concursos de dotação de recursos para pesquisa sobre mulher e gênero. Foram 20 anos (1978-1998) de fomento à pesquisa de gênero no Brasil e consiste até hoje na principal iniciativa de incentivo à produção acadêmica nesta área no país, que consolidou o departamento de pesquisa da Fundação Carlos Chagas como referência nacional e internacional de estudos das mulheres.

Na Carlos Chagas também se construiu o primeiro banco de dados sobre o tema e foi criado o jornal *Mulherio*, editado entre os anos de 1981 e 1988, com distribuição nacional e grande popularidade entre as feministas, que debatiam temas como: movimento feminista, creche, maternidade, aborto, divisão sexual do trabalho, cuidados com os filhos, família e arranjos familiares, licença-maternidade e licença-paternidade. (FREITAS, 2014)

Como ressaltam Facchini; Daniliauskas e Pilon (2013), o Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, fundado em 1996, formou aproximadamente 200 pesquisadores/as em todo o país sob a coordenação do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e do Instituto de Saúde de São Paulo (SESSP), com apoio da Fundação Ford. Nos anos 2000, a Fundação MacArthur também fomentou Projetos sobre Sexualidade e Saúde através da realização de concursos sob a supervisão da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Ao contrário do que aconteceu em outros países – especialmente nos Estados Unidos e na Europa – onde foram implementados cursos de graduação e programas de pós-graduação sobre estudos da mulher, estudos lésbicos e/ou estudos gays, no Brasil (com raras exceções) os estudos de gênero ficaram restritos a disciplinas que tratam do tema e/ou à formação de núcleos de estudo.

Entre os núcleos pioneiros nas regiões sudeste e suldo país, destacam-se: a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), fundada em 1977; o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NIEM/UFRGS), criado em 1984; o Núcleo de Estudos e pesquisas sobre a mulher, da Universidade de São Paulo (NEMGE/USP), fundado em 1988; o Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS), fundado em 1990; o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC), fundado em 1991; o Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sexualidade Humana, vinculado à

Faculdade de Educação da UNICAMP, criado em 1992 e o Núcleo de Estudos de Gênero (Pagu/UNICAMP), institucionalizado em 1993.

Na região Nordeste, Freitas e Carvalho (2014) destacam como pioneiros os núcleos “Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher”(NEIM/UFBA) e o “Núcleo Família, Gênero e Sexualidade” (FAGES/UFPE), ambos fundados em 1983. Posteriormente surgem: o Núcleo Temático Mulher e Cidadania (NTMC/UFAL);o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG/UFS);o Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero (UEPB); o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF/UFC) e o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA/ UFPE). Na Região Norte surge, em 1994, o Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” e em 2009 é fundado o Núcleo de Estudos de Gênero na Amazônia (NEGA/UFAC).

Alguns destes núcleos – e outros que surgiram mais recentemente – foram e são muito importantes para a consolidação da produção científica sobre gênero no Brasil. Vários destes concentraram pesquisadoras/es que desenvolveram os primeiros estudos de gênero no país e orientaram toda uma geração de outras/outros pesquisadoras/es atuantes na contemporaneidade. Deles partiram as iniciativas e articulações para constituição de grupos de trabalho sobre mulher, gênero e sexualidades ligados a diversas associações do conhecimento – como ANPOCS¹, ANPED, ABA², ANPPEP³ entre outras. Neste contexto emergiram periódicos especializados contemplando a temática: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu, “Cadernos de Pesquisa”, editado pela Fundação Carlos Chagas, entre outros.

A expansão e consolidação dos estudos sobre gênero têm chamado a atenção de pesquisadores/as de diferentes campos do saber, como sociologia, psicologia, antropologia, educação, história e mais recentemente, de forma ainda tímida, as ciências exatas. Podemos perceber que nos últimos anos, estudiosos/as sobre gênero se dedicaram a realizar mapeamentos a respeito da referida temática em diversos lócus de pesquisa, como repositórios de universidades, revistas, trabalhos publicados em congressos, entre outros.

¹. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

². Associação Brasileira de Antropologia

³Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia

Heilborn e Sorje(1999) em estudo concernente à produção acadêmica sobre gênero teceram a institucionalização dos estudos da temática no Brasil. O trabalho nos possibilitou perceber gênero em sua construção conceitual, histórica e política a partir de seu surgimento no cenário internacional e nacional. No contexto internacional, emergiu em movimentos de protestos em universidades americanas durante a década de 60 e no Brasil surgiu na relação entre a academia e o movimento feminista. Inicialmente, os estudos se concentraram na área de pesquisa e, paulatinamente, foram abrangendo projetos de extensão, programas governamentais em diferentes áreas – educação, saúde, justiça, direitos humanos – e parcerias com organizações não-governamentais (ONG).

Facchini e Machado (2012) mapearam a produção científica sobre gênero e sexualidade no Brasil entre 2000-2010 a partir dos anais do “Seminário Internacional Fazendo Gênero”, um dos principais encontros a respeito da temática na América Latina. Constataram a emergência de estudos sobre gênero e sexualidade ligados a diferentes temas como: escola e docência; discurso, imaginário e representação; sexualidades, trabalho e religião; diáspora, migração e nação; violência e identidade; subjetividade e estilo. O referido estudo inspira nosso trabalho e nos faz refletir a respeito dos deslocamentos discursivos na produção científica sobre gênero, a expansão e consolidação do campo em diversas áreas.

Freitas e Luz (2017) realizaram um estado da arte sobre gênero, ciência e tecnologia no Brasil, a partir da produção científica publicada em quatro periódicos: Cadernos Pagu; Revista Estudos Feministas; Cadernos de Gênero e Tecnologia; e Revista Feminismos. Constataram crescente avanço dos estudos sobre gênero em Ciência e Tecnologia, principalmente trabalhos que discutem a ausência ou pouca participação de mulheres em áreas como matemática, física, química e engenharias.

Rosemberg (2001) discutiu a produção acadêmica brasileira concernente a gênero e educação através de três fontes principais: 1) base de teses e dissertações de programas de Educação filiadas à ANPEd no período de 1981-1998; 2) diretório de pesquisadores/as; 3) seis coleções de revistas especializadas em Educação e Estudos Feministas (de gênero). A autora detectou, no âmbito da produção da ANPEd, um aumento de

teses/dissertações, concentração em algumas universidades, de autoria e orientação exclusivamente feminina.

Os estudos sobre gênero estão em expansão no Brasil, mas, especialmente em Pernambuco, como emergem estes estudos no contexto de pesquisas de pós-graduação na UFPE? A partir de que período? Em quais programas estão situados? Quem são os/as pesquisadores/as da área? Como a produção sobre gênero se desenvolve ao longo do tempo na UFPE? Quais os principais temas de interesse de pesquisa? Com que outros temas: sexualidade, raça, classe social, geração, religião se articulam? Estas inquietações nortearam a realização deste trabalho.

A pesquisa tem como objetivo geral, delinear um mapeamento dos estudos sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE realizados no período entre 1979 a 2017. Para atender ao objetivo geral propomos três objetivos específicos: 1) analisar o processo de emergência e expansão dos estudos de gênero nos diferentes Programas de pós-graduação da UFPE; 2) observar os deslocamentos e recorrências nas temáticas destes estudos; 3) verificar as tendências teóricas e analíticas das pesquisas desenvolvidas.

Fundamentamo-nos na teoria política do discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015) para compreendermos os deslocamentos da temática gênero ao longo das últimas décadas. Entendemos discurso como sistema de (re)significação de práticas sociais que constitui o território da objetividade. Desta forma não está centrado apenas na fala e escrita, mas em qualquer conjunto de elementos que desempenhe papel constitutivo. Ancoramo-nos, também, na noção de gênero como elemento constitutivo de relações sociais e de poder.(SCOTT, 1989).

Consideramos que fazer o delineamento da produção científica, sobre gênero, no contexto da UFPE, torna-se relevante à medida que a temática está em expansão no cenário nacional e internacional e a referida universidade se destaca por sua produção científica em diversos campos de pesquisa. Compreendemos este campo de produção científica como um contexto fluído, contingente, permeado por relações de poder, portanto, em permanente disputa.

No capítulo 2, discorreremos sobre os estudos gênero e a produção científica nesta área no Brasil, também, delineamos uma breve

contextualização a respeito de gênero sob a ótica pós-estruturalista e as implicações dos estudos sobre sexualidade no campo de gênero. No capítulo 2, descrevemos as estratégias metodológicas desenvolvidas para a realização dessa pesquisa e apresentamos os resultados encontrados no estudo. No último capítulo, terminamos nossa escrita, pontuando algumas sínteses e considerações elucidadas no desenvolvimento desse trabalho e apontamos alguns caminhos para possíveis estudos a partir da instigante e desafiadora elaboração desta dissertação de mestrado.

2 GÊNERO E CIÊNCIA NO BRASIL

A epistemologia feminista sugere que a integração da contribuição das mulheres para o domínio da ciência e do conhecimento não constituirá um mero acréscimo de detalhes; ela não ampliará simplesmente o quadro, mas resultará em uma mudança de perspectiva que nos permite ver algo bem diferente. A inclusão da perspectiva das mulheres não se resumirá apenas à participação delas em maior número na prática existente da ciência e do conhecimento, mas mudará a própria natureza dessas atividades e de sua auto-compreensão. (CHANTER, 2006 apud NARAYAN, 1989)

A Ciência ao longo de sua história demarcou e diferenciou espaços para homens e mulheres. Durante anos, ser cientista, produzir conhecimento científico era visto como uma carreira imprópria para mulheres, o que implicou no construto político na história da ciência que majoritariamente durante décadas foi e é em algumas áreas expressivamente masculina.

Segundo Chassoti (2004), em uma relação de cem nomes que marcaram a História da Humanidade até os anos 2000 o *The One Hundred* (Hart, 1996) incluiu apenas duas mulheres: as rainhas Isabel e Elizabeth I. A luta feminista muito contribuiu para a inserção de mulheres em espaços que antes lhes foram negados durante décadas, como a academia, a política, as forças armadas, a tecnologia, porém ainda presenciamos baixa participação de mulheres na produção do conhecimento em algumas áreas. Vale salientar que não é nosso objetivo analisar o percurso detalhado de consolidação da ciência ao longo das décadas, mas, sim, mapear a produção científica sobre gênero.

A partir do século XX, especialmente na década de 90, foi outorgada a criação do Prêmio Nobel que homenageia cientistas com relevantes contribuições no campo da Ciência. Parece-nos interessante e, não por acaso, que dos 500 nomes premiados, somente 14 são de mulheres – duas na Física, três na Química e sete na Medicina – até os anos 2000.

Como ressalta Calvelli e Lopes (2013), críticas ao racionalismo da ciência foram sendo delineadas a partir do século XIX, fundamentada sem filósofos como Kierkegaard e Nietzsche, onde o conhecimento seria para estes,

atribuição de sentido, jamais explicação da realidade. Décadas posteriores, as obras de filósofos como Foucault, Derrida e Lyotard contribuem para a “crise da razão” sinalizando que o conhecimento possui caráter parcial e provisório. Neste sentido, ressignificações em torno da ciência, possibilitaram a emergência de novos atores no cenário da produção do conhecimento. As noções de objetividade e neutralidade, aportadas no positivismo, perderam espaço e notoriedade e a epistemologia feminista ganha corpo criticando aspectos racistas, patriarcais e sexistas da ciência ocidental.

Leta (2003) aponta que a primeira obra mais detalhada sobre a participação e realização de mulheres na Ciência foi *Women in Science*, escrita por H. J. Mozans, padre católico, em 1913. A obra de acordo com a autora convida as mulheres a refletirem sobre a relevância de sua atuação na academia abrindo possibilidades de (re)significações deste espaço e, porque não, da própria história das mulheres na ciência no cenário nacional e internacional. Isto contribuiu para impulsionar a literatura sobre gênero, mais notadamente após a década de 80.

Diferentes deslocamentos discursivos em torno da temática foram surgindo em distintos contextos histórico, políticos e de relações de poder na produção do conhecimento sobre gênero no cenário internacional e nacional. Para compreendermos a trajetória dos estudos sobre gênero no Brasil, consideramos importante compreender um pouco do contexto histórico também do cenário internacional. Neste último, a origem tanto dos estudos feministas quanto raciais, estavam centrados em movimentos de protestos ocorridos principalmente na década de sessenta em universidades. Tais manifestações difundiram-se e pautavam suas reivindicações na luta contra a discriminação racial e o fim da guerra do Vietnã.

O livro “O Segundo Sexo”, da francesa Simone de Beauvoir, escrito em 1949, foi uma das obras que se tornou referência para o movimento feminista na época. A autora discutia as desigualdades sociais entre os sexos denunciando uma “condição negativa” na qual a mulher estaria subordinada seja por característica biológica, condições de trabalho ou até mesmo por interesses econômico e político.

Contestações concernentes aos direitos civis de negras/os, mulheres e condições de igualdade de gênero foram ganhando corpo e notoriedade com o passar dos anos. Como destaca Diniz (2009), um dos marcos importantes dos movimentos feministas nos Estados Unidos, foi a criação da Organização Nacional de mulheres por Betty Friedman que deu origem ao Movimento de Libertação da Mulher. Outro de extrema relevância é a crítica desenvolvida pelo movimento de mulheres negras ao racismo e preconceito de classe no interior do próprio movimento de libertação da mulher, o que transforma radicalmente o movimento feminista.

Já no Brasil, a década de 60 foi fortemente marcada pela luta contra a ditadura militar e por algumas reformas educacionais, a exemplo a criação da Lei n.º 4.024, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional e a Lei 5.540 criada em 1968, que propiciou “autonomia” às universidades. Neste momento, a mídia ganhava corpo e força, influenciando a massa popular através da rádio e televisão propagando recortes a respeito das manifestações populares e atuação do governo.

Leta (2003) aponta que dentre os primeiros estudos sobre gênero publicados em periódicos científicos está o artigo “*Women in Science: why so few?*”, de Alice Rossi, que traz a discussão sobre a participação de mulheres trabalhando em atividades da Ciência e Tecnologia - C&T nos Estados Unidos, entre os anos de 1950 e 1960. A autora constatou a baixa participação de mulheres na produção de conhecimento no campo citado. No Brasil, especialmente na década de 60, tínhamos de forma muito limitada instituições voltadas para a ciência, contexto alterado apenas na década seguinte, com a edição do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional.

No referido contexto, presenciávamos de maneira diferente a relação entre a academia e os movimentos feministas, por dois fatos distintos, segundo Heilborn e Sorj (1999): 1. os estudos feministas brasileiros nunca tiveram inspiração radical na contraparte norte-americana e europeia e 2. desde sua origem contou com expressivo grupo de acadêmicas cuja militância, em alguns estudos, é apontada como emergindo posteriormente. No Brasil, as pesquisadoras feministas inicialmente buscavam inspirações e atuavam quase que exclusivamente no âmbito da academia e, em especial, no contexto das ciências sociais, em contrapartida, no cenário internacional ocorria também o

envolvimento das acadêmicas nos movimentos sociais de forma muito expressiva.

O contexto histórico, social e político brasileiro também eram distintos, principalmente devido à ditadura militar. Assim, a relação entre a academia e o movimento só ficou mais fortalecida a partir da década de 70. Apesar de influenciado por experiências europeias e norte-americanas, o feminismo no Brasil foi fortemente marcado pela resistência à ditadura militar instaurada em 1964. Havia forte repressão às pessoas que contestassem a “ordem política”, que geralmente eram presas, torturada se/ou exiladas. De acordo com Pinto (2010), o regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, pois entendiam a mesma como ação política e moralmente ameaçadora.

Em 1975, um dos fatos marcantes e que contribuiu para o fortalecimento dos movimentos feministas no Brasil foi à institucionalização da década de 1970, na I Conferência Internacional da Mulher da Organização das Nações Unidas – ONU, como sendo a década da mulher. No mesmo ano, tivemos uma semana de debates sobre o comportamento da mulher na realidade brasileira patrocinado pela mesma organização. A partir do reconhecimento dos problemas sociais em torno da mulher, a ONU contribuiu para o fortalecimento dos movimentos e lutas feministas em diversos países, especialmente entre aqueles que faziam parte do chamado terceiro mundo.

Havia delicada relação dos movimentos de mulheres com a Igreja Católica Romana em oposição ao regime militar. Embora os movimentos feministas fossem conquistando “espaço” e pondo em debate questões nodais concernentes às mulheres, algumas discussões referentes ao aborto, sexualidade e família ainda eram (e são) fortemente combatidas e reprimidas em função de movimentos religiosos conservadores.

Pinto (2003) aponta que o ano de 1979 foi marcado por dois acontecimentos na política do nosso país e que repercutiram no movimento feminista brasileiro na década posterior: 1. A anistia aos presos e exilados políticos e 2. a reforma partidária. A anistia possibilitou o retorno, ao Brasil, de um conjunto expressivo de militantes que haviam sido exilados/as e estes/as passaram a confrontar suas experiências no exterior com a política que se instaurava em nosso país, marcando o início de uma fase menos repressiva. O

país ainda estava sob domínio de militares, mas, o declínio da ditadura, apontava para um processo de democratização gradual.

Ainda em sintonia com a autora, a relação entre o feminismo e o contexto político a partir de 1979 deve ser examinada sob o viés de três perspectivas complementares: 1. Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; 2. Presença de mulheres em cargos eletivos e 3. formas alternativas de participação política. A participação de mulheres nos espaços citados foi sem dúvida estratégica para impulsionar e dar visibilidade às questões relacionadas a gênero, mas tal inserção nem sempre foi consensual no movimento feminista, pois viam como uma ameaça à sua unidade.

Com a Anistia, os movimentos de mulheres se fortaleceram no Brasil, pois várias destas puderam retornar ao país de origem trazendo experiências políticas, principalmente de movimentos feministas da Europa. Com o declínio da ditadura militar e censura quanto a imprensa, surgiram artigos de jornais e revistas, propagandas, peças de teatro com discussões a respeito de gênero, sexualidades e homossexualidades.

Até a década de 70, se usava o termo “estudos sobre mulher” para se referir à produção científica sobre gênero. Na década de 80, o termo gênero passa a ser usado como categoria analítica. Esta mudança possibilitou novos enfoques de pesquisa, tirando o foco do determinismo biológico atrelado ao uso de termos como sexo e diferença sexual. Os aspectos culturais e a construção político-social do feminino e masculino são enfatizadas.

Na década de 80 surgiram fortes grupos feministas que versavam sobre violência contra a mulher e saúde. Este período é marcado pela organização de Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher e surgimento de vários trabalhos acadêmicos sobre gênero ligados, principalmente, ao Departamento de Pesquisa em Ciências Sociais da Fundação Carlos Chagas⁴.

A Fundação Ford também desempenhou papel importante na legitimação de algumas temáticas no campo de estudos sobre gênero, como: família, sexualidade, trabalho e educação. Contudo, essa contribuição não surgia por acaso, Heilborn e Sorj (1999) ressaltam que as mulheres acadêmicas da época atendiam as prioridades da Ford no que diz respeito à

⁴ . Com infra-estrutura organizacional e de comunicação científica, era considerada a instituição mais bem informada sobre pesquisas em torno da temática, do estudo em questão, que estavam sendo realizadas no país.

articulação entre trabalho acadêmico especializado e preocupações de intervenção social através de políticas públicas de correção de desigualdades sociais. Salienta-se, na mesma década, a criação do jornal “Mulherio” com 39 publicações entre 1983 a 1988, que se tornou leitura obrigatória do movimento feminista. Outros jornais também foram criados, como “Brasil Mulher” com 16 edições publicadas entre 1975 a 1980 e “Nós Mulheres”, com 8 edições.

Outros importantes espaços de produção do conhecimento sobre gênero na época foram as associações nacionais, como: Anpol– Associação Nacional de Pesquisa em Letras; Anpocs– Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (que contribui para a formação de duas relevantes revistas sobre gênero no Brasil: *Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*) e a Anped– Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação.

O Brasil passa a se destacar por seu interesse pela pesquisa e variedade de pesquisadoras/es com estudos centrados na mulher se comparado a outros países da América Latina, porém a produção científica será impulsionada mais notadamente na década posterior.⁵ Vários destes/as pesquisadores/as estão centrados na fundação Carlos Chagas, CEBRAP, IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e USP - Universidade de São Paulo, o que também não é por acaso, os financiamentos para pesquisas sempre diferiram nas regiões geográficas do território brasileiro, sejam por motivos político, econômico e/ou culturais.

Com financiamento para pesquisas, a produção científica sobre gênero foi impulsionada mais notadamente a partir da década de 80, propiciando a emergência de congressos, grupos de trabalhos, periódicos especializados e propostas de políticas públicas. A maioria dos estudos tinham forte influência da corrente estruturalista, onde se acreditava que os indivíduos agiam e se constituíam como sujeitos ancorados em uma rígida estrutura, cognoscivelmente determinada e regida por símbolos e signos padronizados. De acordo com Williams (2012), a corrente estruturalista é aberta à mudança quando as estruturas observadas mudam, no entanto, ela busca sempre uma norma/padrão/estrutura para explicar os fenômenos sociais. Aos poucos esta concepção foi recebendo críticas das feministas, pois parecia não dar conta de

⁵ Para mais informações ver, Germain (1976) e Heilborn e Sorj (1999).

todas as questões que envolviam a temática de gênero. Neste contexto, ocorreram redefinições teóricas e complexificação do conceito de gênero sob influências do pós-estruturalismo.

Para a vertente pós-estruturalista, a estabilidade da estrutura é sempre parcial e provisória, o sujeito vive em permanente construção, desafiado pela diferença e por relações de poder que estão em disputa e articulação discursiva. O discurso é entendido, neste contexto, como sistema de (re)significação de práticas sociais que constitui o território da objetividade, não estando centrado somente na fala e escrita, mas em qualquer conjunto de elementos que desempenhe papel constitutivo (LACLAU; MOUFFE, 2015).

2.1 Gênero e sexualidade sob a ótica pós-estruturalista

Nicholson (2000) aponta que a palavra gênero é concebida de duas maneiras distintas e por vezes contraditórias. Por um lado, temos gênero de usado em oposição a “sexo” para descrever o que socialmente é constituído, em oposição ao que é biologicamente determinado. Aqui gênero e sexo são compreendidos de forma diferente, pois enquanto que o primeiro está associado ao comportamento e construção da personalidade através das relações sociais, o segundo está associado ao corpo. Do outro lado, temos gênero muito usado para fazer referência a qualquer construção histórica e social que componha a relação entre feminino e masculino. Contudo, não há como pensarmos gênero desarticulado do sexo já que o corpo é sempre visto através de uma interpretação social com implicações ao que se concebe como gênero.

Como salientamos anteriormente, a ótica pós-estruturalista põe em xeque a estabilidade da estrutura, questionando-a. Em sintonia com Scott (1989, p. 21), adotamos nesse trabalho a perspectiva de que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, uma forma de significar as relações de poder que envolve: símbolos culturalmente disponíveis, que evocam representações múltiplas; conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos e tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas; e a constituição de identidades subjetivas.

Impulsionado pelo advento dos estudos pós-estruturalistas, o conceito de gênero foi sendo incorporado a problematizações que passavam a contemplar questões centrais nos estudos feministas como: sexualidades, corpo, masculinidades, feminilidades, direitos sexuais e reprodutivos.

Para Mariano (2015), a produção científica sobre gênero precisa estar articulada ao método da desconstrução, empregado por Derrida. De acordo com a autora, o termo desconstrução foi empregado com a função de desmontar lógicas internas para expor as limitações entre elas. A desconstrução nos estudos de gênero engloba, também, a crítica à ideia de mulher como sujeito universal. Põe sob suspeita a produção do conhecimento que não leve em consideração o contexto histórico, cultural e político que atravessam o gênero.

No âmbito dos estudos de gênero sob a influência pós-estruturalista, a sexualidade se torna objeto privilegiado de investigação. O estudo da sexualidade humana historicamente está atrelado a campos do conhecimento como a medicina, a psicologia e a psicanálise que, tradicionalmente, lhe conferiram caráter normativo. Ainda é comum, na contemporaneidade, que comportamentos que não seguem os padrões heteronormativos sejam vistos como desviantes, o que, concomitantemente, contribui para a promoção de preconceitos e processos de exclusão. Concebemos a sexualidade como proposta por Foucault (1988), como um dispositivo que entrelaça complexas redes de regulação e envolve processos culturais diversos como rituais, símbolos, convenções. Desta forma, gênero e sexualidade podem ser considerados construtos históricos e culturais demarcados por práticas discursivas que tentam diferenciar e controlar corpos (BUTLER, 2010).

2.2 Estudos sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil

De acordo com Citeli (2005) alguns estudos marcam a expansão e consolidação dos estudos sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil, entre os anos de 1990 e 2002: 1. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade, publicado em 1969, por Heleieth Saffioti; 2. Libertação sexual da mulher, lançado em 1970, por Rose Marie Muraro; 3. Dogmatismos sexuais, lançado em 1971, por Naumi Vasconcelos e 4. Sexualidade da mulher

brasileira: corpo e classe social no Brasil, publicado em 1983, também por Rose Marie Muraro.

Algumas coletâneas, séries e coleções se destacaram abordando a temática. Entre elas, Citeli (2005, p. 20) enfatiza:

- “Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher” (1981), publicada pelo Grupo Ceres;
- Coleção “Década da Mulher” (1985), com um balanço do período e análise da situação da mulher brasileira sob vieses distintos: mulher e trabalho, saúde, educação, direitos, políticas públicas, mulher negra e movimentos feministas;
- Série Perspectivas “Antropológicas da Mulher” (1981) com textos como: Antropologia e feminismo (1981), “Mulheres faveladas: com a venda nos olhos” (1981), “Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Delly” (1981); Família e reprodução humana (1983).

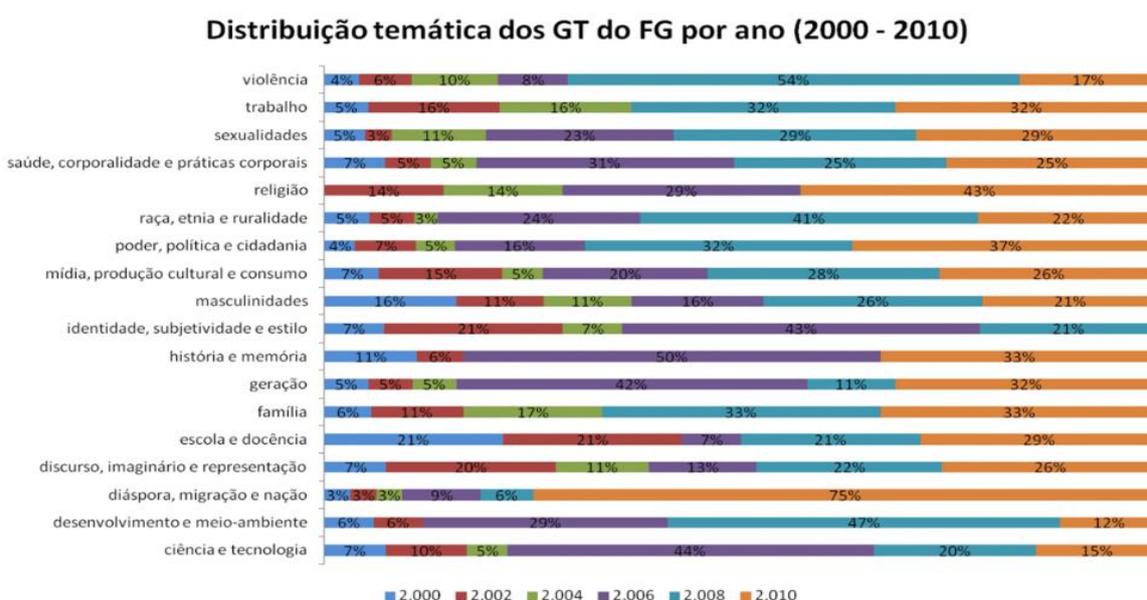
Temáticas como família, saúde reprodutiva, movimento feminista, sexualidade, passaram a ser recorrentes nas produções científicas da época. Neste cenário, presenciava-se no Brasil a emergência da epidemia da Aids que culminou em mudanças profundas na configuração de novos comportamentos em torno da saúde pública e discursos sobre a sexualidade. A epidemia, em alguns momentos, foi usada para despertar o pânico moral e reforçar padrões heteronormativos, mas também, forçou que escolas, universidades, igrejas, ONGs e diferentes instâncias governamentais discutissem sobre direitos sexuais e reprodutivos e desenvolvessem ações visando à prevenção do Vírus da Imunodeficiência Humana – HIV. Houve um investimento discursivo expressivo em torno da prevenção à doença.

Pelúcio e Miskolci (2009) apontam que a prevenção é o elemento mais discutido e, ao mesmo tempo, o menos estruturado do modelo preventivo, uma vez que é apropriado e ressignificado por distintos segmentos sociais: gestores públicos, ativistas políticos e agências nacionais e internacionais. Desta forma, sua plasticidade se torna eficaz, não na promoção de comportamentos preventivos, mas no sentido de instituir novas maneiras e discursos no lidar com a sexualidade. No Brasil, sob a influência da aids, surgiram tanto estudos associados a medidas sanitaristas e repressoras, atribuindo às homossexualidades fatores de riscos e ameaças para a população; quanto

pesquisas que fundamentaram reflexões epistemológicas no campo das homossexualidades, fazendo emergir denominações como homoerotismo, homoafetividade e homocultura.

Nesse contexto, em 1998, o tema transversal sexualidade foi oficialmente inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, propostos pelo Ministério da Educação - MEC. Todavia, a posição dos PCNs, ainda era superficial e insuficiente para promoção de uma educação que valorizasse as diferentes vivências do gênero e da sexualidade. O texto ainda estava impregnado de posições ligadas exclusivamente à saúde, prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada. Na contemporaneidade, pouco ou quase nenhuma discussão sobre gênero e sexualidade há nas escolas brasileiras. A sexualidade ao longo das décadas tornou-se objeto de debate dos estudos de gênero. Citelli (2005) realizou um mapeamento a respeito dos trabalhos sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil entre 1990 e 2002 publicadas no *Fazendo Gênero*, um dos eventos mais consolidados no cenário nacional e sistematizou a distribuição de temáticas recorrentes (ver Gráfico1).

GRÁFICO1: Distribuição temática dos GT do “Fazendo Gênero” entre 2000 2010



Fonte: Citelli (2005)⁶

⁶ Exceto este gráfico, todos os demais presentes nesta dissertação assim como quadros foram realizados a partir de informações encontradas no seguinte site: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50>.

Conforme gráfico acima, os três temas mais recorrentes em 2000 foram: escola e docência (21%), masculinidades (16%) e história e memória (11%). Em 2002, escola e docência se mantém. Identidade, subjetividade e estilo aparece em 21% das produções; Discurso, imaginário e representação em 20%. No ano de 2004, destacam-se os temas: família (17%), trabalho (16%) e religião (14%). Já em 2006, história e memória (50%), ciência e tecnologia (44%) e identidade, subjetividade e estilo (43%). No ano de 2008, a discussão sobre violência predomina (54%), seguida de estudos sobre desenvolvimento e meio-ambiente (47%) e raça, etnia e ruralidade (41%). Em 2010, houve aumento significativo da temática diáspora, migração e nação (75%). Também se destacaram religião (43%) e poder, política e cidadania (37%).

O trabalho de Citeli (2005) inspirou a realização deste estudo e inquietou-nos, a saber: quais temáticas têm sido recorrentes na produção científica sobre gênero na pós-graduação da UFPE? Quais Programas de Pós-Graduação se destacam nessa produção? Na próxima seção apresentaremos alguns dados sobre a consolidação e expansão dos estudos de gênero no Brasil.

2.3 A consolidação e expansão dos estudos de gênero no Brasil

Como vimos nas seções anteriores, nas últimas décadas assistimos a uma expansão dos estudos sobre gênero e sexualidade no cenário nacional. Nesta seção, enfatizamos as principais temáticas, seminários, núcleos de pesquisa e periódicos brasileiros a respeito da temática desde a década de 1970.

O periódico “*Cadernos de Pesquisa*”, criado em 1971 e editado pela Fundação Carlos Chagas, é considerado um dos pioneiros a publicar estudos sobre gênero no Brasil. Atualmente tem publicações trimestrais articulando pesquisadores/as do cenário nacional e internacional, veiculando também estudos sobre trabalho, relações étnico-raciais, família, educação e infância.

Blay (1975) em estudo publicado no referido periódico chama a atenção para elementos essenciais concernentes a gênero e trabalho feminino: 1. nível

econômico do país; 2. maneira pela qual o mercado de trabalho absorve a força de trabalho feminina e 3. atitude da família, amigos e parentes a respeito da escolha profissional das mulheres. A autora realizou entrevistas com 522 trabalhadoras qualificadas da indústria paulista e evidenciou que é necessária uma análise estrutural do processo de industrialização e a relação entre trabalho e força de trabalho feminina. A análise da estrutura econômica auxilia na compreensão do contexto exposto, porém, sozinha não é suficiente para entendermos o papel social da mulher.

Graciano (1975), em estudo sobre possíveis contribuições da Psicologia para compreensão do papel da mulher na sociedade, chamou a atenção para a importância do estudo sobre papéis sexuais e grupos subalternizados. Estudar o processo de construção dos papéis sexuais pela criança, ou seja, como meninos e meninas são postos em meios de normatização era um caminho extremamente relevante para o campo de pesquisa na época. Neste sentido, a Psicologia Social auxiliou a autora a compreender o papel da mulher nas relações sociais e permitiu discutir o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho contribuindo para a produção científica sobre gênero e trabalho.

Wereber (1978) pesquisou gênero em interlocuções com a sexualidade analisando o processo de implantação da educação sexual no Brasil. O estudo evidenciou que na década de setenta houve muita resistência de educadores/as e parlamentares conservadores à implantação da educação sexual no Brasil.

Em 1992, foi criada a revista *Estudos Feministas*, editada inicialmente pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também tem se destacado à publicação de artigos sobre gênero no contexto nacional e internacional. Atualmente é editada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e as publicações são quadrimestrais.

Barsted (1992) em estudo publicado na referida revista, trouxe contribuições a respeito da luta feminista sobre a legalização e descriminalização do aborto, denunciando a interferência do Estado no corpo feminino e a relevância da luta contra a disciplina moral e religiosa.

Abreu, Jorge e Sorj (1994) publicaram um estudo na mesma revista, focalizando a diferenciação por gênero e raça no mercado de trabalho, procurando dimensionar o peso do setor informal na economia brasileira no que diz respeito à divisão de tarefas entre homens e mulheres. O artigo ressalta que, embora na década de 1990 já houvesse uma inserção considerável de mulheres no mercado de trabalho, ela se dava sempre em condições desfavoráveis quando comparada aos homens. As mulheres apresentavam menor vinculação à Previdência Social, menores remunerações, jornadas de trabalho reduzidas e elevada participação em atividades correlacionadas ao trabalho doméstico. Atualmente, ainda há um alto número de mulheres que desenvolvem atividades domésticas como trabalho, porém com conquistas de direitos e reconhecimento da categoria. Presenciamos também, nas últimas décadas, maior inserção de mulheres em outros setores de serviço, inclusive alguns que eram majoritariamente atribuídos ao público masculino – como na engenharia, ciências exatas, direito e forças armadas.

O *Núcleo de Estudos de Gênero Pagu*, institucionalizado em 1993, na Unicamp tem congregado pesquisadores/as do cenário nacional e internacional em torno dos estudos de gênero. Atualmente as publicações do Núcleo são compostas pelos “Cadernos Pagu”, lançada em 1993; “Coleção Encontros” e “Coleção Gênero e Feminismos”.⁷

Já em 1995, foi criada a revista “Caderno Espaço Feminino” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. A produção acadêmica presente nesse periódico se dedica principalmente aos temas: violência; representações sobre feminilidades e masculinidades na mídia e no cinema; políticas sociais de gênero; aborto; sexualidades; literatura feminina no Brasil e homossexualidades, entre outras.

No ano de 2000, foi criada a “Revista Gênero”, periódico de circulação nacional vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Suas publicações estão centradas principalmente nas seguintes temáticas: feminilidades, homossexualidades e masculinidades.

⁷Informações a respeito de pesquisadores/as vinculados/as e publicações podem ser obtidas acessando o site institucional: <http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/o-pagu>

Vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Letras da Universidade Federal da Paraíba, foi criada, em 2004, a Revista *Àrtemis* com produção acadêmica publicada semestralmente sobre gênero e sexualidade. O periódico tem como objetivo contribuir para a construção de novas abordagens teóricas e metodológicas difundindo contribuições nacionais e internacionais no campo de gênero.

Em relação aos núcleos de estudo, O FAGES – Núcleo de Família, gênero e Sexualidade criado no contexto da Universidade Federal de Pernambuco, em 1983 e atuante ainda hoje, publica trabalhos nas seguintes linhas de pesquisas: 1. família; 2. gênero; 3. sexualidade; 4. gerações; 5. saúde e 6. equidade. Também promove cursos de formação continuada para professores/as da rede pública de ensino de Pernambuco. Embora o grupo seja multidisciplinar e composto por pesquisadores/as, professores/as e estudantes de diferentes áreas, o núcleo é expressivamente composto por pesquisadores/as do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Vale salientar que os primeiros trabalhos sobre gênero desenvolvidos na UFPE se deram nesse Programa.

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia, criado em 1983, também tem contribuído para expansão dos estudos de gênero no Brasil. Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, se destacando não apenas por ser o mais antigo núcleo de pesquisa no Brasil, mas também por ser assíduo na atuação em campos como ensino, pesquisa e extensão, sendo reconhecido no âmbito nacional e internacional. Em nosso país, foi o primeiro programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). Vinculada ao referido núcleo de pesquisa e programa de pós-graduação, a revista “Feminismos” conta com publicação trimestral desde 2013.

Em 1988, foi criado o grupo de estudos sobre Saúde da Mulher – GEM, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Suas publicações estão centradas no campo da saúde e políticas para promoção da mesma às mulheres.

Os movimentos de mulheres negras no Brasil também contribuíram para a expansão e consolidação dos estudos de gênero e promoção do

empoderamento de mulheres, principalmente negras, no território nacional e internacional. Neste sentido, destacamos a criação do Instituto da Mulher Negra – Geledés, fundado em 1988 e que tem promovido projetos e circulação de produção acadêmica através de cartilhas e encontros de pesquisadores/as e ativistas feministas a respeito de temas como: raça, gênero, direitos humanos, educação e políticas públicas direcionadas às mulheres.

Na década de 1990,houve a criação do GEERGE – Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas publicações estão centradas em três eixos temáticos: 1. gênero, sexualidade e educação; 2. políticas do corpo e saúde e 3. infância, gênero e sexualidade. Importantes publicações desse grupo sinalizaram a necessidade de discussões teóricas e políticas sobre gênero em interlocução com o campo educacional. Algumas de suas publicações tiveram grande relevância para a consolidação dos estudos de gênero e sexualidade no país, entre elas destacam-se: 1. Gênero, sexualidade e educação, publicado em 1997, pela pesquisadora Guacira Lopes Louro; 2. O corpo educado: pedagogias da sexualidade, lançado em 1999, da mesma autora;3. Educação Infantil para que te quero?, de autoria de Carmem Craidy e Gládis Kaercher, em 2000; 4. Um corpo estranho, publicado em 2004, por Guacira Louro e 5. Cérebro azul ou rosa: os impactos das diferenças de gênero na educação, lançado em 2013, por Lise Eliot.

Destaca-se, também, a criação da Ong ECOS – Comunicação em Sexualidade, fundada em 1990, com foco nos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, especialmente de mulheres e das juventudes. A ECOS tem sido assídua na promoção de divulgação científica através de publicações de livros, cartilhas e projetos de extensão a respeito de gênero e sexualidade⁸.

Ainda em 1992, foi criada a REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero, organização sem fins lucrativos com o objetivo de articular e desenvolver estudos sobre relação de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. Congrega aproximadamente 130 pesquisadores/as através de 23 núcleos e grupos de estudos vinculados às instituições de Ensino Superior e de Pesquisa das referidas regiões. A Redor

⁸ . Projetos, cartilhas e livros podem ser acessados gratuitamente no site da Ong: <http://ecos.org.br/o-que-fazemos/>

conta ainda com o apoio da Fundação Ford, por meio de projetos institucionais, assim como com a colaboração do CNPQ, CAPES e Secretarias de Políticas para Mulheres, no âmbito do Governo Federal, Estadual e Municipal.⁹ Desde sua criação, a REDOR tem promovido diversos encontros de pesquisadores/as, representantes de ONGs e entidades públicas, realizando em 2018 seu décimo oitavo encontro nacional.

Em 1998, foi criado o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades–GEMA, na UFPE. Desde então, o GEMA tem se destacado na área de ensino, pesquisa e extensão a partir de enfoques feministas, atuando principalmente no campo da saúde e direitos humanos, com olhares direcionados aos direitos sexuais e reprodutivos. Atualmente, está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia–PPGPsi.

Criado em 2008, o *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito– NEPGD*¹⁰, da Universidade Federal da Paraíba emergiu a partir de financiamento obtido junto à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O núcleo chama a atenção por ter sido o primeiro no Brasil a estar vinculado a um Centro de Práticas Jurídicas. Atualmente, tem centrado seus trabalhos em quatro eixos temáticos: 1. teoria feminista do direito e da justiça; 2. gênero, direito e mídia; 3. gênero, direito e saúde e 4. direito e desenvolvimento.

Em relação aos seminários nesse campo de estudos, destacamos o “Fazendo Gênero”, organizado pela UFSC, cuja primeira edição ocorreu em 1994 e, atualmente, tem status internacional. Esse evento, ao longo de seu tempo de existência, gerou importantes publicações. Desde sua criação, o *Fazendo Gênero* em suas diversas edições tem reunido pesquisadores/as do cenário nacional e internacional possibilitando expansão e consolidação dos estudos sobre gênero em nosso país.

Em 2003, tivemos a criação do grupo de estudo intitulado “Gênero, sexualidade e educação” (GE 23), no âmbito da 26ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação e em 2004, na 27ª Reunião Anual, o GE 23 passou a ser o grupo de trabalho “Gênero, sexualidade e educação” – GT 23. Rosa (2015) destaca que a ANPED

⁹ . Mais informações a respeito da produção acadêmica do REDOR podem ser encontradas no site da referida ONG: <http://mulherciencia.com/redor/>

¹⁰. Informações a respeito de pesquisadores/as vinculados/as e publicações podem ser obtidas acessando o site institucional: http://www.ccj.ufpb.br/nepgd/quem_somos.html

é um espaço profícuo para o debate teórico e político a respeito das pesquisas educacionais, pois consegue reunir pesquisadores/as de diversas regiões brasileiras além de incentivar a produção científica no cenário nacional e internacional, todavia ainda é um espaço muito restrito, de circulação de pesquisa majoritariamente das regiões sul e sudeste do país.

Os estudos sobre gênero se propagaram e ganharam notoriedade ao longo do recorte temporal proposto da pesquisa em questão. Temáticas como: família, raça, etnia, sexualidade, feminilidade, masculinidade, homossexualidades, transsexualidades, travestilidades, lesbianidades, relações de gênero, feminismos e outras esculpiram o que atualmente podemos dizer que compõe o guarda-chuva *gênero*. Retomando as inquietações que norteiam a realização desta pesquisa, especialmente em Pernambuco, como emergem os estudos sobre gênero no contexto de pesquisas de pós-graduação na UFPE? A partir de que período? Em que programas estão situados estes estudos? Como a produção sobre gênero se desenvolve ao longo do tempo na UFPE? Quais os principais temas de interesse de pesquisa? Com que outros temas: sexualidade, raça, classe social, geração e outros se articulam?

3 TECENDO CAMINHOS INVESTIGATIVOS E ANALÍTICOS

Como já foi apontado no capítulo anterior, a pesquisa em questão está apoiada nos pressupostos da perspectiva pós-estruturalista demandando novos posicionamentos do/a pesquisador/a na sua relação com o conhecimento. A pesquisa pós-estruturalista solicita do/a pesquisador/a a imersão em campos teóricos das ciências sociais que necessariamente implicam em uma (auto)crítica a respeito da perspectiva epistemológica na qual está articulado/a.

Ancoramo-nos na racionalidade retrodutiva (Oliveira; Oliveira; Mesquita, 2013) entendendo que teoria e método são indissociáveis e a metodologia não está articulada a um conjunto de técnicas e regras, compreendendo desta forma que a pesquisa deve ser guiada pelo problema do estudo. Em contraste aos modelos de racionalidade indutiva e dedutiva, a racionalidade retrodutiva está relacionada à crítica da noção de predição, teste, confirmação e refutação.

Como ressalta Corazza (p. 121, 2007), a prática de pesquisa que um/a pesquisador/a escolhe adotar diz respeito ao modo como fomos e estamos subjetivadas/os, como entramos no jogo de saberes e como nos relacionamos com o poder. Na próxima seção delineamos como foi constituído o *Corpus* do estudo proposto.

3.1 A constituição do *Corpus*

Para definição e constituição do **Corpus** nos apoiamos no que propõem Bauer e Aarts (2008): que o mesmo apresente relevância, sincronidade e que contemple os objetivos do estudo. Portanto, os assuntos devem ser teoricamente relevantes, centrados numa temática e os dados devem obedecer a um recorte histórico.

Como apontado na introdução, o objetivo geral dessa pesquisa foi delinear um mapeamento dos estudos sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE entre 1979 a 2017. Para atender ao objetivo geral propomos três objetivos específicos: 1) analisar o processo de emergência e expansão dos estudos de gênero nos diferentes Programas de pós-graduação da UFPE; 2) observar os deslocamentos e recorrências nas temáticas destes

estudos; 3) verificar as tendências teóricas e analíticas das pesquisas desenvolvidas.

Para contemplar os objetivos citados, decidimos que os dados do estudo seriam constituídos a partir de pesquisa denominada “estado da arte ou “estado do conhecimento” seguida de elaboração de quadros, gráficos e discussões sobre os mesmos. Em sintonia com Ferreira (2002) este tipo de pesquisa é de caráter bibliográfico e desafia o/a pesquisador/a a mapearem e discutirem uma determinada produção acadêmica em campos diversos de conhecimento, em diferentes épocas, lugares e recortes históricos.

O estudo também é do tipo exploratório e descritivo, que segundo Gil (2008), propõe desenvolver uma visão geral e aproximativa de determinado fenômeno. A pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição de determinado objeto de estudo, seu contexto e sua associação com diferentes variáveis (Gil, p. 44, 2008).

Adotamos uma perspectiva de análise do corpus mista, que envolve como ressalta Johnson (2007, p. 123), uma combinação de “elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa com propósito de ampliar e aprofundar o conhecimento e sua corroboração.

Para constituição do corpus, inicialmente acessamos o Repositório Institucional da UFPE almejando conhecer seu funcionamento e acervo. Percebemos que o RI contempla teses e dissertações desenvolvidas a partir de 1979 e, por isso, fizemos o recorte temporal de nosso estudo entre os anos de 1979 e 2017. Em seguida, procuramos estudos sobre gênero e lemos os resumos das teses e dissertações publicadas no recorte temporal do estudo em questão. Esse processo de constituição do *corpus* foi iniciado em setembro de 2017 e finalizou em janeiro de 2018. Fizemos o *download* de todas as produções científicas sobre gênero localizadas no RI. Após o *download* das teses e dissertações fizemos uma breve leitura da introdução e do capítulo metodológico destas pesquisas buscando identificar as tendências teóricas e analíticas da produção científica.

Na seção seguinte iremos apresentar um breve relato sobre o Repositório Institucional de Teses e Dissertações da UFPE.

3.2 Repositório de teses e dissertações da UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi criada em 11 de agosto de 1946, por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 20 de junho de 1946. A instituição atende a estudantes de diversas regiões distribuídos em três *campi*: Recife onde está localizada a sede da universidade, Vitória de Santo Antão, onde localiza-se o Centro Acadêmico de Vitória e Caruaru, onde fica o Centro Acadêmico do Agreste. No quadro I, podemos observar todos os centros acadêmicos que constituem a referida universidade.

QUADRO 1 – Centros acadêmicos da UFPE.

Centros acadêmicos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ CAA - Centro Acadêmico do Agreste ▪ CAV - Centro Acadêmico de Vitória ▪ CAC - Centro de Artes e Comunicação ▪ CB - Centro de Biociências ▪ CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza ▪ CCJ - Centro de Ciências Jurídicas ▪ CCS - Centro de Ciências da Saúde ▪ CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas ▪ CE - Centro de Educação ▪ CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas ▪ CIn - Centro de Informática ▪ CTG - Centro de Tecnologia e Geociências

Fonte: A Autora (2018)

Conforme observado no quadro 1, a instituição possui 12 centros acadêmicos e estes comportam diversos cursos de graduação e pós-graduação. A UFPE possui setenta e sete cursos de pós-graduação, sendo que dezessete ofertam apenas o curso de mestrado e sessenta oferecem mestrado e doutorado. Há seis programas de mestrado no Campus de Caruaru e dois no Campus de Vitória, sendo um apenas mestrado e o outro mestrado e doutorado. A instituição também oferta cursos de especialização na modalidade presencial e à Distância.

A UFPE tem se destacado no cenário nacional e internacional por sua produção acadêmica em diversas áreas do conhecimento ao longo de sua

história. Como o repositório da UFPE será nosso *locus* de pesquisa, consideramos necessário tecer algumas informações sobre o mesmo.

O Repositório Institucional (RI) da UFPE se propõe a reunir, armazenar, preservar, divulgar e garantir o acesso à produção acadêmica e científica da Universidade a partir de um ambiente virtual. O mesmo está inserido no movimento mundial de acesso aberto à produção científica e está organizado em comunidades que estão articuladas aos Centros Acadêmicos da UFPE. Cada comunidade pode reunir sua produção em diferentes coleções agrupando trabalhos de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado entre outros documentos. No quadro 2, apresentamos a quantidade de teses e dissertações arquivadas no RI da UFPE.

QUADRO 2 – Quantidade de teses e dissertações presentes no RI da UFPE, por década.

Teses e dissertações no repositório da UFPE por data de publicação	
Ano de publicação	Quantidade de publicação
2010 – 2017	9.387
2000 – 2009	7.086
1990 – 1999	80
1980 – 1989	16
1979 – 1979	01
Total	16.570

Fonte: A Autora (2018)

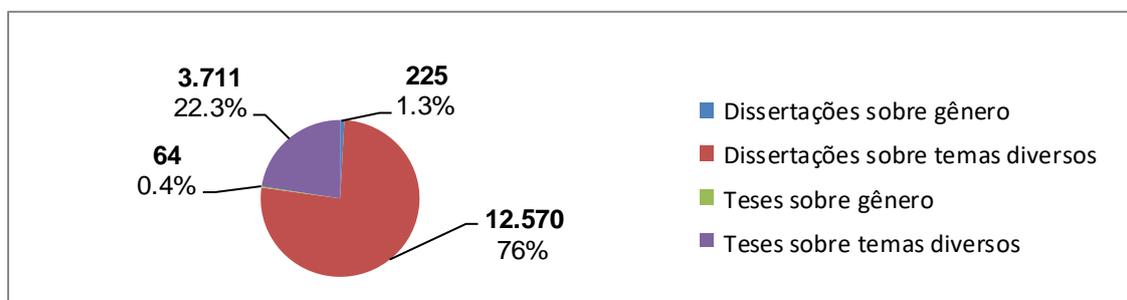
Podemos observar no quadro acima que o arquivo de teses e dissertações na UFPE se dá a partir do ano de 1979 e que na primeira década do século XXI, o número de teses e dissertações no repositório é aproximadamente setenta e três vezes maior que nas duas últimas décadas do século XX, apresentando um leve crescimento entre a segunda e primeira década do século XXI. Considerando a discrepância quantitativa contatamos a

bibliotecária da universidade e responsável pelo RI almejando buscar informações a respeito dos números que estão disponíveis no site. Fomos informadas que a exigência de depósito de teses e dissertações só foi em 2007 e que a mesma não teria como dispor dos dados impressos, pelo fato do sistema de catalogação está com problemas até o momento de coleta dos dados do estudo proposto. Dessa forma, os dados coletados entre 1979 a 2006 nos dão um retrato parcial da produção científica sobre gênero na Universidade Federal de Pernambuco.

3.3 O processo de emergência e expansão dos estudos de gênero nos diferentes Programas de Pós-Graduação da UFPE

Os estudos sobre gênero na UFPE emergiram em contexto histórico e político distinto nos variados Programas de Pós-Graduação. Como já foi apontado na introdução e decorrer deste trabalho, o nosso recorte temporal compreende os anos de 1979 a 2017, período de publicação no repositório das produções científicas. Em 1979, consta apenas o registro de uma dissertação de mestrado, todavia não abordava gênero. Como não discutia a referida temática no citado ano, distribuimos os anos seguintes por década como explicitado no quadro 2. No gráfico 2, delineamos a quantidade de teses e dissertações presentes no RI compreendida no recorte temporal do estudo proposto.

GRÁFICO 2: Quantidade de teses e dissertações defendidas na UFPE entre 1979 – 2017, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

No quadro 2, observamos que foram publicados 16.570 trabalhos, neste período, entre teses e dissertações. O gráfico nos aponta que desse quantitativo, 1,3% são dissertações sobre gênero, 76% dissertações sobre temas diversos, 0,4% teses sobre gênero e 22,3% teses sobre temas diversos. Constatamos um quantitativo mínimo tanto de teses quanto dissertações de mestrado abordando a temática gênero. Iremos observar melhor a emergência e expansão dos estudos no decorrer dos anos entre cada década, onde tecemos o contexto histórico para discutirmos o surgimento da produção científica neste campo de estudo separando-os por década, exceto os anos compreendidos entre 2010 a 2017 que não contemplam dez anos, mas serão discutidos de forma conjunta para melhor compreendermos os dados

3.3.1 Os estudos de gênero nos diferentes programas de pós-graduação da UFPE na década de 1980

Como apontado no capítulo 1, a década de 1980 foi marcada por significativas mudanças no contexto político em nosso país, demandando da sociedade civil novos posicionamentos a respeito da sua atuação nas decisões políticas no Brasil. Vivenciávamos forte crise econômica e rico processo de redemocratização. Nesse cenário, o feminismo brasileiro estava articulado em prol da conquista de direitos para as mulheres. Estava em gestação a criação de sindicatos, partidos e outros espaços de luta e disputa de poder.

Até a década de 1970 os estudos sobre gênero estavam muito associados a “estudos sobre mulher” onde se discutia a situação de mulheres em esferas como família e trabalho. Como ressaltam Heilborn e Sorj (1999), a partir da década de 80 é possível perceber a transição da categoria analítica “mulher” para gênero. Na primeira, temos uma análise muito associada a experiências das mulheres nas relações em sociedade e, na segunda, a articulação de uma categoria analítica que colocava focava não apenas as relações de gênero na vida em sociedade, mas também como o gênero afeta a produção do próprio conhecimento.

Na década de 1980, o país vivenciava também a emergência da aids, o que exigiu profundas mudanças sociais que configuravam novos

comportamentos com clara ênfase no debate sobre saúde pública e sobre sexualidades (PELÚCIO; MISKOLSI, 2009). A epidemia fortaleceu posicionamentos heteronormativos que eram e ainda são hegemônicos na sociedade brasileira, embora os movimentos LGBT tenham conquistado espaço e notoriedade no país nas décadas seguintes.

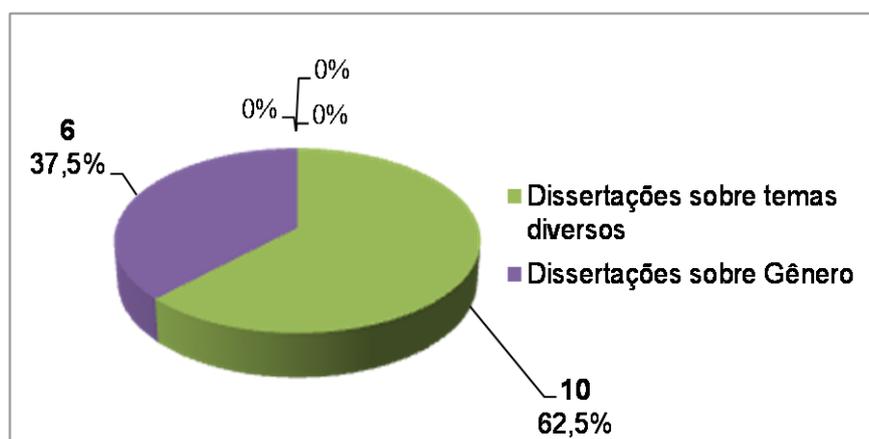
A institucionalização da produção científica sobre gênero no contexto brasileiro não ocupou espaço igual entre as diferentes áreas científicas. Alguns estudos como o de Céli Pinto (1992), Alvarez (1994), Heilborn e Sorj (1999) apontam que a incorporação dos estudos sobre gênero entre as ciências sociais, por exemplo, foi bastante desigual. À medida que na Antropologia tínhamos mais do dobro de pesquisas versando sobre gênero se comparado à Sociologia, entre as décadas de 1970 a 1990, na Ciência Política ainda era nula a produção científica sobre a temática. Não era por acaso que na Ciência Política ainda não estivéssemos com produção expressiva de estudos sobre a temática, pois não tínhamos quase envolvimento de mulheres na academia em cursos na área de política. Em contrapartida, a antropologia historicamente se debruçou sobre temáticas relacionadas à história das mulheres, como família, papéis sexuais e divisão do trabalho, o que impulsionou e possibilitou avanços na expansão e consolidação dos estudos de gênero em nosso país.

Heilborn e Sorj (1999) analisaram periódicos de grande circulação no Brasil entre os cientistas sociais e verificaram que os estudos de gênero ocupam espaço minoritário. As pesquisadoras analisaram trezentos e quarenta e dois artigos publicados em cinquenta e sete números da revista “Novos Estudos”, do CEBRAP - Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento, entre 1975 a 1996. Desses, apenas nove (2,6%) versavam sobre gênero. Na “Revista Brasileira de Ciências Sociais”, de 277 artigos publicados entre 1986 e 1998, apenas nove (3,25%) discorriam sobre gênero. Na revista “Dados”, do total de 285 trabalhos, entre 1975 a 1997, somente sete (2,5%) eram sobre gênero. Na “Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais” -BIB ,apenas 24% versaram sobre questões relacionadas à temática. O contraste chamou nossa atenção, visto que a partir da década de 80 já presenciávamos expansão dos estudos concernente a temática. Acredita-se

que a referida produção científica esteja associada a própria construção histórica e política de cada revista citada e ao contexto político do país.

No cenário da produção científica sobre gênero no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco, ao contrário dos estudos de Pinto (1992), Alvarez (1994), Heilborn e Sorj (1999), constatamos dissertações a respeito da temática apenas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA. No gráfico 3 apresentamos a quantidade de dissertações presentes no RI-UFPE entre 1980 a 1989.

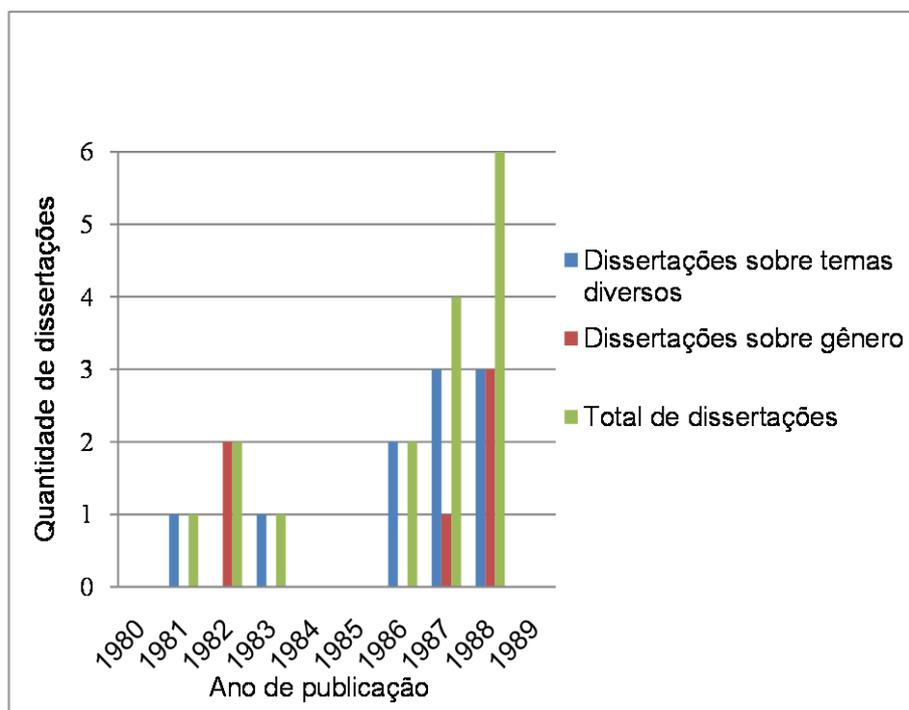
GRÁFICO 3: Quantidade de dissertações sobre gênero defendidas na UFPE na década de 1980, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o gráfico 3, na década de 1980 houve apenas defesas de dissertações na UFPE. Foram dez trabalhos (62,5%) sobre temas diversos e seis (37,5%) abordando gênero. Neste período, a produção científica de gênero representa quase 40% da produção geral. O que nos chamou atenção foi o fato desta ter sido exclusivamente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, o que intuímos não ser por acaso, visto que historicamente esta área se debruça sobre temáticas correlacionadas ao campo de gênero e o PPGA foi um dos primeiros programas de pós-graduação na UFPE. No gráfico 4 mostramos como foram distribuídos estes trabalhos por ano de publicação.

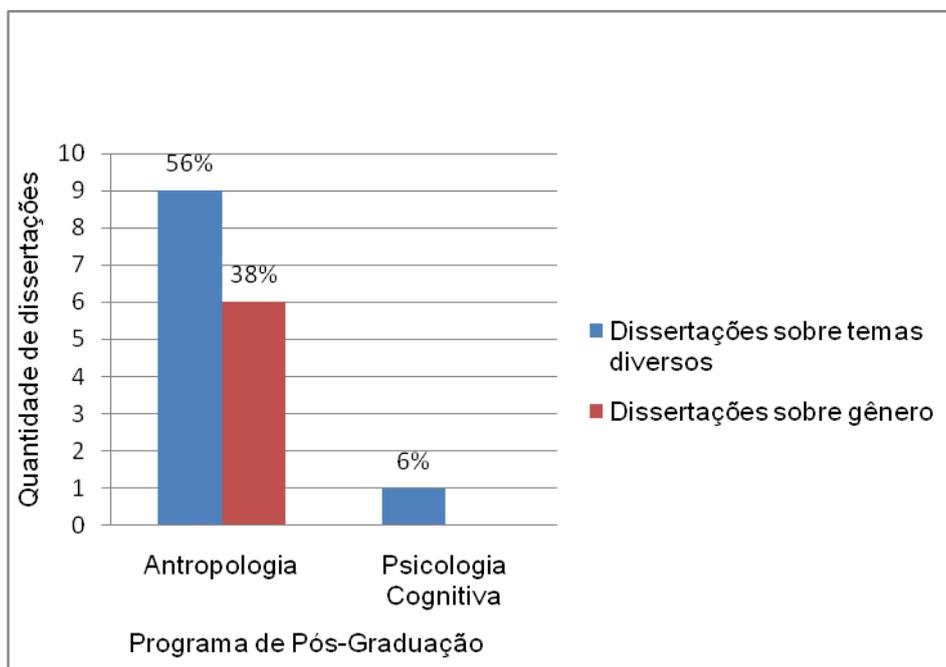
GRÁFICO 4: Quantidade de dissertações defendidas na UFPE, por ano, entre 1980 e 1989, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

Na referida década, localizamos publicações no RI defendidas a partir de 1981. As duas primeiras dissertações que discutiam gênero foram defendidas em 1982. Somente cinco anos depois, em 1987, surge um novo trabalho sobre o tema. Em 1988, há novamente três trabalhos. No gráfico 5 é possível observar a quantidade de dissertações por programa de pós-graduação. O ano de 1982, portanto, marca o início da produção científica sobre gênero na UFPE e o Programa de Pós-graduação em Antropologia se destacou na década de 1980 por ser responsável pela maioria das defesas de dissertações de mestrado e por 40% de suas pesquisas de mestrado contemplarem a discussão sobre gênero. Constatamos também a publicação de uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, porém esta não abordava gênero.

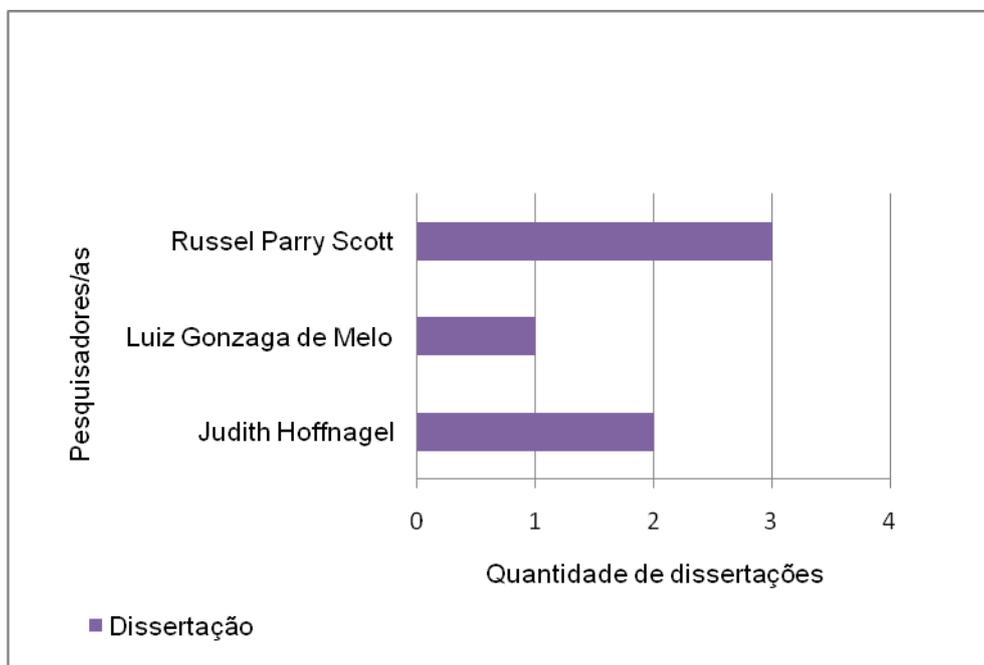
GRÁFICO 5: Quantidades de dissertações defendidas na UFPE, por programa de pós-graduação, na década de 1980, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA, foi fundado em 1977, ofertando o curso mestrado e consolidou sua trajetória em 2001, com a criação do curso de Doutorado. Tem como principal objetivo produzir e difundir conhecimento, possibilitando formação acadêmica a profissionais da Antropologia. Pesquisadores/as como René Ribeiro, Roberto Motta, Judith Chambliss Hoffnagel e Russell Parry Scott, tiveram contribuições essenciais nos primeiros anos do programa. No gráfico 6 destacamos os/a pesquisadores/as que se destacam na orientação de dissertações sobre gênero no período citado.

GRÁFICO 6: Pesquisadores/as do Programa de Pós-graduação em Antropologia que orientaram dissertações sobre gênero na década de 1980, segundo o Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

O gráfico anterior nos aponta Russel Parry Scott com três orientações de dissertações sobre gênero, seguida de Judith Hoffnagel com duas e Luiz Gonzaga com uma orientação, na referida década. Exceto Luiz Gonzaga, os demais também terão produções sobre gênero nas décadas seguintes. Além de iniciar a pesquisa científica sobre a referida temática na UFPE, o PPGA continuará a produção do conhecimento a respeito da temática nas décadas posteriores, contribuindo para expansão e consolidação da mesma. Chamou-nos atenção na produção científica analisada que, embora tenhamos orientações de dois pesquisadores e uma pesquisadora na década de 80, apenas mulheres foram autoras das dissertações sobre gênero. Provavelmente, esteja associado ao fato da temática inicialmente estar muito associada aos estudos sobre mulher, papéis sociais, sexuais e relações de parentesco. Na subseção 2.3.2 apresentamos a emergência e expansão dos estudos de gênero nos diferentes Programas de Pós-Graduação da UFPE na década de 1990.

3.3.2 Os estudos de gênero nos programas de pós-graduação da UFPE na década de 1990

Na década de 1990, as discussões sobre gênero despontavam no contexto político brasileiro e uma das principais pautas da sociedade civil organizada era direitos da mulher (PINTO, 2003). Dias e Zucco (2014) ressaltam que no ano de 1992, no Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, evento paralelo ao ECO-92, movimentos de mulheres brasileiras ocuparam espaço significativo nos debates teóricos e políticos sobre meio ambiente e desenvolvimento, através do Planeta Fêmea. Isto possibilitou que feministas do contexto nacional e internacional pudessem ampliar as discussões a respeito de gênero e suas implicações nas relações em sociedade.

Outro marco importante na referida década foi a criação em Viena, em 1993, da Conferência Mundial sobre Direitos humanos como apontado no capítulo 2. Neste ano tivemos a inclusão dos direitos das mulheres de forma mais ampla nas atividades das Nações Unidas colocando em foco discussões a respeito dos direitos das mulheres e meninas, violência de gênero, equidade de gênero, entre outras.

A Conferência possibilitou que gênero passasse a ocupar também espaço nas discussões sobre Direitos Humanos e desta forma ganhar notoriedade no cenário brasileiro e internacional. Conquista também marcante foi o sistema de cotas na Legislação Eleitoral. Através da Lei no 9.100/95 e da Lei no 9.504/97 se disciplinou as eleições municipais reservando 20% das vagas de cada partido para participação de mulheres e, em seguida, se estendeu para todas as eleições, propiciando e estimulando a participação de mulheres na política.

É inegável o impacto da conquista de política de cotas, mas, também, é importante observarmos que embora tenhamos na contemporaneidade o envolvimento de mulheres na política ainda é muito restrito este acesso, visto que até o momento na presidência da república, a exemplo, só uma mulher conseguiu ser eleita e mesmo assim por pressão do Congresso e grupos conservadores da sociedade civil terminou entrando para a história do nosso

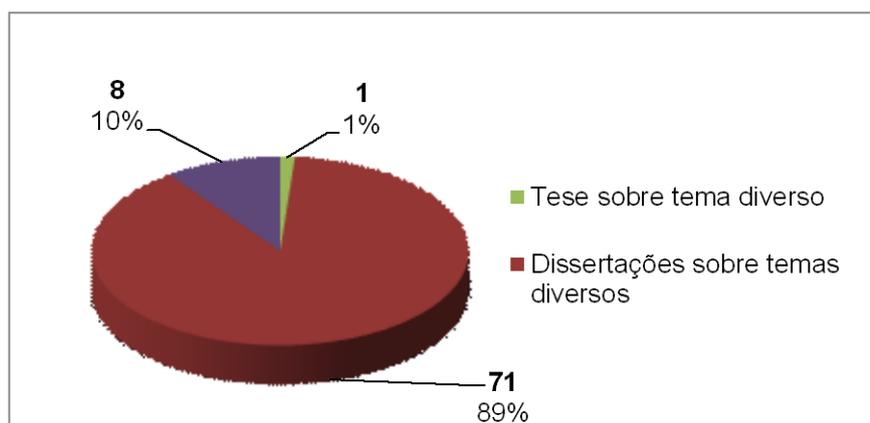
país como a primeira mulher a ser eleita presidente e ser deposta por processo de impeachment, em 2016, condenada injustamente por crime de responsabilidade, num claro contexto de golpe político.

Em 1995, tivemos a “IV Conferência Mundial sobre a Mulher: ação para igualdade, o desenvolvimento e a paz”, realizada em Beijing na China, que favoreceu e fortaleceu os movimentos feministas e de mulheres e incentivou a a produção científica sobre gênero.

A produção científica sobre gênero foi se expandindo à medida que os anos passaram. Espaços de discussão teórica e política a respeito da temática foram criados e se consolidaram no decorrer das décadas. Como salientado por Citeli (2005) a trajetória dos estudos sobre gênero vai se imbricando com a emergência de estudos sobre sexualidade. As questões que tangem os estudos de gênero passam a ser atravessadas por discussões a respeito de educação, identidade, família, feminilidades, masculinidades, trabalho, política, religião, direito, mídia, direitos sexuais e reprodutivos entre outras.

Como foi a produção científica sobre gênero na década de 1990 nos programas de pós-graduação da UFPE? Quais programas se destacaram? No gráfico 7 apresentamos a quantidade de teses e dissertações defendidas na UFPE na década de 1990.

GRÁFICO 7: Quantidade de teses e dissertações defendidas na UFPE na década de 1990, presentes no Repositório Institucional.

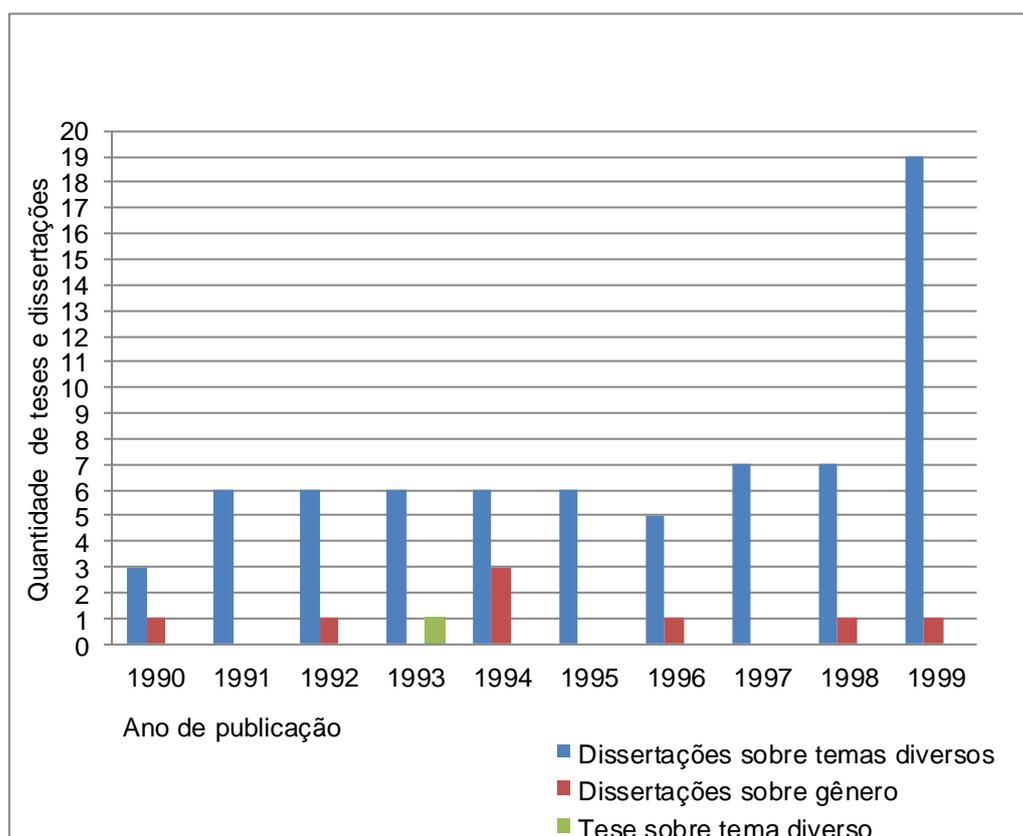


Fonte: A Autora (2018)

O gráfico acima mostra que consta no Repositório Institucional da UFPE que na década de 1990, foram defendidas setenta e uma dissertações (89%)

de mestrado e uma tese de doutorado (1%) sobre temas diversos e oito dissertações (10%) que contemplavam a temática gênero. Novamente, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA da instituição se destacou, porém constatamos também produção científica no Programa de Ciência Política e Sociologia. Acredita-se não ser por acaso que estes últimos também tenham contribuído com a produção do conhecimento na época, pois gênero ganhava notoriedade como objeto de estudo de vários/as pesquisadores/as de campos diversos do conhecimento, após a década de 1980 mais notadamente. No gráfico 8 apresentamos a quantidade de dissertações sobre gênero defendidas UFPE por ano de publicação na década de 1990.

GRÁFICO 8: Quantidade de dissertações sobre gênero defendidas na UFPE, por ano, entre 1990 e 1999, presentes no Repositório Institucional.

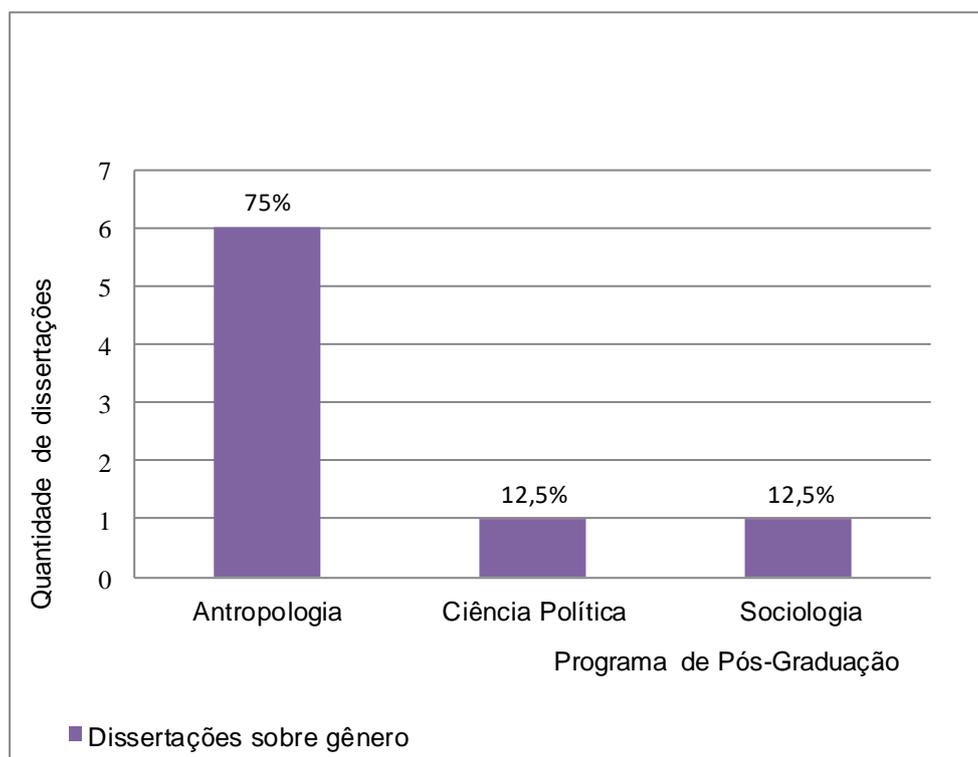


Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o gráfico não tivemos nenhuma publicação de tese sobre gênero entre os anos citados. Constatamos dissertações sobre gênero nos

seguintes anos: 1990, 1992, 1994, 1996, 1998 e 1999, sendo três em 1994 e uma por ano nos demais. Os estudos contemplando a referida temática representam 10% da produção científica da década. Embora a produção científica sobre gênero apresente porcentagem menor que a década anterior, a quantidade absoluta de trabalhos permaneceu a mesma, o que aumentou significativamente foi a quantidade de dissertações nesse período (80 trabalhos) em relação aos anos de 1980 (16 trabalhos). A produção científica sobre temas diversos em 1999 foi aproximadamente 6 vezes maior que no início da década. Esse crescimento, provavelmente, está associado ao incentivo à pesquisa no Brasil a partir da referida década. No gráfico 9 apresentamos os Programas de Pós-Graduação que se destacaram na produção científica sobre gênero entre 1990 e 1999, na UFPE.

GRÁFICO 9: Quantidade de dissertações sobre gênero, por Programa de Pós-Graduação da UFPE, defendidas na década de 1990, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

Novamente o Programa de Pós-Graduação em Antropologia se destacou na produção científica sobre gênero sendo responsável por seis (75%) das oito dissertações encontradas, seguida de uma (12,5%) dissertação

no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e outra em Sociologia (12,5%). Em contraste com a década anterior, tivemos a publicação de mais dois trabalhos abordando gênero. No gráfico a seguir, apresentamos os/as pesquisadores/as que orientaram as dissertações sobre a temática na supracitada década.

GRÁFICO 10: Orientadores/as das dissertações sobre gênero defendidas na UFPE, na década de 1990, segundo o Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

Nesta década, o professor Russel Scott também foi o que mais orientou sobre a temática, porém, aumenta o número de docentes da UFPE com orientações nessa área. Dentre eles/as, a pesquisadora Zélia Maria Pereira da Silva estava vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Paulo Henrique N. M. Albuquerque ao de Sociologia. O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP foi criado inicialmente como especialização em 1979¹¹. Atualmente, oferece mestrado e doutorado e dispõe das seguintes linhas de pesquisa: 1. Democracia e Instituições (Instituições políticas, democracia, política comparada e políticas públicas) e 2. Relações Internacionais (Política internacional). O Programa de Pós-Graduação em

¹¹. No site do Programa de Pós-Graduação não há informação a respeito do ano de implantação do mestrado e doutorado. Para mais informações acessar: <https://www.ufpe.br/politica/o-programa>

Sociologia – PPGS/UFPE igualmente oferece cursos de Mestrado e Doutorado. Iniciou suas atividades em 1967 com a criação do Programa Integrado em Economia e Sociologia (Pimes). Os Cursos de Mestrado em Sociologia e em Economia ocorreram em conjunto até 1981. Em 1995, houve a criação do Curso de Doutorado consolidando o referido programa. Atualmente, dispões das seguintes linhas de pesquisa: 1. Cultura política, identidade coletiva e representações sociais; 2. Educação, trabalho, ciência e tecnologia; 3. Família e gênero; 4. Organizações, espacialidade e sociabilidade; 5. Processos sociais rurais e novas tendências na agricultura e 6. Teoria e pensamento social.

A produção científica sobre gênero na década de 1990 foi equivalente a 10% do total de teses e dissertações defendidas na UFPE nesse período. O PPGA continuou sendo o responsável pela maioria da produção científica de gênero dentro desse recorte temporal. A quantidade de discentes, por gênero, que desenvolveram as pesquisas é, praticamente, a mesma: quatro mulheres e três homens, sendo que é a primeira vez que estudantes homens (dois no total) desenvolvem dissertações sobre o tema.

Será que isto se repete nos anos posteriores? Que programas de pós-graduação se destacaram na produção trabalhos de conclusão de curso - TCC sobre gênero entre os anos de 2000 e 2009? Quais docentes orientaram esses trabalhos? Na subseção seguinte apresentamos dados sobre os estudos de gênero nos diferentes programas de pós-graduação entre os anos de 2000 a 2009.

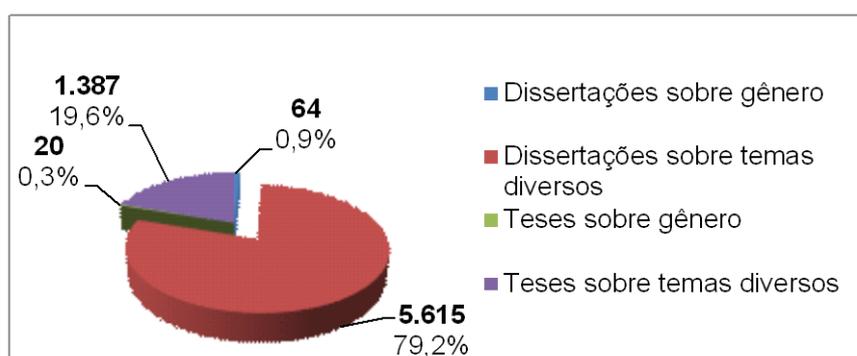
3.3.3 Os estudos de gênero nos programas de pós-graduação da UFPE entre os anos de 2000 e 2009

Entre os anos 2000 e 2009, aumenta o número absoluto de estudos sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE, segundo dados do Repositório Institucional. Como citado no capítulo 1, nesse período observa-se no Brasil forte investimento discursivo em torno de temáticas como equidade de gênero, sexualidades, feminilidades, masculinidades, direitos LGBT, relações de gênero no campo escolar, entre outras.

Nesse contexto destaca-se a implementação, em 2004, pelo governo federal, do “Brasil sem Homofobia”, programa de combate à violência e à discriminação contra Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBT), a instituição da Secad-MEC e, em 2006, a criação do programa “Gênero e Diversidade Sexual na Escola”, lançado pelo Ministério da Educação em parcerias com ONGs, secretarias de educação e universidades.

Houve por parte do Governo Federal um amplo investimento em políticas de inclusão social que contemplavam demandas históricas de grupos tradicionalmente subalternizados – LGBTs, mulheres, negros e negras, populações indígenas, camponesas etc. Assim, entre os anos 2000 e 2009 identificamos trabalhos de conclusão de curso sobre gênero em diferentes programas de pós-graduação da UFPE, assim como, maior diversidade de recorte temático. Nesse período, especificamente em 2007, se torna obrigatório o depósito de teses e dissertações no Repositório Institucional da UFPE, dando visibilidade e tornando mais fácil o acesso às teses e dissertações produzidas na Universidade.

GRÁFICO 11: Quantidade de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre os anos 2000 e 2009, presentes no Repositório Institucional. (n=7.086)

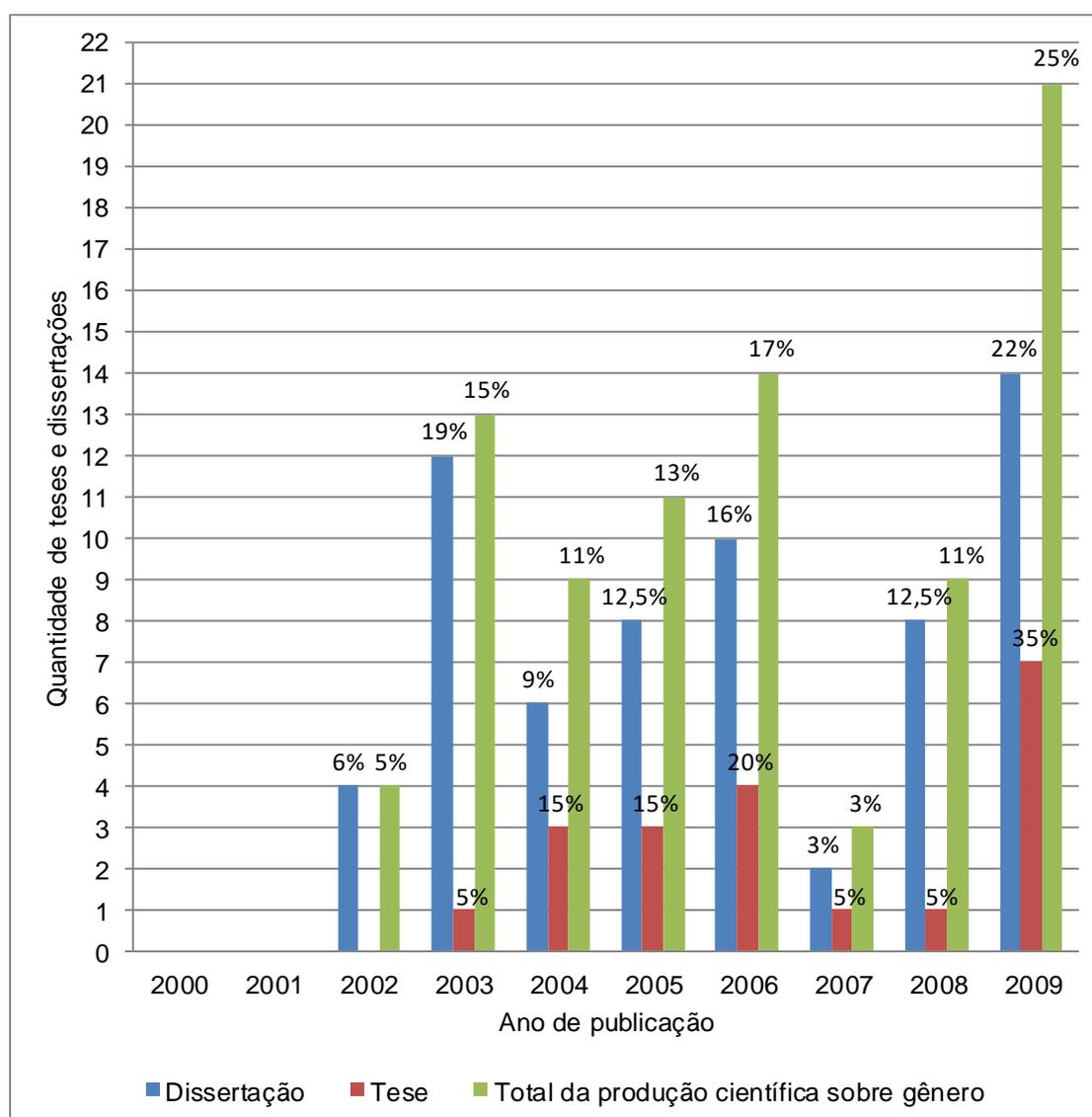


Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o gráfico 11, dos 7.086 trabalhos de conclusão de curso defendidos nos programas de pós-graduação da UFPE entre os anos de 2000 e 2009, sessenta e quatro (0,9%) eram dissertações de mestrado e vinte (0,3%) eram teses de doutorado que versavam sobre gênero. Encontramos no RI um número 80 vezes maior de trabalhos que na década anterior. Até 2007, como já dito, não era obrigatório o depósito digital do trabalho no RI-UFPE, isto

nos inquietou e aguçou desejos para pesquisas futuras onde tenhamos a possibilidade de mapear a produção científica de gênero conjunta ao banco de teses e dissertações impressas presentes na Biblioteca Central da UFPE. Constatou-se que à medida que presenciávamos aumento no quantitativo de teses e dissertações no RI, gênero passa a ocupar espaço minoritário chamando mais ainda a nossa atenção e inquietando para trabalhos futuros. A produção do conhecimento sobre gênero não se apresentou de forma igual entre os anos na década apresentada, podemos perceber isso no gráfico 12.

GRÁFICO 12: Quantidade de teses e dissertações sobre gênero, defendidas na UFPE entre 2000 e 2009, presentes no Repositório Institucional, por ano de publicação.

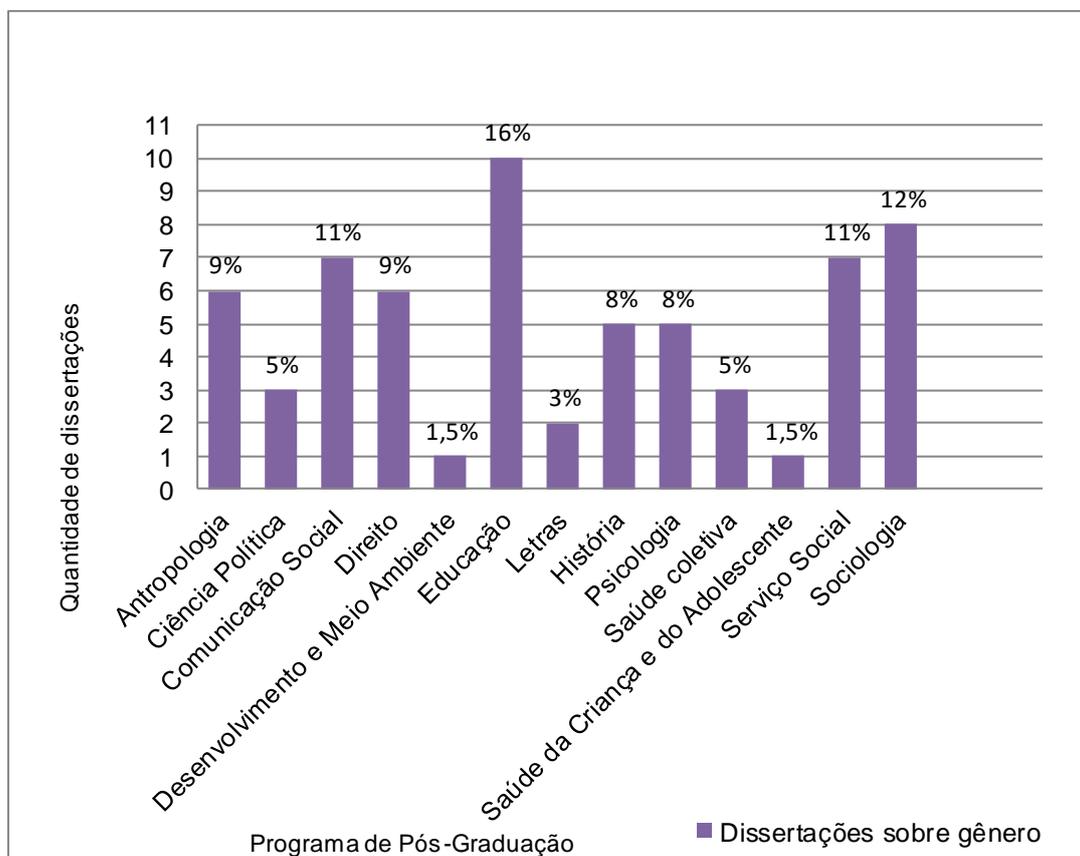


Fonte: A Autora (2018)

Os estudos abordando gênero na referida década foram distribuídos no gráfico 12 de forma oscilatória entre mínimos e máximos, distintos por tipo de trabalho (tese ou dissertação). Concernente as dissertações sobre gênero em 2002 constatamos 6%, 2003 (19%), 2004 (9%), 2005 (12,5%), 2006 (16%), 2007 (3%), 2008 (12,5) e 2009 (22%). Mesmo com a obrigatoriedade da entrega digital da produção científica dos/as mestrandos/as vinculados a universidade, foi possível constatar pouco aumento concernente as dissertações contemplando gênero o que pode estar nos apontando que no âmbito da UFPE tenhamos poucas produções científicas a respeito da temática.

Concernentes a teses sobre gênero encontradas no repositório, constatamos em 2003 (5%), 2004 (15%), 2005 (15%), 2006 (20%), 2007 (5%), 2008 (5%) e 2009 (35%). Ao longo dos anos a quantidade destes trabalhos foram oscilando e em 2009 tivemos sete vezes a quantidade de teses que em 2002. A distribuição dos trabalhos também não ocorreu de maneira uniforme nos diferentes programas de pós-graduação, isto é apresentado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 13: Dissertações sobre gênero defendidas na UFPE entre os anos de 2000 e 2009, por Programa de Pós-Graduação, presentes no Repositório Institucional. (n=64)



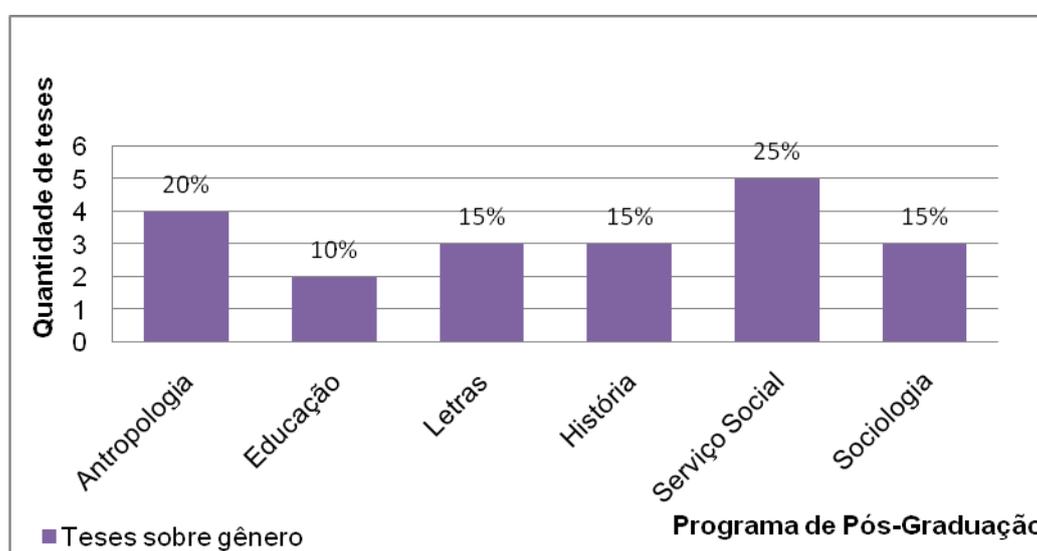
Fonte: A Autora (2018)

Nessa década, observamos que foram produzidas dissertações de mestrado sobre gênero em treze programas de pós-graduação da UFPE. Destaca-se o Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE com 16% da produção científica, seguido do programa de Pós-Graduação em Sociologia com 12%, Serviço Social e Comunicação Social com 11%, Antropologia e Direito com 9%, História e Psicologia com 8%, Ciência Política e Saúde Coletiva com 5%, Letras com 3%, Desenvolvimento e Meio Ambiente e Saúde da Criança e do Adolescente com 1,5%. Acredita-se que a produção de dissertações sobre gênero no PPGE tenha se destacado nesta década devido aos investimentos discursivos e políticas de gênero que estavam sendo implantadas no campo educacional neste período. O PPGE foi criado em 1978 com o Curso de Mestrado, consolidando sua trajetória em 2002 com a implantação do Doutorado. Atualmente, é constituído pelas seguintes linhas de

pesquisa: 1. Educação e espiritualidade; 2. Educação e linguagem; 3. Formação de professores e prática pedagógica; 4. Política educacional, planejamento e gestão da educação; 5. Teoria e história da educação e 6. Subjetividades coletivas, movimentos sociais e educação popular.

No cenário da produção de trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação *stricto sensu* na UFPE, no período de 2000 a 2009, a quantidade de teses e dissertações ocorreu de maneira distinta, desta forma também ilustramos a quantidade de teses sobre gênero no gráfico a seguir.

GRÁFICO 14: Quantidade de teses sobre gênero defendidas entre 2000-2009, por programa de pós-graduação da UFPE, presentes no Repositório Institucional. (n=20)

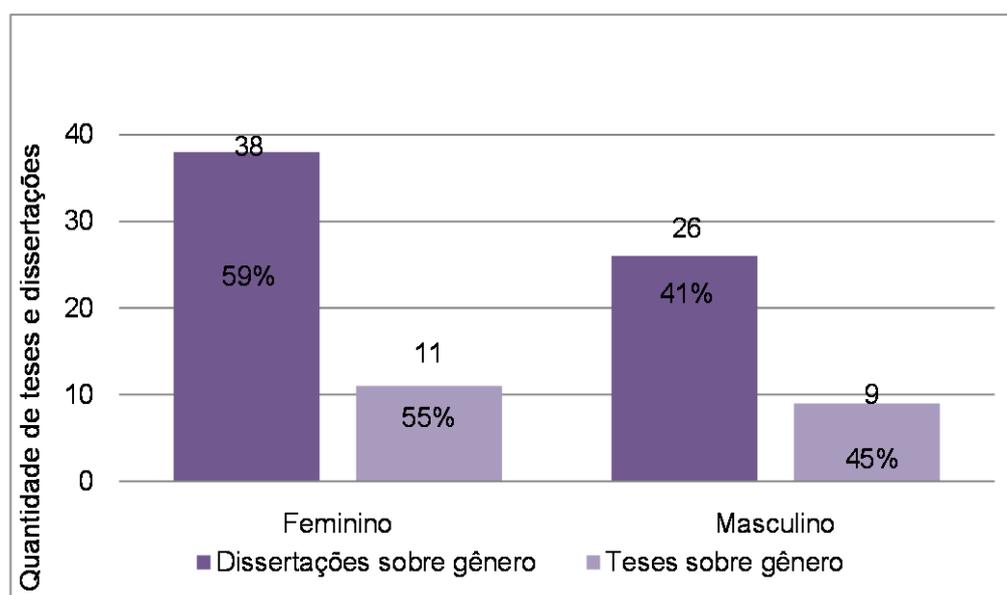


Fonte: A Autora (2018)

No que diz respeito à produção de teses sobre gênero, o maior número de trabalhos defendidos ocorreu no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS (25% das teses), seguido do Programa em Antropologia (20%), do Programa de Letras e de História (15%) e, por fim, do de Educação e de Sociologia (10%). O PPGSS foi criado em 1979 com o Curso de Mestrado, sua trajetória se consolidou em 1999 com a implantação do Doutorado. Atualmente, possui as seguintes linhas de pesquisa: 1. Estado, políticas sociais e ação do serviço social; 2. Serviço social, trabalho e questão social; 3. Serviço social, ação política e sujeitos coletivos; 4. Serviço social, ética e direitos humanos; 5. Relações sociais de gênero, geração, raça/etnia e família e 6. Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e serviço social. Esses

Programas de pós-graduação contribuíram para expansão dos estudos sobre gênero na UFPE com estudos contemplando temáticas diversas relacionadas à gênero que serão apresentadas ainda neste capítulo. Apresentamos no gráfico a seguir a quantidade de teses e dissertações sobre gênero produzidas na UFPE entre 2000-2009, por gênero do/a pesquisador/a, presentes no RI.

GRÁFICO15: Quantidade de teses e dissertações sobre gênero produzidas na UFPE entre 2000-2009, por gênero do/a orientador/a, presentes no Repositório Institucional.

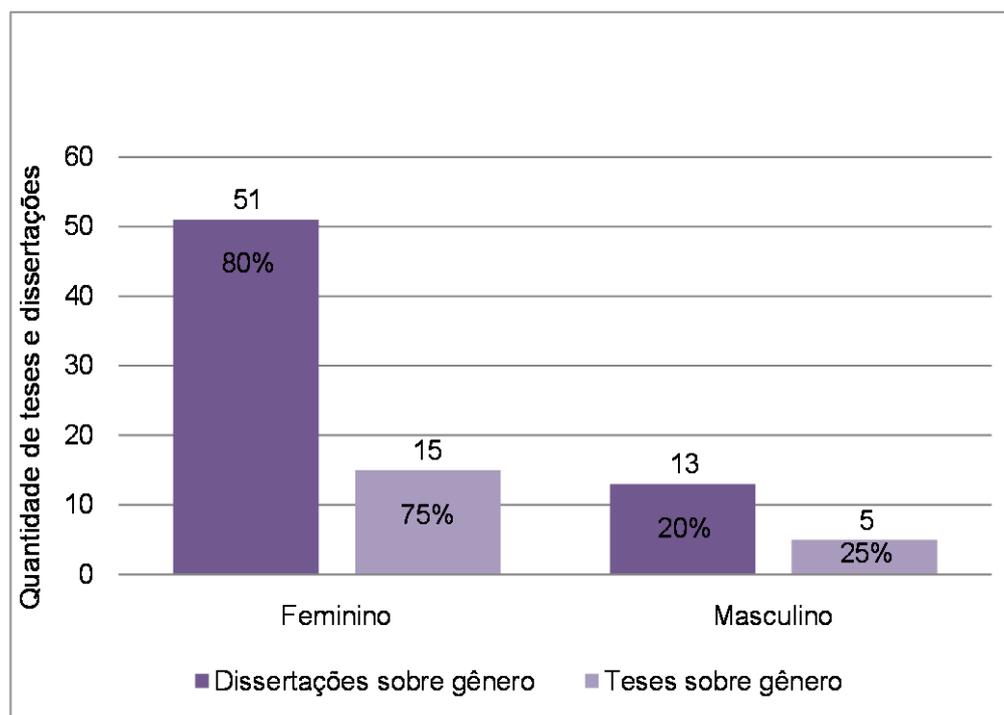


Fonte: A Autora (2018)

Conforme o gráfico15, podemos verificar que foram defendidas 64 dissertações e 20 teses abordando gênero na década delimitada. Desse quantitativo, 38 dissertações (59%) foram orientadas por mulheres e 26 (41%) por homens. Concernente as teses, constatamos que 11 (55%) foram orientadas por mulheres e 9 (45%) por homens. Chamou-nos atenção que nesta década ao contrário das anteriores houve uma maior distribuição da orientação científica por gênero dos/as docentes, isso talvez esteja associado à variedade de temáticas relacionadas às discussões sobre gênero que perpassam essas produções: políticas públicas, mídia, religião, currículo, relações de gênero na escola, história e memória, sexualidades, entre outras. Apesar do aumento de docentes homens orientando esses trabalhos, o número

de estudantes homens produzindo dissertações e teses sobre gênero continuou bastante inferior ao de mulheres.

GRÁFICO16: Quantidade de teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE entre 2000 e 2009, por gênero dos/as estudantes, presentes no Repositório Institucional.



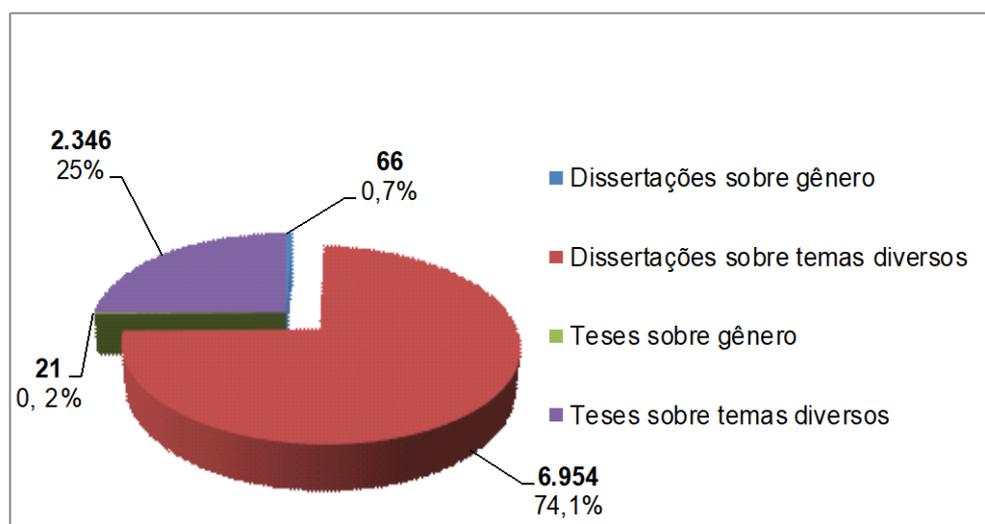
Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o Gráfico 16, 80% das dissertações foram desenvolvidas por mulheres e 20% por homens, já concernente as teses identificamos 75% e 25% respectivamente. Nesta década, percebemos que há uma diferença de aproximadamente três vezes mais do quantitativo da produção científica (dissertações e teses) por mulheres em relação aos homens. Embora a quantidade de teses seja menor que a de dissertação também identificamos mais mulheres que homens produzindo estudos sobre gênero. Na subseção a seguir apresentamos a emergência e consolidação dos estudos sobre a temática entre os anos de 2010 a 2017.

3.3.4 Os estudos de gênero nos programas de pós-graduação da UFPE entre os anos de 2010 a 2017

Entre os anos 2010 a 2017, estudos sobre gênero foram desenvolvidos em diversos programas de pós-graduação da UFPE. Como apresentado no capítulo anterior, o contexto político do país já não é tão propício à produção científica nas universidades públicas. Distintas agências de fomento à pesquisa tiveram cortes orçamentários rompendo com o crescimento observado nos anos anteriores. Dificuldades têm sido enfrentadas por estudantes e docentes, visto que houve redução das bolsas de iniciação científica e de pós-graduação. A seguir apresentamos a produção científica constatada no RI-UFPE entre os anos 2010 a 2017.

GRÁFICO 17: Quantidade de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional.(n=9.687)



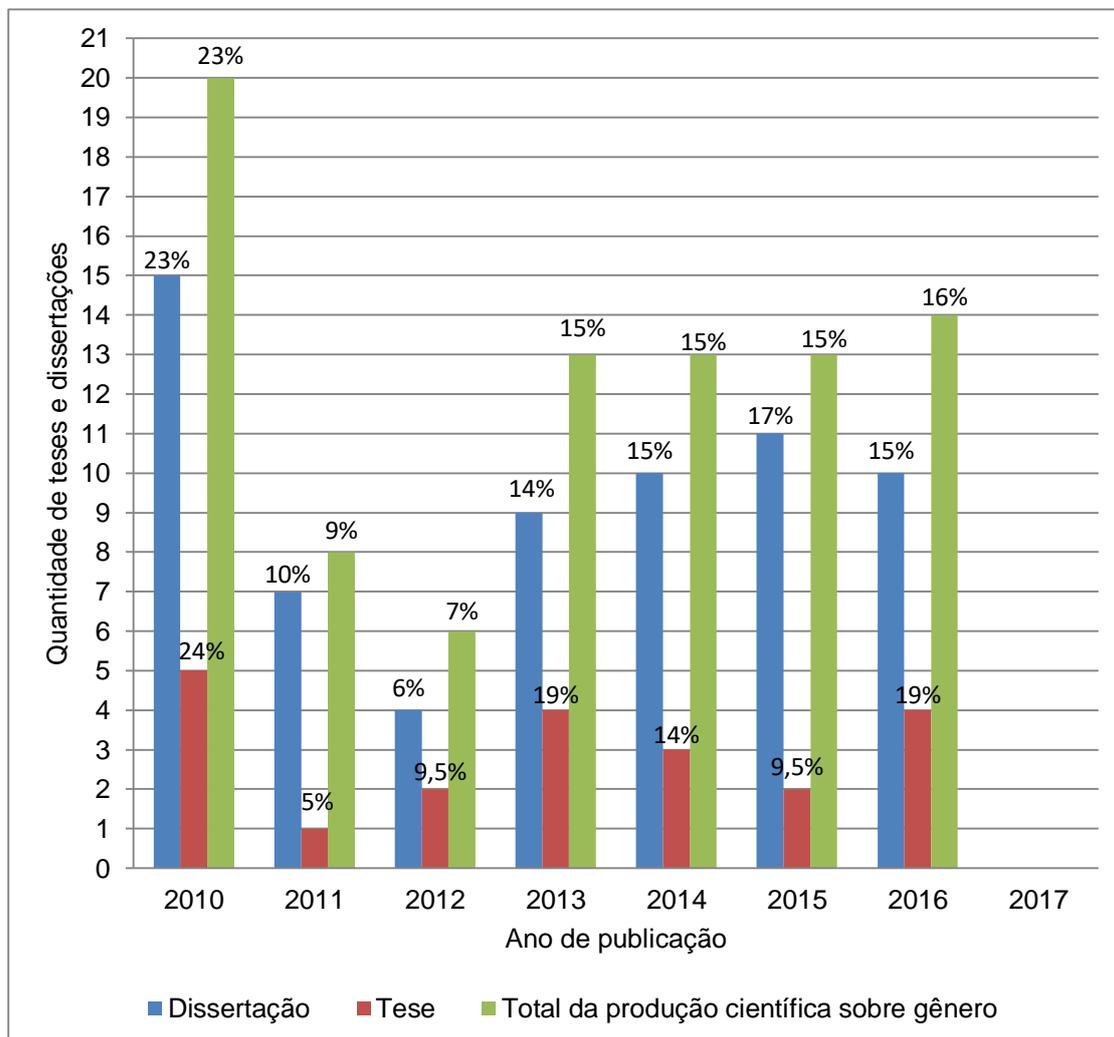
Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o gráfico 17, foram produzidas 6.954 (74,1%) dissertações sobre temas diversos e 66 (0,7%) contemplando gênero. Em relação às teses, localizamos 2.346 (25%) sobre temas diversos e 21 (0,2%) abordando gênero. Entre os sete anos investigados nesse recorte temporal, constatamos aumento da quantidade de trabalhos de conclusão de curso presentes no repositório em torno 25% em relação à década anterior. O que chamou atenção é que mesmo com este aumento, o quantitativo de trabalhos abordando gênero praticamente não alterou em relação a década anterior, mesmo após a obrigatoriedade do depósito digital de teses e dissertações no RI-UFPE. Ou seja, o processo de expansão dos estudos de gênero na UFPE

se deu especialmente na década anterior (2000-2009), teve seu pico nos anos de 2009 e 2010 (ver gráfico 18).

A distribuição da produção científica por ano, entre 2010 e 2017, está descrita no Gráfico 18. Através dele, além de verificamos que em 2010 tivemos a maior quantidade de trabalhos sobre gênero (23%), percebemos uma tendência a estabilização dessa produção entre os anos de 2013 e 2016 (em torno de 15%). O ano em que tivemos menor quantidade de teses sobre gênero (5%) foi em 2011 e de dissertações (6%) foi 2012. A partir de 2015 presenciamos uma diminuição no quantitativo de dissertações, já referente às teses houve pequeno aumento. Não encontramos trabalho abordando gênero em 2017, mas, segundo informações da Biblioteca Central há um quantitativo grande de teses e dissertações depositadas na Biblioteca da UFPE em 2017 e ainda não cadastrada no Repositório Institucional.

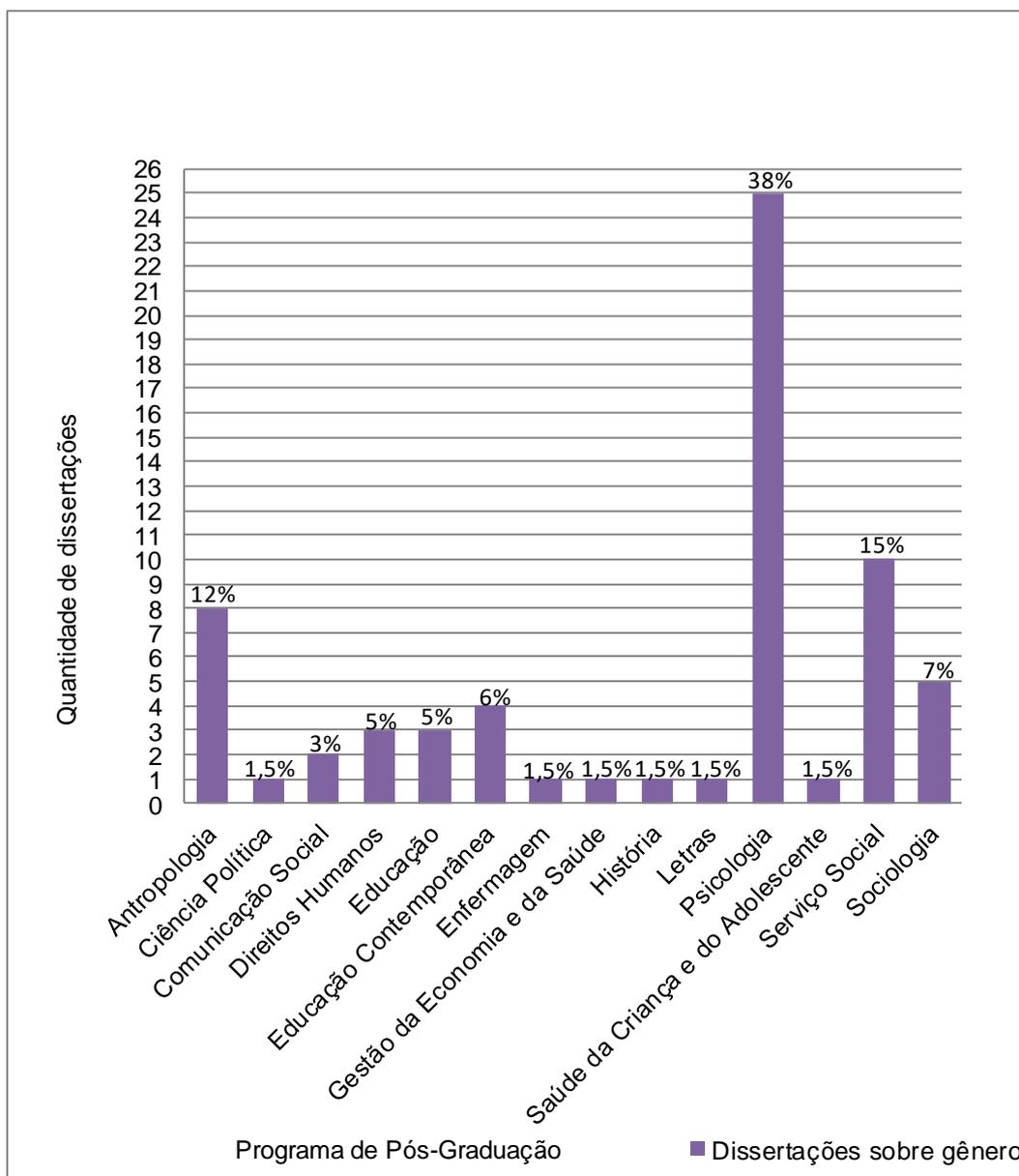
GRÁFICO 18: Quantidade de teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre 2010 e 2017, por ano, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

No gráfico 19 apresentamos a distribuição de dissertações sobre gênero produzida no período por Programa de Pós-Graduação. Os dados indicam que o Programa de Pós-Graduação em Psicologia se destacou com 38% das produções sobre gênero, seguido de Serviço Social (15%) e Antropologia (12%). Os demais programas apresentaram entre 1,5% a 6% da produção de dissertações constatadas no RI contemplando gênero.

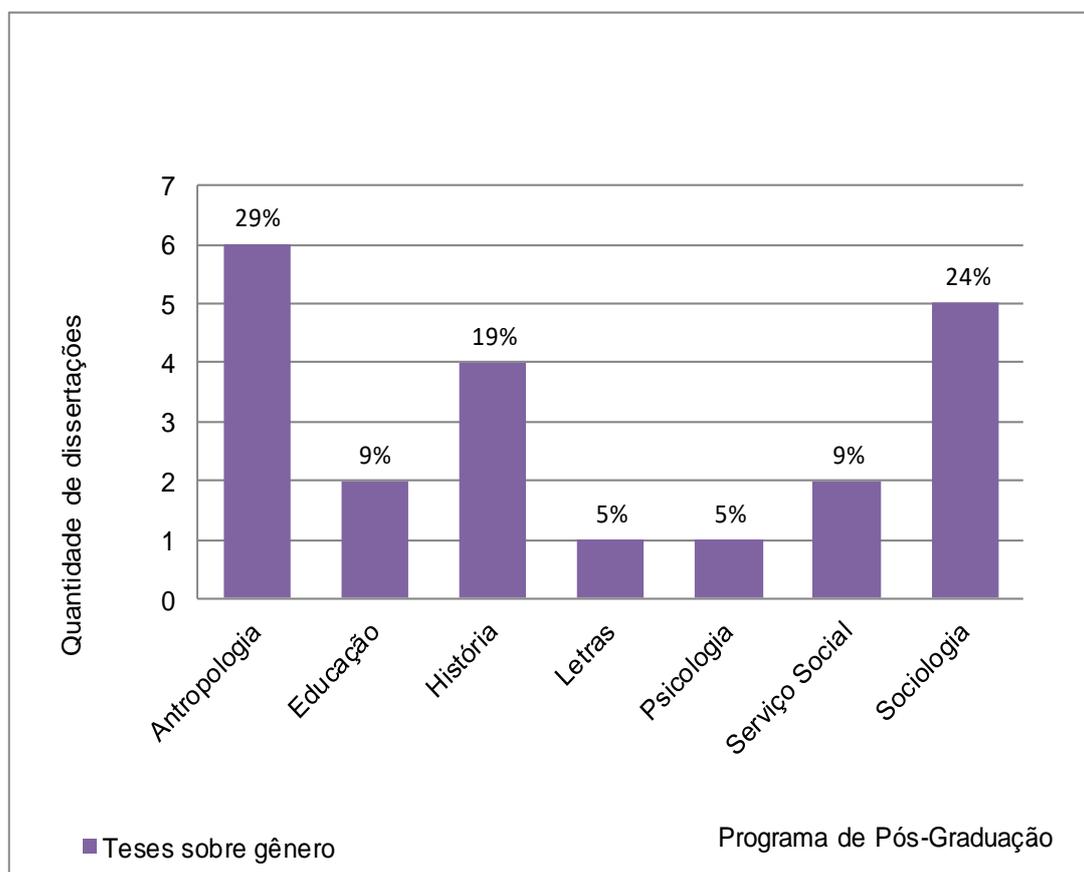
GRÁFICO19: Dissertações sobre gênero defendidas na UFPE, entre 2010-2017, por programa de pós-graduação, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

Esta distribuição não ocorre da mesma maneira ao analisarmos o quantitativo de teses defendidas sobre a temática, como podemos observar no gráfico a seguir.

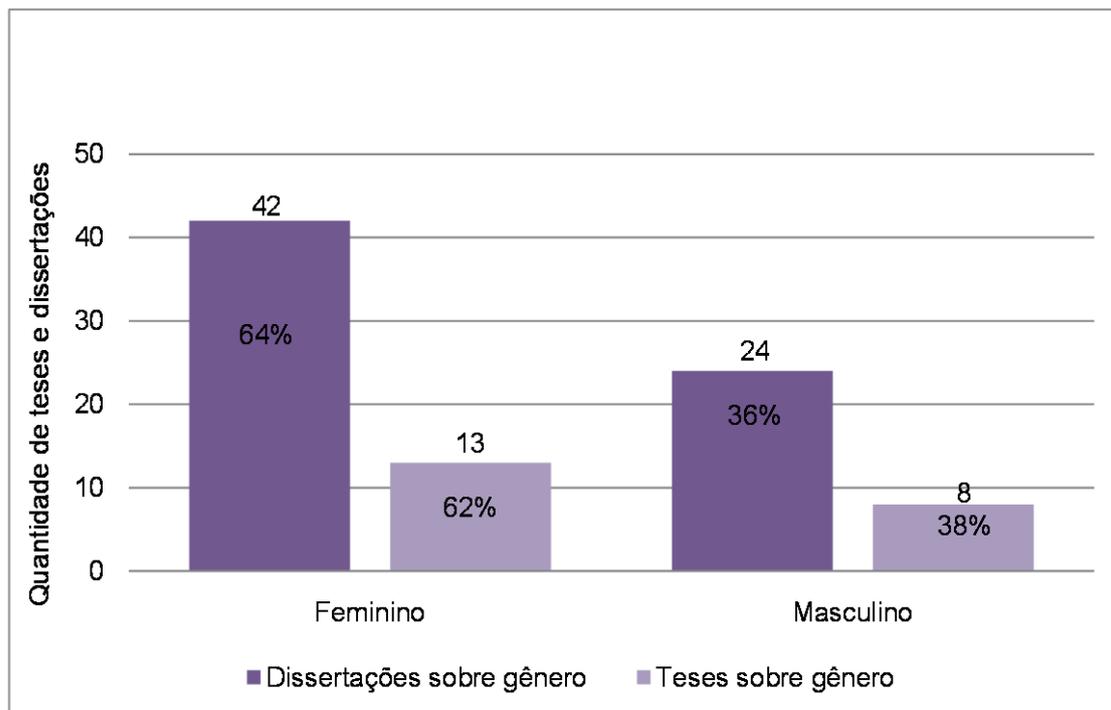
GRÁFICO 20: Teses sobre gênero defendidas na UFPE, entre 2010-2017, por programa de pós-graduação, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

Ao analisarmos a presença de teses contemplando gênero foi possível perceber que o Programa de Pós-Graduação em Antropologia se destacou com 29% dos trabalhos de conclusão de curso, seguido de Sociologia (24%), História (19%), Educação e Serviço Social (9%), Letras e Psicologia (5%). Constatamos também que no recorte temporal do estudo em questão, 1979-2017, a distribuição entre teses e dissertações por Programa de Pós-Graduação foi se diversificando. Provavelmente, isso está associado ao contexto sociopolítico que vai tecendo a história dos programas. As temáticas que se apresentaram ao longo do citado recorte temporal também não foram distribuídas de maneira igual entre os anos. A referida produção por gênero dos/as pesquisadores/as que orientaram trabalhos sobre a temática, como ilustramos a seguir, também se apresentou de maneira distinta.

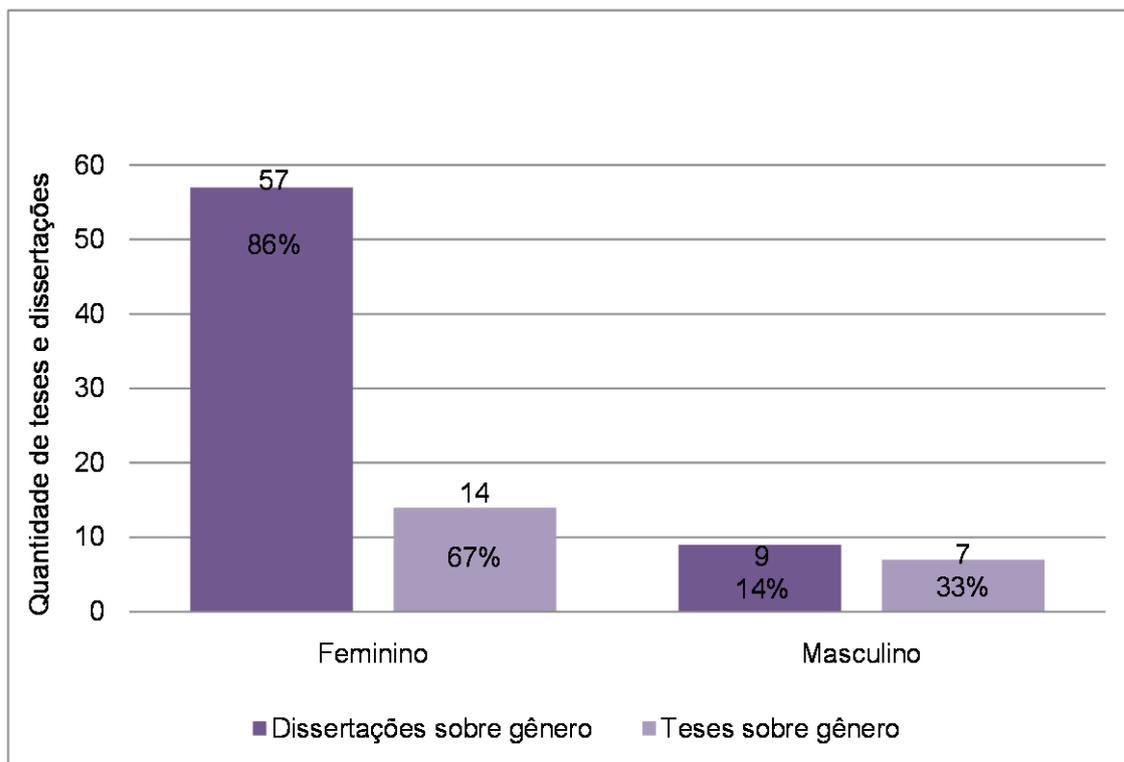
GRÁFICO 21: Quantidade de teses e dissertações sobre gênero, defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre 2010-2017, por gênero dos/as orientadores/as, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o gráfico, constatamos 66 dissertações e 21 teses defendidas. Desse quantitativo, 64% das dissertações foram orientadas por mulheres e 36% por homens, já em se tratando de teses identificamos 62% foram orientadas por mulheres e 38% por homens. A quantidade de trabalhos orientados por mulheres é de, praticamente, o dobro em relação aos orientados por homens. A seguir apresentamos a quantidade de teses e dissertações sobre gênero defendidas na UFPE, por gênero dos/as estudantes.

GRÁFICO 22: Quantidade de teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE entre 2010 e 2017, por gênero dos/as estudantes, presentes no Repositório Institucional.



Fonte: A Autora (2018)

No gráfico 22, observamos que 86% das dissertações foram produzidas por mulheres e 14% por homens. Em relação às teses, 67% foram defendidas por mulheres e 33% por homens. Analisando o conjunto de trabalhos que constituíram o *corpus* desta pesquisa, foi possível identificar que a presença masculina na produção científica sobre gênero ainda é minoritária apontando talvez para resistências ao tema.

Na seção seguinte apresentamos os deslocamentos e recorrências nas temáticas da produção científica sobre gênero nos diferentes Programas de Pós-Graduação.

3.4 Deslocamentos e continuidades nas temáticas da produção científica sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE

Buscando atender ao segundo objetivo específico deste estudo apresentamos nesta seção os deslocamentos e recorrências nas temáticas da

produção científica sobre gênero nos diferentes Programas de Pós-Graduação.

Na década de 80, constamos apenas seis dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE. Elas contemplavam estudos sobre família (4), história e memória (1) e sexualidade (1). Os estudos sobre *família* estavam associados às discussões sobre papéis sociais e de gênero que atravessam as relações no casamento. A temática *história e memória* estava articulada a realização de um registro histórico, mesmo que parcial, de mulheres protagonistas no campo das relações de gênero. Já a temática *sexualidade* estava associada às discussões sobre a mulher e sua relação com o corpo e o prazer. No quadro III, descrevemos o título e objetivo dos trabalhos localizados. Todos foram desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

QUADRO 3 – Título e objetivo da produção científica sobre gênero presente no RI-UFPE por Programa de Pós-Graduação na década de 1980.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia	
Título	Objetivo
Interação homem/mulher no processo de casamento.	Estudar o relacionamento entre homem e mulher e a posição assumida por ambos no casamento.
Família de pobre / família de rico, família de jovem / família de velho, um estudo de relações primárias de casais em um contexto urbano.	Analisar o significado e o conteúdo das relações de parentesco e de amizade de algumas famílias na cidade do Recife procurando determinar a contribuição das variáveis: grau de riqueza, estágios do ciclo doméstico e sexo.
Bonequeiras: fazedoras de sonhos	Estudar e identificar algumas bonequeiras do Estado de Pernambuco.
Em busca da igualdade: um estudo de casais de camadas médias urbanas no Recife	Investigar como casais de camadas médias urbanas pensam e vivem os papéis sexuais no casamento.
Passagem e juventude: Um estudo de rituais femininos em camadas de baixa renda	Entender como se passa a adolescência das Jovens de camada de baixa renda e perceber rituais de passagem que possam existir nesta faixa de Idade.
	Contribuir para a compreensão do processo de

Sexo, mulher e punição: a sexualidade feminina numa instituição penal	controle institucional da sexualidade na penitenciária feminina de Pernambuco, administrada por uma congregação religiosa.
---	--

Fonte: A Autora (2018)

Em relação aos trabalhos de conclusão de curso defendidos na década de 1990, encontramos no RI-UFPE oito dissertações que contemplavam discussões sobre gênero. As pesquisas circularam em torno de temas como família (3), prostituição/identidade (3), sexualidade (1) e movimento de mulheres (1). A temática *família* passou a contemplar não só discussões sobre as relações de poder no interior do casamento, mas também as repercussões a respeito da separação/divórcio de casais. Algumas discussões contemplando prostituição/identidade de gênero emergem na tentativa de propor diálogos com os estudos sobre prostituição e relações de gênero. Apenas um estudo abordou gênero como elemento estruturante no campo da sexualidade. Referente ao *movimento de mulheres* constatou-se um trabalho que almejava contribuir para o conhecimento de novos sujeitos que emergiram com o processo de democratização brasileira, com foco nas políticas de afirmação de identidade e empoderamento de mulheres. No quadro IV apresentamos os títulos e objetivos dos trabalhos, por Programa de Pós-Graduação, coletados no RI da UFPE.

QUADRO 4 – Título e objetivo dos trabalhos sobre gênero defendidos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFPE, na década de 1990, presentes no RI-UFPE.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia	
Título	Objetivo
Sexo/pecado, doença/punição ou a aids entre nós (um estudo com universitários da UFPE)	Estudo das relações existentes entre prática sexual, as concepções em relação à sexualidade e o momento atual representado pela presença da AIDS no mundo

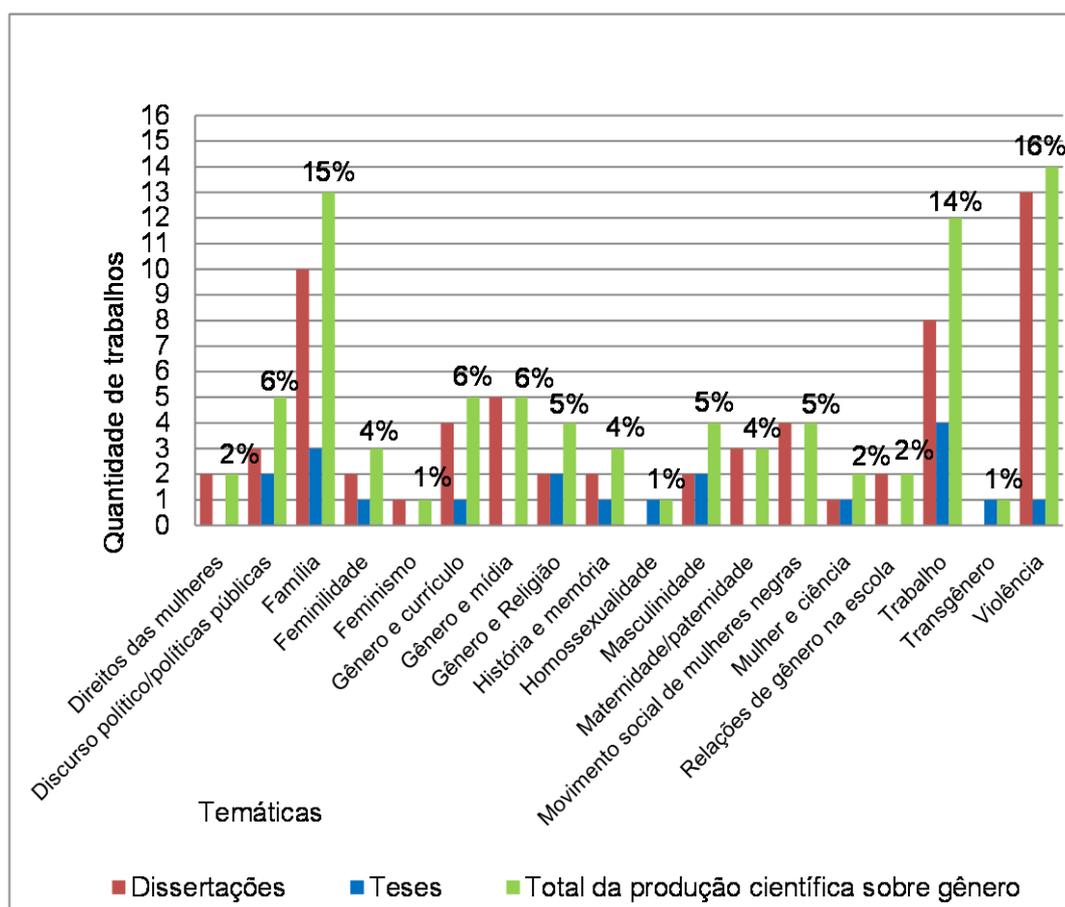
<p>Uma trajetória da evitação: o ambiente prostitucional da praça Bonfim</p>	<p>Demonstrar que a destruição do núcleo residencial mais importante do bairro do Poço, a praça Bonfim, foi conseqüência da evasão da antiga comunidade nativa quando ali se instalou e se desenvolveu um ambiente prostitucional.</p>
<p>Turismo e identidade: construção de identidades sociais no contexto do turismo sexual entre alemães e brasileiras na cidade do Recife.</p>	<p>Estudar como se constrói, no contexto de uma experiência de turismo sexual, as representações simbólicas da identidade nacional, da identidade de gênero e da identidade étnica entre dois grupos contrastantes: o grupo dos turistas alemães e o das jovens mulheres brasileiras designadas como "garotas de programa".</p>
<p>Mulher: poder e trabalho entre operárias e ex-operárias no distrito de prazeres - Jaboatão dos Guararapes – PE.</p>	<p>Analisar a trajetória profissional das mulheres de baixa renda e suas implicações nos arranjos de poder no interior do grupo doméstico.</p>
<p>Família e espaço público: organização doméstica e conflito na reprodução de grupos pertencentes as camadas médias recifenses.</p>	<p>Investigar a organização doméstica de famílias formadas no final dos anos 60, e situadas nos níveis econômicos e de prestígio mais elevados das camadas médias do Recife.</p>
<p>E até que a morte nos separe? – repercussão da separação e do divórcio na concepção de família hoje (década de 90)</p>	<p>Verificar se havia ou não desestruturação da família enquanto unidade composta pelos laços de parentesco, por afinidade e consangüinidade e qual a repercussão das separações e do divórcio na família hoje (década de 90)</p>
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	
Título	Objetivo
<p>Gênero e autonomia na construção do centro das mulheres do Cabo (Pernambuco, 1984 - 1989)</p>	<p>Contribuir para o conhecimento de novos sujeitos que emergiram com o processo de democratização brasileira, destacando uma organização autônoma de mulheres e relacionando seu surgimento com a legitimação da questão de gênero em nível mundial.</p>
Programa de Pós-Graduação em Sociologia	

Título	Objetivo
O anjo bom e o anjo mau: um estudo sobre identidade(s) prostitucional(ais) no Recife.	Analisar como as prostitutas da área central do Recife constroem sua(s) identidade(s) social(is)

Fonte: A Autora (2018)

A produção científica sobre gênero encontrada no RI-UFPE compreendida entre os anos de 2000 a 2009 tem sua distribuição temática apresentada no gráfico a seguir.

GRÁFICO 23: Quantidade de trabalhos sobre gênero defendidos nos cursos de pós-graduação stricto sensu da UFPE, entre os anos de 2000 e 2009, por tema, presentes no Repositório Institucional.



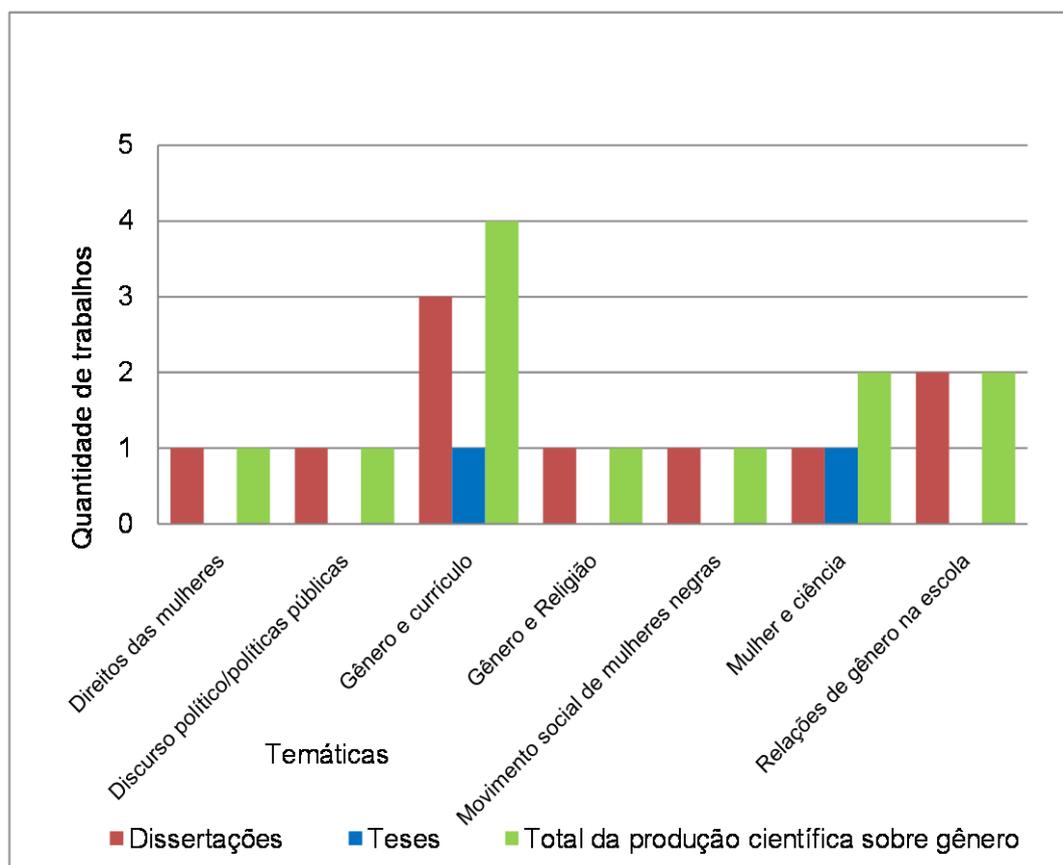
Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o quadro XXIII, as temáticas que se destacaram na década em questão foram: violência (16%), família (15%) e trabalho (14%). A primeira contempla trabalhos sobre violência contra mulheres, ativistas e/ou

sujeitos LGBT. Os trabalhos sobre família debatiam a respeito da constituição de família compostas por casais homossexuais. As teses e dissertações sobre trabalho focalizaram as relações de gênero no ambiente de trabalho. Também surgiram temáticas como discurso político/políticas públicas, gênero e currículo, gênero e mídia (6%), gênero e religião (5%), masculinidades (5%), movimentos de mulheres negras (5%), feminilidades (4%), história e memória (4%), maternidade/paternidade (4%), direito das mulheres (2%), mulher e ciência (2%), relações de gênero na escola (2%), feminismo (1%), homossexualidades (1%) e transgeneridades (1%). Nesta década, estava em gestação houve um grande investimento discursivo em torno de políticas de equidade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, por este fato não foi por acaso que presenciamos uma diversidade de interesses de pesquisa em torno da categoria “gênero”.

Mesmo diante do contexto favorável para a produção de pesquisas na área de gênero, a temática “gênero e currículo” foi pouco abordada, mas esta década marca o início dos trabalhos de conclusão de curso sobre o tema na UFPE. As referidas temáticas não se apresentaram de maneira igual nos distintos Programas de Pós-Graduação da UFPE, o que nos aguçou a apresentar os gráficos que seguem tecendo a distribuição temática da produção científica sobre gênero em cada programa.

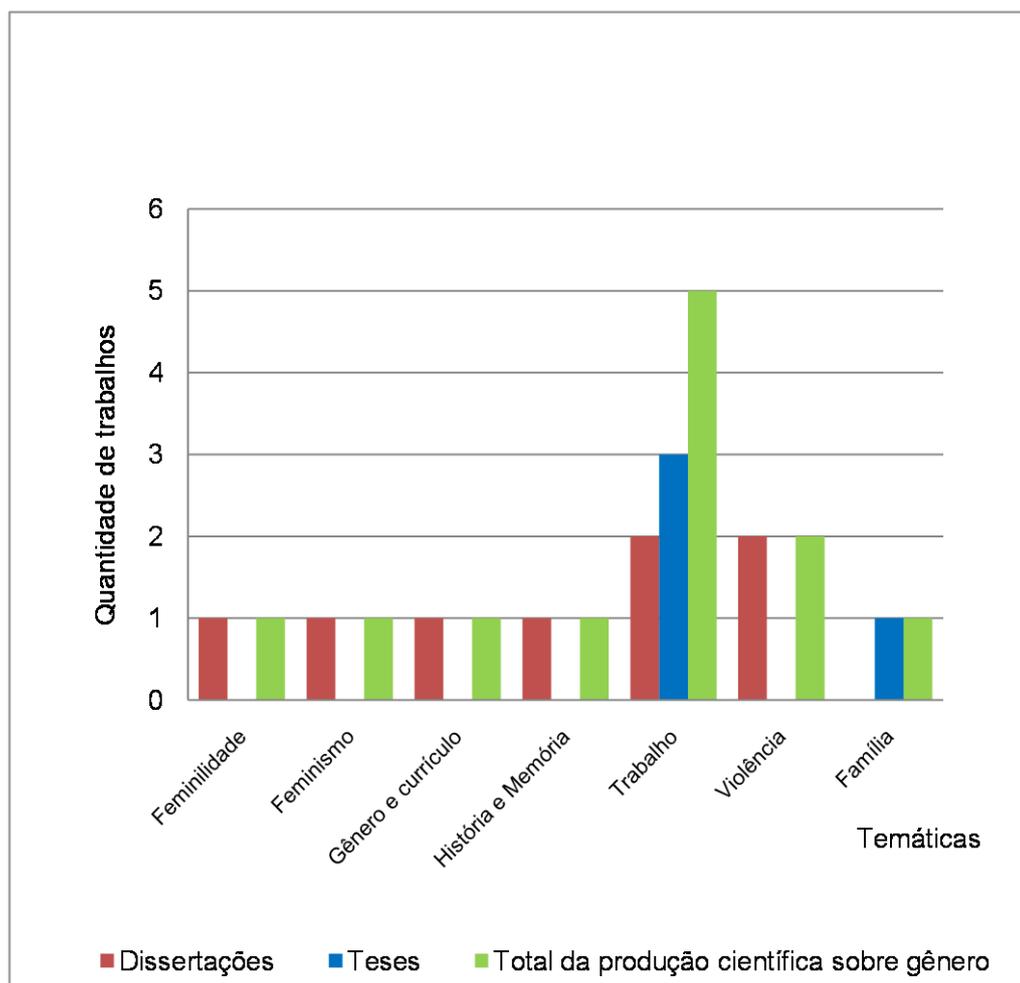
GRÁFICO 24: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.



Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o gráfico 24, o Programa de Pós-Graduação em Educação apresentou dez dissertações e duas teses que contemplaram a temática de gênero, sendo que a principal discussão efetuada se deu em torno das relações entre currículo e gênero. A seguir apresentamos a distribuição temática no Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

GRÁFICO 25: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.

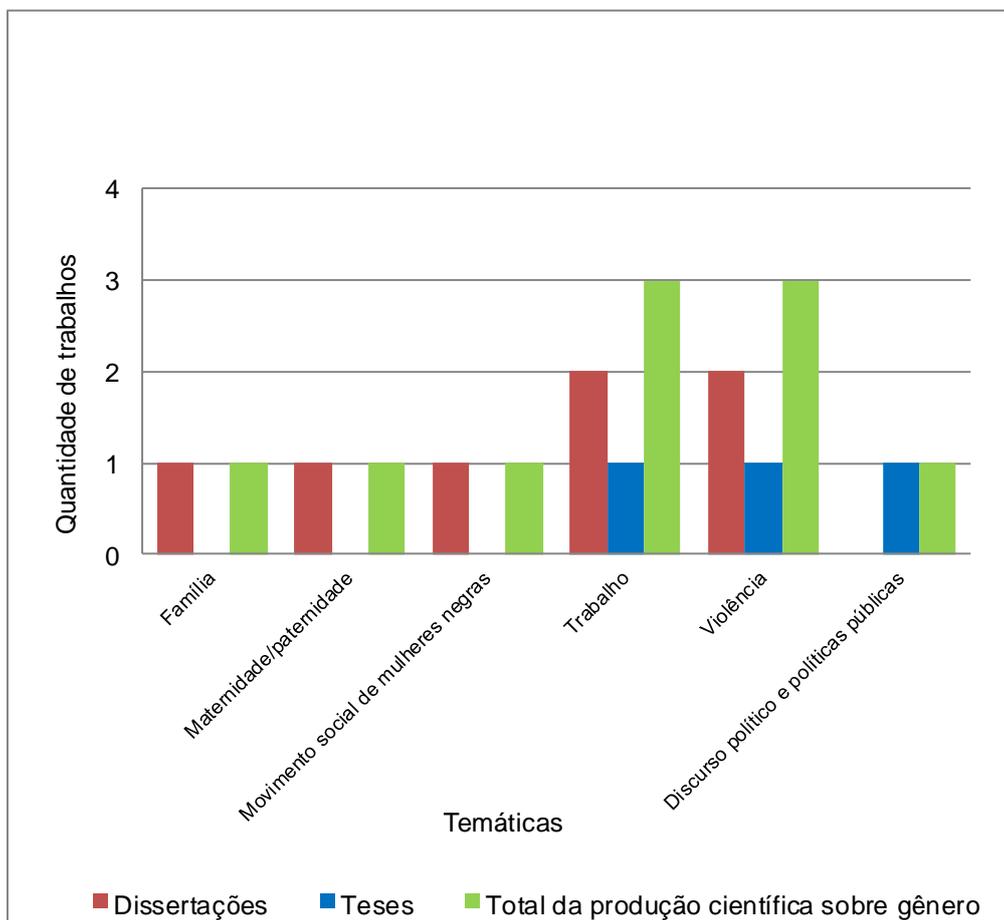


Fonte: A Autora (2018)

Em sintonia com o gráfico 25, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia teve oito dissertações e quatro teses defendidas no período, centrando a produção científica principalmente na temática *trabalho*. Também se constatarem estudos sobre feminilidade (1), feminismo (1), gênero e currículo (1), história e memória (1), violência (2) e família (1). A centralidade temática está associada as linhas de interesse do referido programa: cultura, política, identidade coletiva e representações sociais; educação, trabalho, ciência e tecnologia; gênero e família; organizações, especialidade e sociabilidade; processos sociais rurais e novas tendências na agricultura; teoria

e pensamento social. O gráfico a seguir mostra a distribuição temática no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

GRÁFICO 26: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.

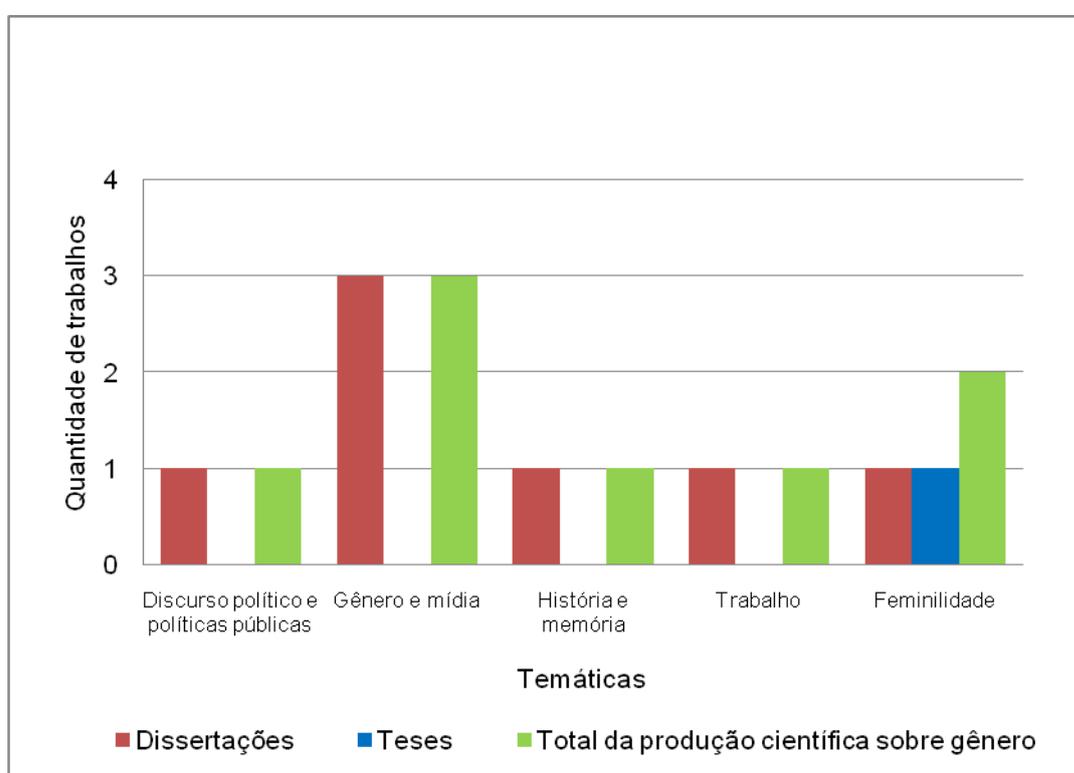


Fonte: A Autora (2018)

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social teve sete dissertações e três teses defendidas entre os anos de 2000 e 2009 sobre gênero e suas relações com outros fenômenos sociais, a saber: família (1), maternidade/paternidade (1), movimento social de mulheres negras (1), trabalho (3), violência (3) e políticas públicas (1). A quantidade de trabalhos praticamente estava distribuída de maneira igual entre as temáticas, mas há um número maior de pesquisas sobre gênero e trabalho e sobre gênero e violência. O referido programa é constituído pelas seguintes linhas pesquisas: 1. Estado, políticas sociais e ação do serviço social 2. Serviço social, trabalho e

questão social 3. Serviço social, ação política e sujeitos coletivos 4. Serviço social, ética e direitos humanos 5. Relações sociais de gênero, geração, raça/etnia e família 6. Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e serviço social. O gráfico 27 apresenta a distribuição temática no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.

GRÁFICO 27: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.

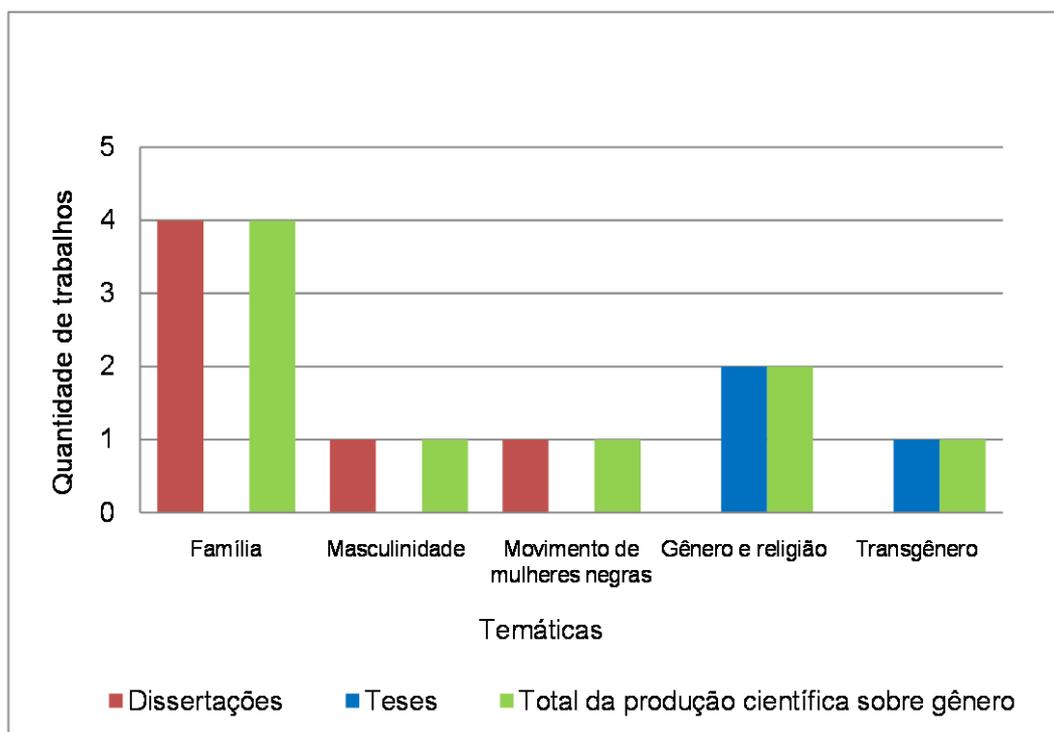


Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o gráfico o Programa de Pós-Graduação em História teve sete dissertações e uma tese defendidas sobre gênero entre 2000 e 2009. Constatamos temáticas como discurso político e políticas públicas (1), gênero e mídia (3), história e memória (1), trabalho (1) e feminilidade (2). Sem muita oscilação no quantitativo de trabalho por temática, percebemos um número um pouco maior de pesquisas sobre gênero e mídia, o que está associado a própria trajetória histórica e política do programa que está dividido em duas linhas de pesquisa: 1. Mídia, linguagens e processos sociopolíticos e 2.

Estética e culturas da imagem e do som. O gráfico a seguir apresenta a distribuição temática dos trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

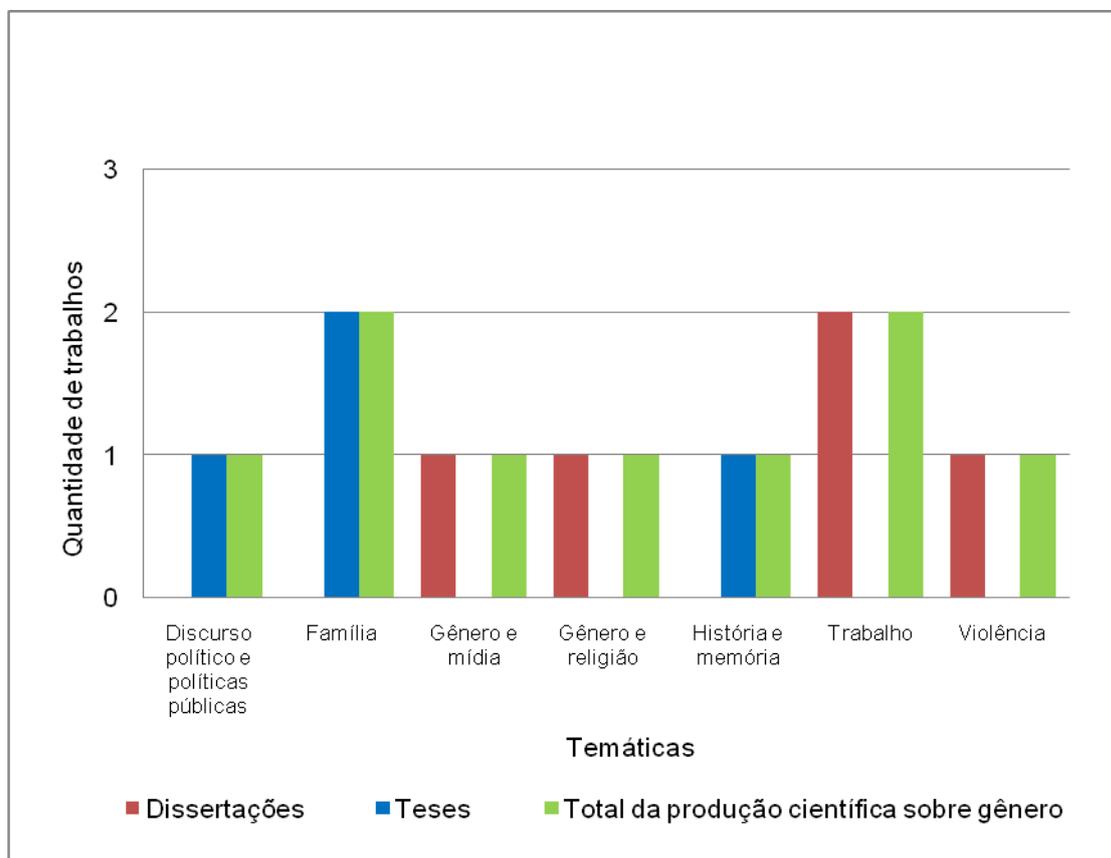
GRÁFICO 28: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE



Fonte: A Autora (2018)

O gráfico aponta seis dissertações e três teses distribuídas nas temáticas família (4), masculinidades (1), movimento de mulheres negras (1) gênero e religião (1) e transgeneridade (1). Houve maior concentração de trabalhos de conclusão de curso sobre a primeira temática, o que já vinha ocorrendo desde a década de 1980 conforme apresentamos na seção anterior. A seguir, é delineada a distribuição temática no Programa de Pós-Graduação em História.

GRÁFICO 29: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em História, entre os anos de 2000 e 2009, presentes no Repositório da UFPE.



Fonte: A Autora (2018)

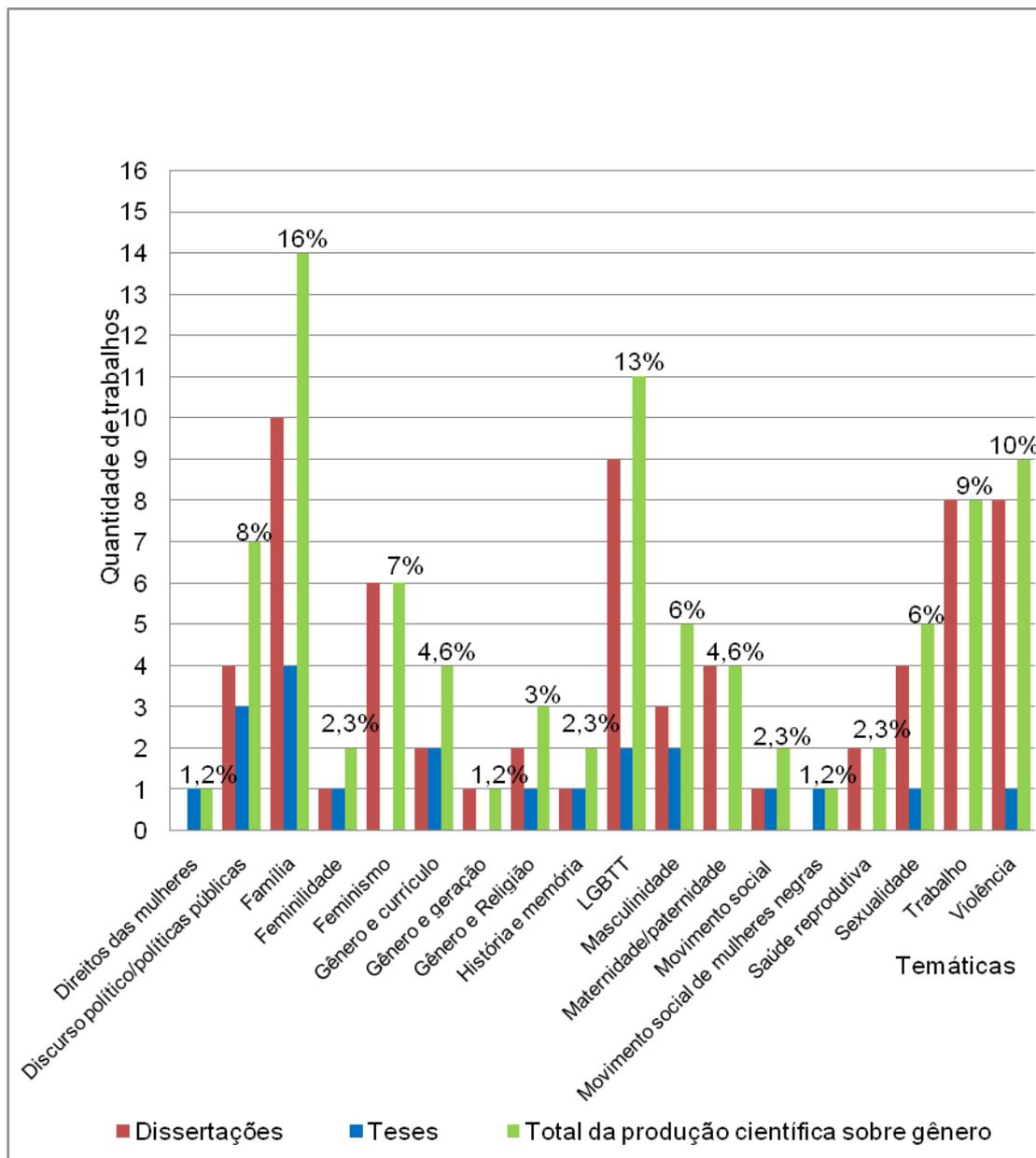
O Programa de Pós-Graduação em História teve cinco dissertações e quatro teses defendidas entre os anos de 2000 e 2009, sobre gênero associadas às seguintes temáticas: discurso político e políticas públicas (1); família (2); gênero e religião (1); história e memória (1); trabalho (1) e violência (1). A distribuição temática se manteve praticamente igual tendo apenas um estudo a mais nas temáticas família e trabalho. Hoje, o citado programa tem a área de concentração “Sociedades, culturas e poderes” com as seguintes linhas de pesquisa: 1. Cultura e Memória; 2. Relações de Poder, sociedade e ambiente e 3. Mundo atlântico.

Referente aos demais programas, encontramos uma dissertação nos Programas de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Desenvolvimento e Meio Ambiente contemplando respectivamente a temática gênero e trabalho (1) e maternidade/paternidade (1). O Programa de Pós-

Graduação em Letras teve duas dissertações defendidas com as temáticas gênero e mídia (1) e violência (1) e três teses, respectivamente, com as temáticas homossexualidade (1) e masculinidade (2). Em saúde Coletiva, localizamos três dissertações contemplando violência nas discussões sobre gênero. No Programa de Pós-Graduação em Ciência Política houve três dissertações defendidas sobre gênero relacionadas às temáticas: discurso político e políticas públicas (1), violência (1) e movimento de mulheres negras (1). No PPG de Psicologia encontramos cinco dissertações contemplando temas como violência (3), família (1) e masculinidade (1). No Programa de Pós-Graduação em Direito, seis dissertações com as temáticas: família (3), direito das mulheres (1) e maternidade/paternidade (1).

Como podemos perceber, entre os anos de 2000 e 2009, o quantitativo de pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na UFPE sobre gênero oscilou e se distribuiu em diversas temáticas ligadas à diferentes áreas do conhecimento, principalmente em: Educação (12), Serviço Social (12), Sociologia (11) e Antropologia (10). Os títulos e objetivos da produção científica sobre gênero presente no RI-UFPE entre 2000 a 2017 estarão dispostos no anexo desta dissertação almejando contribuir para consultas no campo de estudos de gênero. O gráfico a seguir apresenta a distribuição temática da produção científica sobre gênero presente no RI-UFPE entre 2010 a 2017.

GRÁFICO 30: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE entre os anos de 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional.

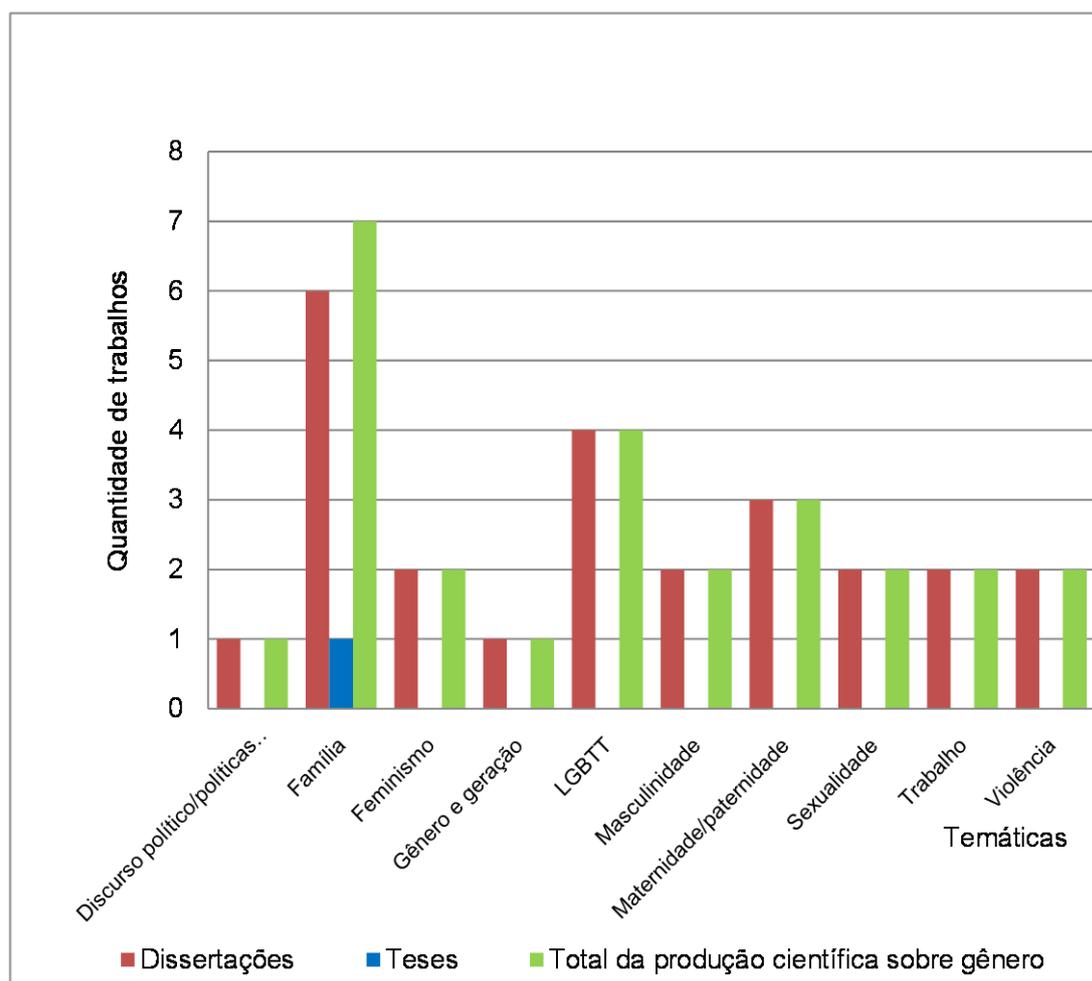


Fonte: A Autora (2018)

Conforme o gráfico 30 aponta, podemos perceber que as produções de teses e dissertações sobre gênero na UFPE, entre os anos de 2010 e 2017 se concentraram, principalmente, na temática família (16%), seguida de pesquisas sobre LGBT (13%), violência (10%), trabalho (9%), discurso político e políticas públicas (8%), feminismo (7%), masculinidade e sexualidade (6%), gênero e currículo e maternidade/paternidade (4,6%), gênero e religião(3%), história e memória, movimento social e saúde reprodutiva (2,3%) e direitos das mulheres,

gênero e geração e movimento de mulheres negras (1,2%). Constatou-se também que as temáticas não se distribuíram de maneira igual por tipo de trabalho (tese ou dissertação). As dissertações discorrem principalmente sobre família e temáticas LGBT; já as teses sobre família, discurso político e políticas públicas. Tal distribuição também variou de acordo com os programas de pós-graduação.

GRÁFICO 31: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, entre os anos de 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional da UFPE.

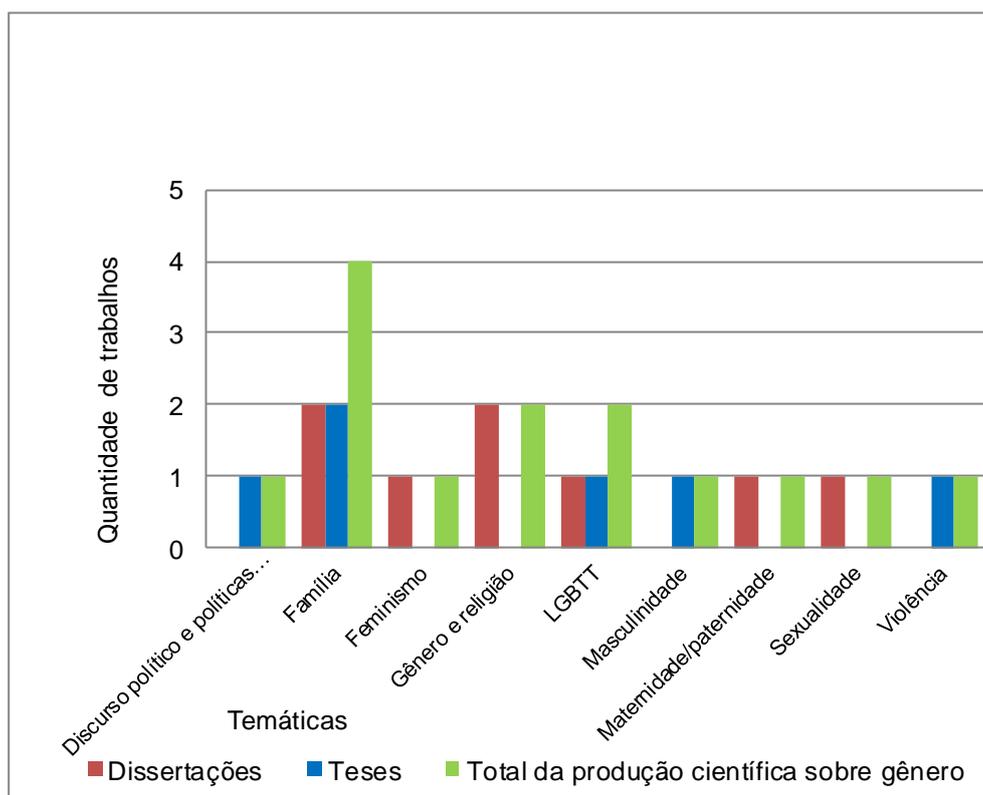


Fonte: A Autora (2018)

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia teve vinte e cinco dissertações e, apenas, uma tese defendida entre 2010 e 2017, contemplando gênero. Em média, 50% da produção estavam centradas em discussões sobre família (7) e sobre temáticas LGBT (6). Também se fizeram presentes as

temáticas: discurso político e políticas públicas (1), feminismo (1), gênero e geração (1), masculinidade (1), maternidade/paternidade (3), sexualidade (2), trabalho (2) e violência (2). O gráfico a seguir delinea a produção científica sobre gênero no Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

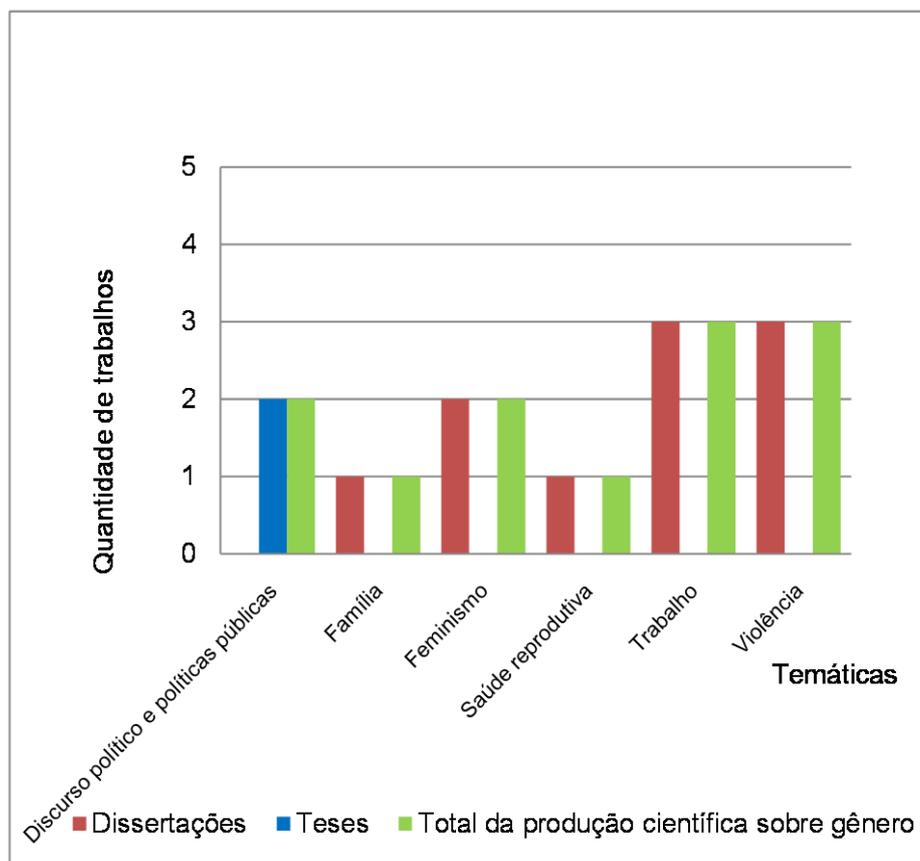
GRÁFICO 32: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, entre os anos de 2010 e 2014, presentes no Repositório Institucional da UFPE.



Fonte: A Autora (2018)

Assim como nas outras décadas, os trabalhos de conclusão de curso sobre gênero, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia tem se concentrado, especialmente, na temática família. O gráfico 32 nos aponta a seguinte distribuição temática: família (4), gênero e religião (2), LGBT (2), discurso político e políticas públicas, masculinidade, maternidade/paternidade, sexualidade e violência (1). Entre 2010 a 2017, foram defendidos 14 trabalhos sendo 8 dissertações e 6 teses. O gráfico a seguir apresenta a distribuição temática no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

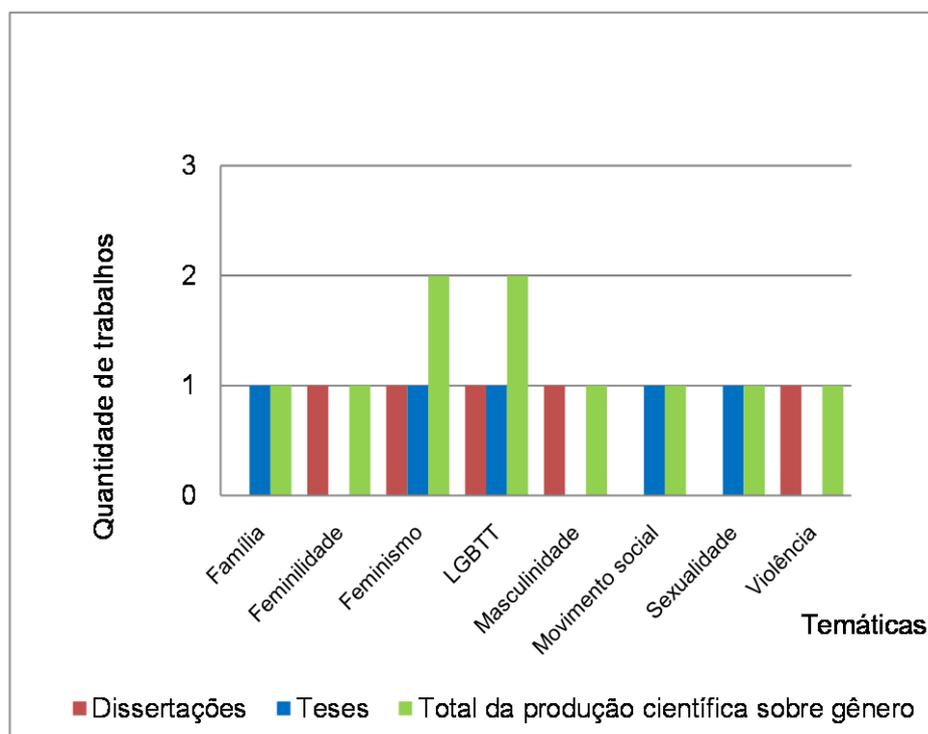
GRÁFICO 33: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, entre os anos de 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional da UFPE.



Fonte: A Autora (2018)

De acordo com o gráfico 33, foram defendidas 10 dissertações e 2 teses sobre gênero no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, com distribuição quantitativa praticamente igual entre as temáticas: trabalho (3), violência (3), discurso político e políticas públicas (2), feminismo (2), família e saúde reprodutiva (1). No gráfico a seguir apresentamos como ocorreu a distribuição temática no Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

GRÁFICO 34: Distribuição temática de teses e dissertações sobre gênero defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, entre os anos de 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional da UFPE.



Fonte: A Autora (2018)

O gráfico 34, aponta que foram defendidas 5 dissertações e 5 teses sobre gênero no PPGS, distribuídas entre as seguintes temáticas: feminismo (2) e questões LGBT (2); família (1); feminilidades (1); masculinidades (1); movimento social (1); sexualidade (1) e violência (1). Praticamente não há diferença no quantitativo de trabalhos por temática.

Referente ao Programa de Pós-Graduação em História, constatamos cinco trabalhos que abordavam gênero. Estes estavam associados a seguintes temáticas: direito das mulheres (1); movimento de mulheres negra (1); história e memória (1); gênero e religião (1) e trabalho (1). Também tivemos a mesma quantidade de trabalhos no Programa de Pós-Graduação em Educação, duas teses e duas dissertações sobre gênero e currículo e uma dissertação com temática LGBT. Já no de Educação Contemporânea, constatamos quatro dissertações sobre gênero que contemplavam as seguintes temáticas: movimento social (1), história e memória (1), trabalho (1), discurso político e políticas públicas (1).

Concernente ao Programa de Pós-Graduação em Letras, constatamos duas publicações, uma dissertação e uma tese, respectivamente contemplando a temática família (1) masculinidade (1). Nos Programas de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente; Enfermagem; Gestão e Economia da Saúde; e Ciência Política, constatamos apenas uma dissertação que contemplavam respectivamente as seguintes temáticas: sexualidade (1), grupos LGBT (1), discurso político e políticas públicas (1). Já no campo dos Direitos Humanos, o referido Programa de Pós-Graduação publicou três dissertações sobre gênero abordando as temáticas: violência (1), família (1) e trabalho (1). Em se tratando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, localizamos duas dissertações contemplando saúde reprodutiva (1) e temas LGBT (1).

Chamou-nos atenção que o recorte temporal em questão nos apontou as primeiras publicações sobre gênero, do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea -PPGEduC. Esse programa contempla duas linhas de pesquisa: 1. Educação, Estado e Diversidade e 2. Formação de professores e processos de ensino e aprendizagem. O Centro Acadêmico do Agreste onde está localizado o PPGEduC foi inaugurado em 2006 como ação política de expansão e interiorização das universidades públicas ainda no governo PT e, desde então, tem propiciado que jovens que moram em Caruaru e municípios adjacentes tenham a possibilidade de ingressar no ensino superior e na pós-graduação, sem precisar se deslocar para a capital do estado. A seção a seguir apresenta as tendências teóricas e analíticas da produção científica sobre gênero nos diferentes programas de pós-graduação entre os anos de 1979 e 2017.

3.5 Tendências teóricas e analíticas da produção científica sobre gênero nos diferentes Programas de Pós-Graduação da UFPE

Para atender ao terceiro objetivo específico do estudo proposto, delineamos nesta seção as principais tendências teóricas e analíticas das pesquisas de conclusão de curso de pós-graduação sobre gênero presentes no RI-UFPE entre 1979 a 2017. Como apontado no início deste capítulo, em 1979

houve apenas a publicação de uma dissertação no repositório da referida instituição e esta não contemplava gênero. Concernente a década de 1980, constatamos seis trabalhos (dissertações) contemplando a temática e estes recorriam a percursos metodológicos de abordagem: exploratória (2), qualitativa (2), etnográfica (1) e pesquisa de campo (1). As estratégias de análise desenvolvidas foram: documental (1), antropológica-psicanalítica (1), análise do discurso (1) e análise de conteúdo. As técnicas de constituição do corpus foram: entrevista semi-estruturada (4), questionário (2), documentos (1) e história oral/narrativa. Verificamos que um estudo não mencionou a abordagem, dois não apontaram as estratégias de análise.

Referente à década de 1990, localizamos oito trabalhos (dissertações) abordando gênero e os mesmos estavam centrados nas seguintes abordagens: etnográfica (2), pesquisa de campo (3), qualitativa (3), bibliográfica (1). As estratégias de análise foram: análise de conteúdo (1). As técnicas de constituição de dados foram: entrevista semi-estruturada (8), observação participante (4) e documentos (1). Constatamos que sete dos trabalhos não deixaram claro o arcabouço analítico no resumo, introdução e apresentação da metodológica. No quadro a VI apresentamos as principais tendências teóricas e analíticas dos estudos desenvolvidos entre os anos de 2000 e 2009.

QUADRO 5 – Tendências teóricas e analíticas das teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre os anos 2000 e 2009, presentes no Repositório Institucional.

Tendências teóricas e analíticas na produção científica sobre gênero presente no RI-UFPE entre 2000 a 2009	
2002	<p><u>Análise</u>: Teoria das Representações Sociais (1)</p> <p>✚ Foram publicados 4 trabalhos e destes 3 não especificaram a abordagem, 3 não mencionaram a análise e 3 não informam a fonte.</p>

2003	<p><u>Abordagem:</u>Qualitativa (2), bibliográfica (2) e documental (2).</p> <p><u>Análise:</u> Teoria das Representações sociais (1), documental (2) e Teoria do discurso (1).</p> <p><u>Fonte:</u> Entrevistasemi-estruturada (2), observação (1) e observação participante (1)</p> <p>✚ Foram publicados 13 trabalhos e destes 7 não especificaram a abordagem, 9 não mencionaram a análise e 9 não informaram a fonte.</p>
2004	<p><u>Abordagem:</u> bibliográfica (3), qualitativa (2), quali-quantitativa (1), documental (2) e etnográfica (2).</p> <p><u>Análise:</u>Teoria Social Crítica (1), Teoria do Discurso (1), Conteúdo (1), Teoria das Representações Sociais (1) e documental (2).</p> <p><u>Fonte:</u> documentos (3), vídeo-gravação (2), história de vida/narrativa (1), entrevista semi-estruturada (4), diário de campo (2), observação (1), bibliográfica (1) e questionário (1).</p> <p>✚ Foram publicados 9 trabalhos e destes 3 não especificaram a abordagem e3não mencionaram a análise.</p>
2005	<p><u>Abordagem:</u> bibliográfica (1), história oral/narrativa (2), qualitativa (4) e historiográfica (1)</p> <p><u>Análise:</u> Teoria do discurso (1), Teoria Socio-antropológica (1), Teoria Social (1)</p> <p><u>Fonte:</u>documentos (5), bibliográfica (1), história oral/narrativa (3), entrevista (2), questionário (1) e observação participante (1).</p> <p>✚ Foram publicados 11 trabalhos e destes 3 não especificaram a abordagem, 8 não mencionaram a análise e 4 não informaram a fonte.</p>
2006	<p><u>Abordagem:</u> empírica (4), bibliográfica (3) e qualitativa (1).</p> <p><u>Análise:</u> documental (3), Teoria da Ação Comunicativa (1) e Teoria do discurso (2).</p> <p><u>Fonte:</u> entrevista semi-estruturada(2), documentos (7), observação participante (2), questionário (2), bibliográfica (3), diário de campo (1),e áudio-gravação (1).</p> <p>✚ Foram publicados 14 trabalhos e destes 6 não especificaram a abordagem e 8 não mencionaram a análise.</p>
2007	<p><u>Abordagem:</u> qualitativa (1) e quali-quantitativa (1).</p> <p><u>Análise:</u>Conteúdo (1).</p> <p><u>Fonte:</u> documento (1) e entrevista (1).</p> <p>✚ Foram publicados 3 trabalhos e destes 1 não especificou a abordagem e 2 não mencionaram a análise.</p>

2008	<p><u>Abordagem:</u> Quali-quanti (1), etnográfica (1), qualitativa (2), pesquisa de campo (2) e história oral/narrativa (1).</p> <p><u>Análise:</u> Teoria Filosófica-Dialógica Bakhtiniana (1) e Teoria do discurso (1), conteúdo (1) e história oral/narrativa (1).</p> <p><u>Fonte:</u> documentos (2), observação participante (2), entrevista semi-estruturada (7), observação (1), diário de campo (3) e questionário (1).</p> <p>✚ Foram publicados 9 trabalhos e destes 3 não especificaram a abordagem e 5 não mencionaram a análise.</p>
2009	<p><u>Abordagem:</u> bibliográfica (3), qualitativa (8), história oral/narrativa (1), quali-quanti (1), pesquisa de campo (1), etnográfica (1), exploratória (1), histórico-crítica (1),</p> <p><u>Análise:</u> história oral/narrativa (2), Teoria do discurso (3) e análise de conteúdo (1)</p> <p><u>Fonte:</u> bibliográfica (2), documentos (11), entrevista semi-estruturada (10), história oral/narrativa (2), observação (3), observação participante (2), diário de campo (1), questionário (1) e vídeo-gravação (1).</p> <p>✚ Foram publicados 21 trabalhos e destes 9 não especificaram a abordagem e 15 não mencionaram a análise.</p>

Fonte: A Autora (2018)

Na década compreendida entre 2000 a 2009 constatamos 84 trabalhos, entre teses e dissertações. Os estudos contemplando gênero só vieram a ocorrer a partir de 2002. Verificamos que 42% dos trabalhos não mencionaram a abordagem, 52% a análise e 19% a fonte utilizada na pesquisa. A produção científica constatada estava centrada principalmente na abordagem qualitativa (15%), seguida da bibliográfica (12%), fazendo uso de análise do discurso (11%) e fontes como documentos (34%) e entrevista semi-estruturada (33%). Acredita-se que estes percursos metodológicos estão associados ao fato da produção científica constatada está concentrada principalmente nos Programas de Pós-Graduação em Educação (14%), Sociologia (14%) e Serviço Social (12%). A seguir, delineamos a tendências teóricas e analíticas das teses e dissertações sobre gênero presentes no RI-UFPE, entre 2010 a 2017.

QUADRO 6 – Tendências teóricas e analíticas das teses e dissertações sobre gênero defendidas nos programas de pós-graduação da UFPE, entre os anos 2010 e 2017, presentes no Repositório Institucional.

Tendências teóricas e analíticas na produção científica sobre gênero presente no RI-UFPE entre 2010 a 2017	
2010	<p><u>Abordagem</u>: qualitativa (7), estudo de caso (1), pesquisa de campo (3), exploratória (1), etnográfica (1), histórico-dialética (2), história oral/narrativa (1) e empírica (1).</p> <p><u>Análise</u>: documental (4), análise de conteúdo (1), Materialismo histórico-dialética, bibliográfica (1), Estudos Culturais (1), Teoria do discurso (1) e Teoria da Agência (1).</p> <p><u>Fonte</u>: documentos (8), entrevista semi-estruturada (10), questionário (2), observação (2), observação participante (3), bibliográfica (1), diário de campo (1), áudio-gravação (1) e história oral/narrativa (1).</p> <p>✚ Foram publicados 20 trabalhos e 5 destes não especificaram a abordagem, 8 não mencionaram a análise e 3 não informam a fonte.</p>
2011	<p><u>Abordagem</u>: qualitativa (2), pesquisa de campo (2) e exploratória (1).</p> <p><u>Análise</u>: construcionismo (1), Teoria da Representações Sociais (1) e Teoria Ator-Rede (1)</p> <p><u>Fonte</u>: entrevista semi-estruturadas (3), documentos (3), observação (2), questionário (1) e vídeo-gravação (1).</p> <p>✚ Foram publicados 8 trabalhos e destes 4 não especificaram a abordagem, 5 não mencionaram a análise e 1 não informou a fonte.</p>
2012	<p><u>Abordagem</u>: qualitativa (2), pesquisa de campo (1)</p> <p><u>Análise</u>: Teoria do discurso (2), antropológica e interpretativa (1), análise de conteúdo (1)</p> <p><u>Fonte</u>: documento (2), entrevista semi-estruturada (2)</p> <p>✚ Foram publicados 6 trabalhos e 2 destes não especificaram a abordagem, 1 não mencionou a análise e 1 não informou a fonte.</p>

2013	<p><u>Abordagem:</u> qualitativa (5), exploratória (1), pesquisa de campo (3), etnográfica (1), bibliográfica (1) e empírica (1).</p> <p><u>Análise:</u> Teoria do discurso (3), Análise temática, Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), Dupla Hermenêutica (1) e documental (2).</p> <p><u>Fonte:</u> entrevista semi-estruturada (9), observação participante (6), observação (2), diário de campo (1), áudio-gravação (1) e documentos (2).</p> <p>✚ Foram publicados 13 trabalhos e destes 1 não especificou a abordagem e 4 não mencionaram a análise.</p>
2014	<p><u>Abordagem:</u> qualitativa (7), exploratória (2), etnográfica (2), histórico-dialética (1) e pesquisa de campo (1).</p> <p><u>Análise:</u> Análise de conteúdo (1), histórico-dialética (1), Teoria do discurso e método do caso alargado (1).</p> <p><u>Fonte:</u> documentos (4), documentário (1), observação participante (2), entrevista semi-estruturada (7), questionário (1), áudio-gravação (2), vídeo-gravação (1) e diário de campo (1).</p> <p>✚ Foram publicados 13 trabalhos e destes 5 não especificaram a abordagem e 5 não mencionaram a análise.</p>
2015	<p><u>Abordagem:</u> exploratória (1), descritiva (1), qualitativa (7), pesquisa de campo (2), documental (1), bibliográfica (2) e quantitativa (1).</p> <p><u>Análise:</u> Análise temática (1), Teoria das Representações Sociais (3), documento-monumento de Le Goff (1), documental (1), análise de conteúdo (2), Psicologia social discursiva (1), Estudos Culturais (1) e método do caso alargado (1).</p> <p><u>Fonte:</u> diário de campo (2), entrevista semi-estruturada (5), áudio-gravação (1), documento (4), observação participante (1), bibliográfica (1) e vídeo-gravação (1).</p> <p>✚ Foram publicados 13 trabalhos e destes 3 não especificaram a abordagem, 4 não mencionaram a análise e 1 não informou a fonte.</p>
2016	<p><u>Abordagem:</u> qualitativa (9), histórico-estrutural (1), histórico-hermenêutica (1), pesquisa de campo (1), bibliográfica (3), documental (1) e exploratória (1).</p> <p><u>Análise:</u> teoria da representações sociais (1), análise de conteúdo (5) e teoria do discurso (1).</p> <p><u>Fonte:</u> entrevista semi-estruturada (10), documentos (7), vídeo-gravação (1), observação participante (1), bibliográfica (3), questionário (1) e áudio-gravação (1).</p> <p>✚ Foram publicados 14 trabalhos e destes 2 não especificaram a abordagem e 10 não mencionaram a análise.</p>

Fonte: A Autora (2018)

Foram constatados 87 trabalhos entre teses e dissertações sobre gênero no RI-UFPE, entre 2000 a 2017. A produção científica percorria principalmente

trilhas metodológicas centradas em abordagens qualitativa (34%) e pesquisa de campo (14%). As análises desenvolvidas foram do tipo análise do discurso (9%), quanto do conteúdo (7%). A maioria utilizou entrevistas semi-estruturadas (53%) e pesquisa documental(19%) como fontes/instrumentos de coletas de dados. Constatamos, ainda, que 19% não mencionavam a abordagem da pesquisa, 33% a estratégias de análise e 3% as técnicas de constituição do *corpus*.

Os principais referenciais teóricos mencionados na produção científica contemplando gênero no repositório da instituição foi Joan Scott, seguido de Michael Foucault, Judith Butler e Guacira Louro. Em aproximadamente 40% dos trabalhos não foi possível identificar os referenciais teóricos-metodológicos no resumo, introdução e apresentação do capítulo metodológico.

Coletar as informações desta seção foi o percurso deste estudo mais árduo e desafiador, demandando imersão mais profunda em alguns trabalhos que não deixavam clara a metodologia e principais aportes teóricos e analíticos no resumo e nem na introdução. Em vários momentos, se fazia necessária a leitura das primeiras páginas do capítulo metodológico quando havia esta divisão no sumário do estudo, caso não houvesse se utilizava a ferramenta de busca no pdf, fazendo uso de palavras chaves.

Acreditamos que os objetivos propostos para a realização desta pesquisa foram contemplados neste capítulo e esperamos que este trabalho possa contribuir para consultas e reflexões sobre os estudos de gênero na UFPE.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda na defesa de qualificação desta pesquisa nos foi sinalizado o quão árduo e desafiador seria realizar este trabalho. Não discordando e assustada, nos desafiamos a realizar esta dissertação. Muito ainda poderíamos explorar do acervo que conseguimos ter acesso ao longo deste trabalho a respeito das teses e dissertações sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE entre 1979-2017, presentes no Repositório Institucional. Sem fechar a costura do que constitui a produção do conhecimento encontrada sobre a temática, intuímos que os estudos sobre gênero, ao longo dos anos, têm se expandido e se consolidado em alguns Programas de Pós-Graduação da UFPE, enquanto que em outros dá indícios de interesse e na grande maioria nem sequer aparece.

Como apontado na introdução, o objetivo geral deste trabalho foi delinear um mapeamento dos estudos sobre gênero nos programas de pós-graduação da UFPE realizado no período entre 1979 a 2017 e presente no repositório da instituição. Para atender ao objetivo geral propomos três objetivos específicos: 1) analisar o processo de emergência e expansão dos estudos de gênero nos diferentes Programas de pós-graduação da UFPE; 2) observar os deslocamentos e recorrências nas temáticas destes estudos e 3) verificar as tendências teóricas e analíticas das pesquisas desenvolvidas. Este trabalho aponta para a carência de estudos sobre gênero no âmbito dos Programas de pós-graduação da UFPE, visto que de 16.570 trabalhos presentes no Repositório Institucional, apenas 1,3% são dissertações e 0,4% teses sobre gênero.

Concernente ao primeiro objetivo específico foi possível perceber que a produção científica sobre gênero emergiu em contextos histórico e político distinto nos Programas de Pós-Graduação da UFPE. Na década de 1980 houve apenas publicações de dissertações distribuídas entre dez trabalhos sobre temas diversos (62,5%) e o restante abordando gênero (37,5%). Neste período, a produção científica de gênero representa cerca de 40% porque estava centrada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, um dos

poucos existentes na UFPE na época. Na década de 1990, constatamos setenta e uma dissertações sobre temas diversos (89%), uma tese não abordando gênero (1%), e oito dissertações que contemplavam a temática de gênero (10%). Novamente, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA da instituição se destacou. Entre 2000-2009 constatamos sessenta e quatro (0,9%) dissertações e vinte (0,3%) teses sobre gênero. À medida que constatávamos aumento no quantitativo de teses e dissertações no RI, gênero passava a ocupar espaço minoritário. Nessa década, o Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE se destacou com 16% da produção científica (dissertação), seguido do programa de Pós-Graduação em Sociologia (12%), Serviço Social (11%) e Comunicação Social (11%), Antropologia (9%) e Direito (9%), História (8%) e Psicologia (8%), Ciência Política (5%) e Saúde Coletiva (5%), Letras (3%), Desenvolvimento e Meio Ambiente (1,5%) e Saúde da Criança e do Adolescente (1,5%). Já concernente a teses contemplando a temática, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS se destacou com 25% dos trabalhos, seguido respectivamente do programa em Antropologia (20%), Letras e História (15%) e Educação e Sociologia (10%). Já entre 2010-2017, a produção científica presente no RI foi de seis mil novecentos e cinquenta e quatro (74,1%) dissertações sobre temas diversos, sessenta e seis (0,7%) contemplando gênero, dois mil trezentos e quarenta e seis (25%) teses sobre temas diversos e vinte e uma (0,2%) abordando gênero. O que chamou atenção é que mesmo com este aumento, o quantitativo de trabalhos abordando gênero praticamente não alterou no período compreendido entre 2000-2017. Em se tratando de teses contemplando gênero, foi possível perceber que o Programa de Pós-Graduação em Antropologia se destacou com 29%, seguido de Sociologia (24%), História (19%), Educação (9%), Serviço Social (9%), Letras (5%) e Psicologia (5%).

Concernente ao segundo objetivo específico, observamos as temáticas dos estudos de gênero variam ao longo do recorte temporal investigado. Na década de 1980 constamos apenas seis trabalhos (dissertações) sendo quatro sobre família e os demais sobre história (1), memória (1) e sexualidade (1). No conjunto de trabalhos apresentados na década de 1990, encontramos no RI-UFPE oito dissertações que contemplavam discussões sobre gênero,

discorrendo sobre família (3), prostituição/identidade (3), sexualidade (1) e movimento de mulheres (1).

Entre 2000-2009 se destacaram as seguintes temáticas: violência (16%), família (15%) e trabalho (14%). Também surgiram temáticas como discurso político/políticas públicas, gênero e currículo, gênero e mídia (6%), gênero e religião, masculinidades e movimentos de mulheres negras (5%), feminilidades, história e memória e maternidade/paternidade (4%), direito das mulheres, mulher e ciência e relações de gênero na escola (2%), feminismo, homossexualidade, transgeneridade (1%). Nessa década, houve forte investimento discursivo em torno de políticas de afirmação da identidade, equidade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, portanto, não foi por acaso que presenciamos as temáticas descritas.

Entre 2000-2017 podemos perceber que houve maior concentração da produção científica sobre gênero e família (16%) seguida de temáticas LGBT (13%), violência (10%), trabalho (9%), discurso político e políticas públicas (8%), feminismo (7%), masculinidade e sexualidade (6%), gênero e currículo (4,6%), maternidade/paternidade (4,6%), gênero e religião (3%), história (2,3%), memória (2,3%), movimento social (2,3%), saúde reprodutiva (2,3%), direitos das mulheres, gênero e geração e movimento de mulheres negras (1,2%). As dissertações concentraram-se principalmente na discussão sobre família e temáticas LGBT. Já as teses, foram sobre família, discurso político e políticas públicas. Neste período, se destacou o Programa de Pós-Graduação em Psicologia apresentando vinte e cinco dissertações e uma tese sobre gênero. Estavam centradas principalmente na em problemáticas sobre família (7), temáticas LGBT (6). Também se fizeram presentes as temáticas: discurso político e políticas públicas (1), feminismo (1), gênero e geração (1), masculinidade (1), maternidade/paternidade (3), sexualidade (2), trabalho (2) e violência (2).

Observamos que diferentes temáticas surgiram ao longo dos anos e tecem o que hoje compreende os estudos sobre gênero: família, trabalho, mulher e ciência, sexualidade, discurso político /políticas públicas, maternidade/paternidade, masculinidades, feminilidades, história e memória, direitos das mulheres, gênero e geração, LGBT, feminismo, etc.

Referente ao terceiro objetivo específico, verificamos que os trabalhos percorriam trilhas metodológicas distintas, porém se destacaram principalmente enquanto abordagem: pesquisa qualitativa e pesquisa de campo. As principais estratégias de análise encontradas foram a análise do discurso e conteúdo. Entre as técnicas de constituição de dados se destacam: a entrevista semi-estruturada e a pesquisa documental. Na década de 1980, os trabalhos percorriamos seguintes percursos metodológicos de abordagem: exploratória (2), qualitativa (2), etnográfica (1) e pesquisa de campo (1); análise: documental (1), antropológica-psicanalítica (1), análise do discurso (1) e análise de conteúdo e fonte: entrevista semi-estruturada (4), questionário (2), documentos (1) e história oral/narrativa.

Na década de 1990, verificamos oito trabalhos (dissertações) contemplando gênero e estavam centrados nas seguintes abordagens: etnográfica (2), pesquisa de campo (3), qualitativa (3), bibliográfica (1); análise: análise de conteúdo (1) e fonte: entrevista semi-estruturada (8), observação participante (4) e documentos (1).

Na década compreendida entre 2000 a 2009 verificamos que 42% dos trabalhos não mencionaram a abordagem, 52% a análise e 19% a fonte utilizada na pesquisa. A produção científica constatada estava centrada principalmente na abordagem qualitativa (15%), seguida da bibliográfica (12%), fazendo uso de análise do discurso (11%) e fontes como documentos (34%) e entrevista semi-estruturada(33%).

A produção científica entre 2010-2017 percorria principalmente trilhas metodológicas centrada em abordagens qualitativa (34%) e pesquisa de campo (14%), análise tanto do discurso (9%) quanto conteúdo (7%) e utilização de entrevistas semi-estruturadas(53%) e documentos (19%) como fontes/instrumentos de coletas de dados para os estudos realizados. Constatamos, ainda, que 19% não mencionavam a abordagem da pesquisa, análise 33% e fonte 3%.

Os principais referenciais teóricos mencionados na produção científica contemplando gênero entre 1979-2017, foram Joan Scott, seguido de Michael Foucault, Judith Butler e Guacira Louro. Vale salientar que em 44% dos

trabalhos não foi possível identificar os principais referenciais teóricos no resumo, introdução e apresentação do capítulo metodológico. Durante nosso estudo, o momento mais difícil foi verificar as tendências teóricas e analíticas da pesquisas sobre gênero encontradas no RI-UFPE, tanto pela falta de especificação em alguns estudos quanto pela característica particular da escrita nas diferentes áreas. Outra limitação deste estudo foi não ter sido possível inserir todos os pesquisadores/as assíduos na produção científica sobre a temática nos diferentes Programas de Pós-Graduação visto que os estudos encontrados de 2000-2017 se distribuía entre diferentes programas o que demandou da pesquisadora tempo na elaboração dos gráficos e tabelas, não havendo possibilidade de apresentar nesta dissertação, mas que poderá ser incluído em publicações futuras decorrentes dessa pesquisa.

Algumas inquietações surgiram ao realizarmos esse trabalho: Quais grupos de pesquisa os/as pesquisadores/as dos diferentes programas de Pós-Graduação estão vinculados/as? Quais e quantas teses e dissertações sobre gênero desenvolvidas entre 1979-2017 não estão disponíveis no RI da UFPE? Como tem sido a produção científica sobre gênero nos Programas de pós-graduação em diferentes universidades federais da região nordeste, especialmente a partir do ano 2000 onde há impulsionamento dos estudos sobre a temática? Estas inquietações norteiam e aguçam projetos futuros.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. R. P.; JORGE, A. F.; SORJ, B. Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990. **Revista Estudos Feministas**, n. 2. p. 153-178, 1994.

ARAÚJO, W. R.; S, M. F. S. **Representações sociais sobre família e classes sociais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ARRAZOLA, L. S. D.; F, A. E. M. **O lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do programa de erradicação do trabalho infantil em Pernambuco**. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

BARROS, N. C. S.; REZENDE, A. P. **As mulheres na escrita dos homens: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife nos anos vinte**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

BARSTED, L. A. L. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 0, p. 104-130, Florianópolis, 1992.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A. A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G (Orgs). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BLAY, E. A. Trabalho industrial x trabalho doméstico: A ideologia do trabalho feminino. **Cadernos de pesquisa**. n. 15 , p. 8-20, São Paulo, 1975.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília, 2004.

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiros e quartos ciclos – apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

_____. Programa Gênero e Diversidade Sexual na escola. Brasília: SECAD/MEC, 2006.

BUTLER, J. “Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo”. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade. 3ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALVELLI, H, G; LOPES, M. F. **A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista**. Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

CHANTER, T. **Gênero: conceitos - chave e filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHASSOT, A. A ciência é masculina? É sim senhora!. **Revista Educação e Contexto**, n. 71/72, jan./dez, p. 9-28, 2004.

CITELI, M. T. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002)**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CORAZZA, S. M. **Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos**. In: Caminhos Investigativos I. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero. **Cadernos Pagu**, n 16, p. 13-30, 2001.

DIAS, D. N. O estado da arte sobre gênero no serviço social. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

DIAS, D. N.; ZUCCO, L. P. **O estado da arte sobre gênero no Serviço Social**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Diniz, C. R. B. Movimentos feministas da década de sessenta e suas manifestações na arte contemporânea. In: 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais, Salvador, 2009.

DINIZ, M. J. P.; MUSTAFÁ, M. A. S. **Ações do movimento feminista pelo fim da violência doméstica contra a mulher, no estado de Pernambuco: conquistas e desafios**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DOURADO, M. L.; MOMESSO, L. A. **Identidade de gênero: a (re)significação dos papéis de mulheres e homens na zona da mata de Pernambuco**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento brasileiro. **Revista Bagoas**, n. 4, p. 131-158, 2009.

FACCHINI,; DANILIAUSKAS, M.; PILO, A. C. Políticas sexuais e produção do conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de ciências Sociais**. V. 44, n. 1, jan/jun, p. 161-193, 2013.

FERREIRA, M. A. A. **Homens feministas: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, n. 79, p. 257-272, 2002.

FIGUERÉDO, R. B. **Gênero: sentidos construídos por estudantes de psicologia acerca da profissão de psicólogo/a**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREITAS, L. B.; LUZ, N. S. Gênero, ciência e tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 49, 2017.

FREITAS, V. G. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**. Brasília, v. 2, n. 4, p. 149-166, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D. Logics of critical explanation in social and political theory. London: Routledge, 2007.

GÓIS, J. Desencontros: as relações entre os estudos sobre homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun.2003.

GOMES, J. J.; XAVIER, A. C. S. **Discurso feminino: uma análise crítica de identidades sociais de mulheres vítimas de violências de gênero**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GRACIANO, M. Contribuições da Psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher. **Cadernos de pesquisa**. n. 15, p. 145-150, São Paulo, 1975.

GRANJA, E.; MEDRADO, B. **Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde**. *Psicologia e Sociedade*, v. 21, p. 25-34, 2009.

GRANJA, E; GOMES, R; MEDRADO, B; NOGUEIRA, M. C. **O (não) lugar do homem jovem nas políticas de saúde sobre drogas no Brasil: aproximações genealógicas**. *Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)*, v. 1, p. 3447-3455, 2015.

GREGORI, Maria Filomeno. Estudos de gênero no Brasil (Comentário Crítico). In: SÉRGIO, M. (Org). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Ed.). *O que ler nas Ciências Sociais brasileiras (1975-1995)*. 1. ed. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, p. 183-235, 1999.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Recife: Intermeios, 2015, p. 163-230. (Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula e Aécio Amaral)

LETA, J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

LOREA, R, A. Acesso ao casamento no Brasil: uma questão de cidadania sexual. **Estudos Feministas**. v. 14, n. 2, p. 488-496, 2006.

_____, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LYRA, J; CASTRO, R. **O homem na cena do parto: vivências, direitos e humanização em saúde**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Humanização do parto e do nascimento*. Cadernos Humaniza, V. 4. Brasília: Ministério da Saúde; Universidade Estadual do Ceará, 2014, p. 216-231.

LYRA, J; MEDRADO, B. **Fúlvia Rosemberg: memórias a partir do lugar do afeto**. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, Dezembro, 2014.

MACHADO, S. R.; FACCHINI, R. **O campo científico de gênero e sexualidade no Brasil: uma análise a partir do Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Disponível em: www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xxcongresso/paineis/095068.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2018.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MEDEIROS, C. P. “Uma família de mulheres”: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 535-547, 2006.

MEDRADO, B; MÉLLO, R. P. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, p. 45-65, 2008.

MEDRADO, B. **Más allá de las representaciones dicotómicas de género y sexualidad: figuraciones al borde de la religión en el Norte de**

Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), v. 22, p. 301-315, 2016.

MEDRADO, B; CORDEIRO, A. R.; BRASILINO, J. C. B. . **Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens**. *Psicologia em Estudo* (Impresso), v. 16, p. 471-478, 2011.

MEDRADO, B; LYRA, J. **O gênero dos/nos homens: linhas de uma proto-genealogia**. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 17, p. 2579-2581, 2012.

MELLO, L. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 497-508, 2006.

MESQUITA, R. G. M. **Representação política e constituição de identidades: estudo sobre a narrativa petista**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010, p. 9-26.

MISKOLCI, R; PELÚCIO, L. Fora do Sujeito e Fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Gênero, Niteroi*, v. 7, n. 2, p. 257-267, jan./jun. 2007.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 509-521, 2006.

NETO, E. N. S.; NASCIMENTO, L. F. R. **Entre boys e frangos: análise das performances de gênero dos homens que se prostituem em Recife**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

NETO, P. P. B. **Com delicadeza necessária: o discurso de gênero e sexualidade em livros de literatura infantil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Santa Catarina, vol. 8, n. 2, p. 9-42. 2000.

NOCA, N. J. M.; MEDRADO-DANTAS, B. **Produções discursivas sobre saúde e masculinidade em um serviço em público de atenção à saúde dos homens**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

NOVENA, N. P. **A sexualidade na organização escolar: narrativas do silêncio**. 2004. 255f. Tese (Doutorado em Sociologia). 2004. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. O discurso pedagógico pela diversidade sexual e sua articulação no campo escolar. 2009. 270f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. O.; OLIVEIRA, G. G. MESQUITA, R. G. A Teoria do discurso de Laclau e Mouffe em Educação. **Revista Educação e Realidade**. n. 4, p. 1327-1349, 2013.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M.; OLIVEIRA, A. M.; MIRANDA, M. H. Os estudos sobre gênero e diversidade sexual e as proposições da pedagogia queer para constituição de contextos escolares emancipatórios. **Revista Educação em Questão**. v. 44, n. 30, p. 110-138, 2012.

PAECHTER, C. **Meninos e meninas: aprendendo sobre masculinidade e feminilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **CardenosPagu**, 2005. p. 217-248.

_____, L. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, maio-agosto, p. 522-534, 2006.

PEREIRA, L. C. B. Ideologias econômicas e democracia no Brasil. **Revista Estudos avançados**, p. 43-63, 1988.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

_____, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

_____, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. História, política, conceitos: o movimento nacional e internacional de saúde e direitos reprodutivos. In: GIFFIN, K., and COSTA, SH., orgs. **Questões da saúde reprodutiva** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: gênero na produção acadêmica. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n1, p. 47-68, 2001.

SANTOS, M. C. G. **As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma história. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989. (Texto traduzido para o português por DABAT, C. R.; ÁVILA, M. B.).

SILVA, L. F.; FERREIRA, L. G. **Vozes de um desejo: homoerotismo e homosociabilidade na literatura infanto-juvenil brasileira**. 2006. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SILVA, R. G. L. B.; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. Os impactos das identidades transgêneros na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Revista de Terapia Ocupacional*. São Paulo. 2015. p. 364-372.

SILVA, Tadeu Tomaz. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVEIRA, P.; MEDRADO, B.; Rodrigues, L. O. **Sentidos de violência contra as mulheres nas narrativas de homens denunciados por violência conjugal**. *Cadernos Saúde Coletiva (UFRJ)*, v. XVII, p. 951-970, 2009.

SPINK, M. J.; MENEGON, V.; MEDRADO, B. **Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas**. *Psicologia e Sociedade (Impresso)*, v. 26, p. 32-43, 2014.

SPINK, M. J.; MENEGON, V.; MEDRADO, B. **Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas**. *Psicologia e Sociedade (Impresso)*, v. 26, p. 32-43, 2014.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2004.

UZIEL, A.; MELLO, L.; GROSSI, M. Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, maio-agosto, 2006. p. 481-487.

VALENTE, M. B. B.; MEDRADO, B.; LYRA, J. **Ciência como dispositivo de produção da paternidade: análise de produções científicas brasileiras**. *Athenea Digital*, v. 11, p. 57-72, 2011.

VASCONCELOS, T.; MEDRADO, B. **Experimentações queer em uma pesquisa sobre produção de feminilidades em “corpos trans”**. *Athenea Digital*, v. 16, p. 389-406, 2016.

VIEIRA, R. L. **Intencionalidade políticas no pensamento educativo da militância LGBT em Caruaru**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

VIENA. Declaração e programa de ação de Viena: conferência mundial de Direitos Humanos, 1993.

WEREBE, M. J. G. Implantação da educação sexual no Brasil. **Cadernos de pesquisa**. n. 26 , p. 21-27, São Paulo, 1978.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.